

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de
Estudos Econômicos do Nordeste / Etene

Número 30

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2011**

Obra publicada pelo



Presidente

— Jurandir Vieira Santiago

Diretores

— Fernando Passos
— Luiz Carlos Everton de Farias
— Isidro Moraes de Siqueira
— José Sydrião de Alencar Júnior
— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
— Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

José Narciso Sobrinho – Superintendente

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Wellington Santos Damasceno – Gerente de Ambiente

Laura Lúcia Ramos Freire

(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Wendell Márcio Araújo Carneiro

(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

Fernando Luís E. Viana

(Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Equipe BNB Conjuntura Econômica

Coordenação Técnica

Laura Lúcia Ramos Freire

Produto Interno Bruto

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Alves e

Jackson Dantas Coêlho

Emprego e Rendimento

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Consultores Ad Hoc

Coordenação Técnica e Síntese de Expectativas

Assuero Ferreira

Síntese de Expectativas, Produto Interno Bruto, Produção Industrial, Emprego e Rendimento

Carlos Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Setor Externo

Inez Sílvia Batista Castro

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Estagiários: Francisco Alves de Oliveira Filho, Gilvan

Farias dos Santos e João Mairton Moura Araújo

Preparação e Tabulação de Dados: Elias Augusto

Cartaxo, Hamilton Reis de Oliveira, José Wandemberg Rodrigues Almeida e Leonardo Dias Lima

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita

Normalização Bibliográfica

Erlanda Maria Lopes

Revisão

Edmilson Nascimento

Diagramação

Franciana Pequeno

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 32995036

Celular: (85) 86356046

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 30 (jul. - set. 2011). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2011 -

114 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 30

Julho-Setembro 2011

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

05

Uma Análise do Produto Interno Bruto do Município de Fortaleza05
Novas Empresas no Brasil: Taxas e Fatores de Sobrevivência.....13

2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

23

3. NÍVEL DE ATIVIDADE

29

Produto Interno Bruto.....29
Produção Industrial do Brasil.....34
Produção Industrial do Nordeste36
Comércio.....40
Desempenho do Comércio no Brasil.....40
Desempenho do Comércio no Nordeste 42
Produção Agropecuária45
Agronegócio45
Desempenho do Faturamento45
Balança Comercial do Agronegócio.....48
Agricultura.....53
Pecuária.....66

4. EMPREGO E RENDIMENTO

71

Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal.....75

5. SETOR EXTERNO

79

Balanças Comerciais Brasileira e Nordestina79
O comportamento estadual das exportações nordestinas82
Perspectivas para 2011.....88

SUMÁRIO

6. FINANÇAS PÚBLICAS

91

Arrecadação de ICMS	91
Fundos Constitucionais	93
Transferências Voluntárias.....	95
Aplicação de Recursos dos Agentes Oficiais de Fomento no Nordeste	96

7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

101

Panorama Geral.....	101
Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	101
Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino.....	104
Empréstimos/Financiamentos Concedidos pelo BNDES.....	106
Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino	107
BNB – Taxas de Juros e Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito.....	109
Conclusão	113

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 - Uma Análise do Produto Interno Bruto do Município de Fortaleza

Assuéro Ferreira

Professor Titular Doutor da Universidade Federal do Ceará
e consultor externo do BNB/ETENE

O município de Fortaleza, no Ceará, ocupava em 2008 a 15ª posição no *ranking* geral dos municípios brasileiros em termos de Produto Interno Bruto (PIB), conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, totalizando R\$ 28,4 bilhões a preços correntes². Na região Nordeste, era o segundo colocado, ficando atrás apenas de Salvador-BA (R\$ 29,7 bilhões) e 26,2% acima do PIB de Recife-PE (R\$ 22,5 bilhões).

No âmbito estadual, o PIB de Fortaleza representou em 2008 nada menos que 47,2% do total do Ceará, indicando uma alta concentração espacial das atividades econômicas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e, particularmente, no município sede. Em 2008, a participação do PIB da RMF no PIB cearense correspondeu a 64,1%, enquanto o de Fortaleza representou 73,7%³ do PIB da RMF.

O PIB *per capita* do município de Fortaleza em 2008 foi estimado pelo IBGE em R\$

11.461,22, considerando uma população de 2.473.614 habitantes. O do estado foi estimado em R\$ 7.111,85, considerando uma população de 8.450.527 habitantes⁴.

Concentração espacial das atividades econômicas no estado do Ceará

Reconhece-se, em geral, que as atividades econômicas se desdobram no território cearense com alto grau de concentração relativa e absoluta, como já chamado à atenção no parágrafo anterior⁵. A Tabela 1 corro-

1 As informações municipais mais recentes, disponibilizadas pelo IBGE para o Brasil, sobre o PIB, referem-se ao ano 2008. Outrossim, as séries disponíveis abrangem o período 1999-2008. Todas as informações originais dos PIBs municipais, a preços correntes, utilizadas nesse contexto estão disponíveis em IBGE [online], no endereço eletrônico http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/default.shtm, acesso em 12.10.2011.

2 A preços constantes da média do primeiro semestre 2011, o PIB total de Fortaleza, em 2008, é igual a R\$ 34,3 bilhões, segundo cálculos do autor, como adiante se verá em mais detalhes.

3 Em 1999, a participação do PIB da RMF no PIB cearense foi de 65,6%, enquanto o de Fortaleza representou 76,4% do PIB da RMF. Portanto, valores ligeiramente superiores aos observados em 2008, indicando certa descentralização espacial das atividades econômicas na direção da hinterlândia cearense.

4 Vale mencionar que essas estimativas de população usadas pelo IBGE, para Fortaleza e o estado do Ceará, no ano de 2008, estão francamente superestimadas, pois, o censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, estimou a população de Fortaleza em 2.315.116 habitantes, portanto, inferior àquela estimada para 2008. Para o estado do Ceará, o levantamento censitário estabeleceu uma população total de 8.452.381, ou seja, superior à estimativa de 2008 em apenas 1.854 habitantes, para um período de dois anos. Desse modo, é de se esperar que o PIB *per capita* do Ceará e, em particular, o de Fortaleza, para 2008, devem estar subestimados.

bora essa situação de forma mais detalhada, ao destacar as posições hierárquicas dos 15 municípios cearenses com maiores PIBs em 2008. A hierarquização demonstra o alto grau de concentração espacial da distribuição do PIB cearense por município, de sorte que, de um total de 184 municípios, apenas os 15 listados perfazem em torno de 72% do PIB estadual. E, dentre eles, subsiste um alto grau de concentração relativa e absoluta das atividades econômicas, com dominância do município de Fortaleza.

Ademais, dos quinze municípios listados, nove pertencem à região metropolitana de

Fortaleza, ou seja, área de influência da capital, com forte conurbação; dois municípios do sul do estado altamente conurbados – Juazeiro do Norte e Crato –, que polarizam a recém-criada Região Metropolitana do Cariri (RMC); o município de Sobral, que exerce forte influência polarizadora na região norte do estado; e o município de Iguatu, que exerce o mesmo tipo de influência na região centro-sul, por seu turno, com ligações relativamente importantes com os dois citados municípios da RMC.

Para o que interessa mais de perto neste contexto, é importante ressaltar que a RMF,

Tabela 1 – Estado do Ceará. PIB a preços correntes e posição ocupada pelos 15 maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto. 2008

Municípios e Estado	PIB (R\$ mil)	Posição	Município/Estado (%)
Fortaleza	28.350.622,36	1º	47,17
Maracanaú	3.121.054,55	2º	5,19
Juazeiro do Norte	1.986.996,39	3º	3,31
Caucaia	1.952.311,09	4º	3,25
Sobral	1.702.059,98	5º	2,83
Eusébio	938.076,45	6º	1,56
Horizonte	837.004,52	7º	1,39
Maranguape	645.434,93	8º	1,07
Crato	644.522,07	9º	1,07
São Gonçalo do Amarante	610.967,39	10º	1,02
Iguatu	532.254,66	11º	0,89
Aquiraz	496.794,19	12º	0,83
Itapipoca	493.188,83	13º	0,82
Limoeiro do Norte	490.507,97	14º	0,82
Pacatuba	456.327,38	15º	0,76
Subtotal	43.258.122,76	-	71,98
Estado	60.098.877,39	-	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em dados do IBGE.

5 Essa situação é praticamente generalizada por todo território nacional, embora, muito lentamente venha se observando certa descentralização relativa nos últimos anos, como demonstram estudos recentes. Para que se tenha uma ideia, segundo o IBGE, em 2008, os 100 maiores municípios brasileiros em termos de PIB, conjuntamente, representam em torno de 60% do PIB nacional. Se considerados apenas os 20 maiores, essa participação alcança nada menos que 38%. Mas o fato interessante a se destacar é que no Ceará essa concentração relativa é muitas vezes mais acentuada.

em 2008, concentrava 64,1% do PIB cearense, ainda mais, com razoáveis efeitos positivos de aglomeração. Em se tratando do município de Fortaleza, ressalve-se, entretanto, que ocorreu uma ligeira perda de posição relativa durante a década, pois, em 1999, a sua participação no PIB estadual alcançou 50,1%. Na realidade, o que se observa é uma pequena desconcentração espacial relativa da atividade econômica no território cearense, em termos municipais, como observado de forma breve na nota de rodapé nº 4.

De fato, mesmo com muitas oscilações, isso se verifica por meio da tendência decrescente do Índice de concentração de Portocarreiro modificado (H), exposto no Gráfico 1⁶.

Esse processo de descentralização, embora muito moderado, deve-se principalmente à perda de posição relativa da RMF e, particularmente, do município de Fortaleza. Isso se deve muito provavelmente à implantação de certas atividades econômicas e culturais em alguns municípios, do interior sem, contudo, apontar até o momento para uma perda significativa de potencialidade polarizadora do município de Fortaleza.

Predominância relativa do setor de prestação de serviços no município de Fortaleza

É fato reconhecido que no município de Fortaleza predominam as atividades econômicas terciárias ou do setor de serviços, mas, também, constata-se que aquelas de

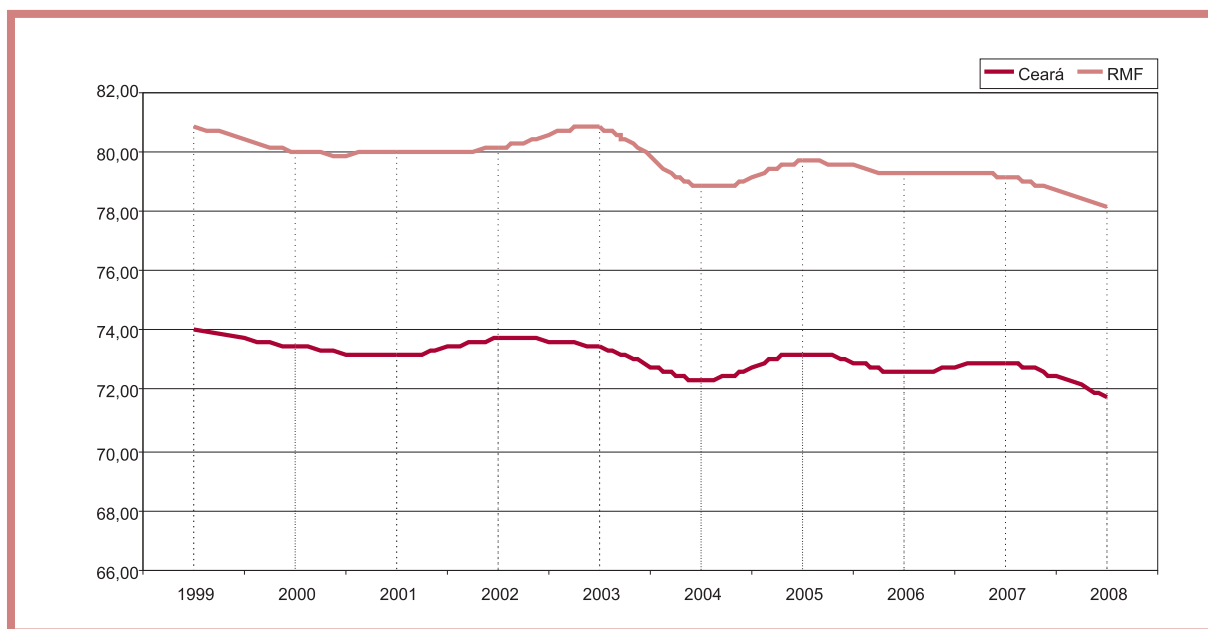


Gráfico 1 – Estado do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza. Índice de Concentração Espacial Relativa do PIB Municipal*. Percentagem

Fonte: Dados originais IBGE. Elaboração estatística do autor.

(*) Índice de Portocarreiro Modificado.

6 O índice de concentração relativa de Portocarreiro, tal como apresentado por Souza (1977), assume valores no intervalo fechado entre zero e o logaritmo natural de N, onde N é o número de observações da amostra, no caso municípios. Assim, quanto maior for o valor do índice, maior será a concentração relativa da distribuição em pauta. Como se pretende, neste contexto, comparar entre si conjuntos com números distintos de municípios, o índice original de Portocarreiro torna-se inviável, pelo fato de seu valor máximo depender do número de municípios em cada conjunto, como aludido acima. Para superar tal limitação, procedeu-se a uma parametrização do índice original, dividindo-o pelo seu específico valor máximo, de modo que, assim, o índice resultante poderá assumir valores no intervalo fechado entre zero e um, ou entre zero e 100%, se for expresso em porcentagem. Sobre o cálculo e propriedades do índice original de Portocarreiro, ver SOUZA, Jorge de. **Estatística econômica e social**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1977. p. 46-48.

natureza agropecuária têm importância econômica praticamente nula. Essa configuração espacial da dinâmica econômica nas grandes metrópoles constitui situação corrente. Isso ocorre fundamentalmente porque, à medida que se expande a urbanização, o preço da terra tende a aumentar, inviabilizando a atividade agropecuária, seja para o mercado ou para o autoconsumo. Ademais, nas áreas subdesenvolvidas acrescentam-se dois fatores estruturais de relevância decisiva, que são a alta concentração da propriedade, urbana ou rural, e os intensos fluxos migratórios internos na direção das maiores cidades, fundamentalmente compostos de populações de baixa renda não proprietárias de capitais culturais e econômicos relevantes⁷.

Os municípios brasileiros, e, em particular, Fortaleza, não fogem a essa regra, ainda mais pelo fato de este último ser sede dos órgãos de Estado e historicamente ter se desenvolvido como uma cidade prestadora de serviços, principalmente aqueles ligados ao comércio. Nesse ponto, vale mencionar que, em 2008, a participação do subsetor “administração, saúde e educação públicas e seguridade social” no setor serviços, em Fortaleza, corres-

pondeu a 34,7%, e, no âmbito estadual, excluindo Fortaleza, representou 31,8%. Isso evidencia o largo papel que o setor público desempenha na formação do PIB, em geral, dos municípios brasileiros e, em particular, do município de Fortaleza.

Agora, voltando à configuração setorial do PIB cearense e, particularmente, do município de Fortaleza, utiliza-se, nesse sentido, a distribuição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB), disponibilizado pelo IBGE⁸, como se vê na Tabela 2.

Como se pode deduzir, em termos proporcionais, o setor de serviços no município de Fortaleza é praticamente 10 pontos percentuais superior ao agregado estadual, enquanto o setor industrial é ligeiramente inferior, nessa forma de comparação. Mas é interessante observar a relativa rigidez na distribuição proporcional do valor adicionado setorial em nível do estado e de sua capital, mais sedimentada para esta última, quando se observa a década em foco. Essa situação parece ser típica para economias como a do Ceará, cuja dinâmica é restrita, ou estrangida estruturalmente, apresentando baixos efeitos

Tabela 2 – Estado do Ceará e Município de Fortaleza. Distribuição Proporcional do Valor Adicionado Bruto segundo os Grandes Setores Econômicos. Percentagem. 1999/2008

Setores Econômicos	Fortaleza		Ceará	
	1999	2008	1999	2008
Agropecuária	0,2	0,2	7,3	7,1
Indústria	21,8	21,3	24,5	23,6
Serviços	78,0	78,5	68,2	69,3
Total	101,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em dados do IBGE.

7 Sobre a questão migratória em áreas subdesenvolvidas, ver FERREIRA, A. Migrações internas e subdesenvolvimento. Uma discussão. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 98-124, jan.-mar. 1986. Sobre o estado do Ceará, mais especificamente, ver FERREIRA, A. *A aventura da sobrevivência. Migrações cearenses na década de 1990*. Fortaleza: Edições BNB. Série BNB Teses e dissertações, n. 5, 2007, 246 p.

8 Vale lembrar que em contabilidade nacional o PIB é igual ao VAB mais impostos sobre produtos (livres de subsídios).

de encadeamentos internos, baixa produtividade e reduzida capacidade inovadora nos setores industrial e agropecuário. O setor de serviços, por seu turno, apresenta grande heterogeneidade estrutural, em que convivem atividades de baixíssima produtividade e escassa organização gerencial – as atividades denominadas informais – com atividades modernas, como as redes de supermercados e prestadoras de serviços de comunicação e transportes, além da expressiva participação das funções de governo.

Projeções do PIB do município de Fortaleza para o período 2009-2012

Uma limitação importante das contas regionais, bem como das municipais, consolidadas pelo IBGE, é a defasagem temporal em torno de dois anos na divulgação das respectivas informações⁹. Desse modo, para que se disponha dessas desses dados atualizados correntemente, há que se elaborar projeções estatísticas, fundamentadas em modelos estruturais ou em séries temporais univariadas. Assim, para o caso presente do município de Fortaleza procedeu-se a simulações com base na série temporal anualizada do PIB municipal cobrindo o período 1999-2008, reconstituída aos preços constantes do primeiro semestre de 2011¹⁰.

Desde já, reconhece-se aqui, ademais, a limitação estrutural do comprimento temporal da série do PIB utilizada na estimação da sua curva de tendência, de apenas 10 anos. Para superar isso, em certa medida, foram procedidas várias simulações, por meio do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MMQO), em modelos lineares ou linearizáveis nos parâmetros, assim como polinomiais, de modo a escolher aquele que apresentasse as melhores propriedades em termos de ajustamento, mas, também, em termos de ausência de autocorrelação serial do erro aleatório¹¹.

Diante dessas considerações, o modelo adotado neste contexto, como representação da tendência de crescimento do PIB real do município de Fortaleza na sua forma original é do tipo:

$Y = e^{(\alpha + \beta X^2)}$, onde α e β são parâmetros reais, Y é o PIB anual e X é o respectivo ano calendário.

Diante disso, o modelo estimado na sua forma linearizada pelo MMQO resultou no seguinte: $\ln(\text{PIB}) = -18,9051 + 8,9851E-06. (\text{Ano})^2$, sendo $\ln(\text{PIB})$ o logaritmo natural do PIB. Assim, o modelo de tendência estimado apresenta as propriedades estatísticas explicitadas na Tabela 3.

9 Veja-se que, de acordo com informações do IBGE, as contas regionais e as municipais, referentes ao ano de 2009, devem ser divulgadas em novembro e dezembro do corrente ano, respectivamente. Cf. IBGE. [online]. No endereço: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/estudos_especiais.php. Acesso em: 18.10.2011.

10 A série anual do deflator implícito, utilizada para transformar a série do PIB de Fortaleza a preço corrente, foi construída a partir da média anual da série do deflator implícito do produto interno bruto brasileiro trimestral no período 1995.I-2010.IV, na base 1995=100, então transformada para a base da média dos dois primeiros trimestres de 2011. Os respectivos dados estatísticos estão dispostos em anexo.

11 Neste sentido, foram estimados um total 26 modelos distintos. Não se procederam aqui estimativas de modelos autoregressivos devido à limitação do tamanho da série disponível.

Tabela 3 – Características Estatísticas do Modelo Estimado

Parâmetros	Estimativas de MQ	Erro padrão	Estatística t	P-valor
α	-18,9051	2,14	-8,8442	0,0
β	8,9851E-06	0,00	16,8727	0,0

Coefficiente de Determinação = 97,27%

Erro Padrão de Estimativa = 0,0194

Erro Médio Absoluto = 0,0146

Estatística de Durbin-Watson = 2,93 (P=0,89)

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos resultados do modelo e informações sobre o PIB (Tabela 5).

Portanto, como se vê, o modelo de tendência estimado exibe excelentes propriedades estatísticas de ajustamento: a) todos os coeficientes estimados são altamente significativos; b) alto coeficiente de determinação, indicando que a tendência estimada está explicando cerca de 97,27% das variações do logaritmo natural do PIB real; c) reduzidíssimos erro padrão de estimativa e erro médio dos resíduos; d) a estatística de Durbin-Watson indicando que não se pode

aceitar a hipótese de autocorrelação serial dos erros ao nível de 95% de confiança.

A partir daí, realizaram-se as estimativas da tendência anual do PIB real do município, expostas no Gráfico 2, onde se verifica que os limites de previsão, ao nível de confiança de 95%, são bastante satisfatórios, como decorrência do reduzido erro padrão de estimativa apresentado pelo modelo. Ressalte-se que os erros máximos estimados, em termos proporcionais, acima ou abaixo do valor da pre-

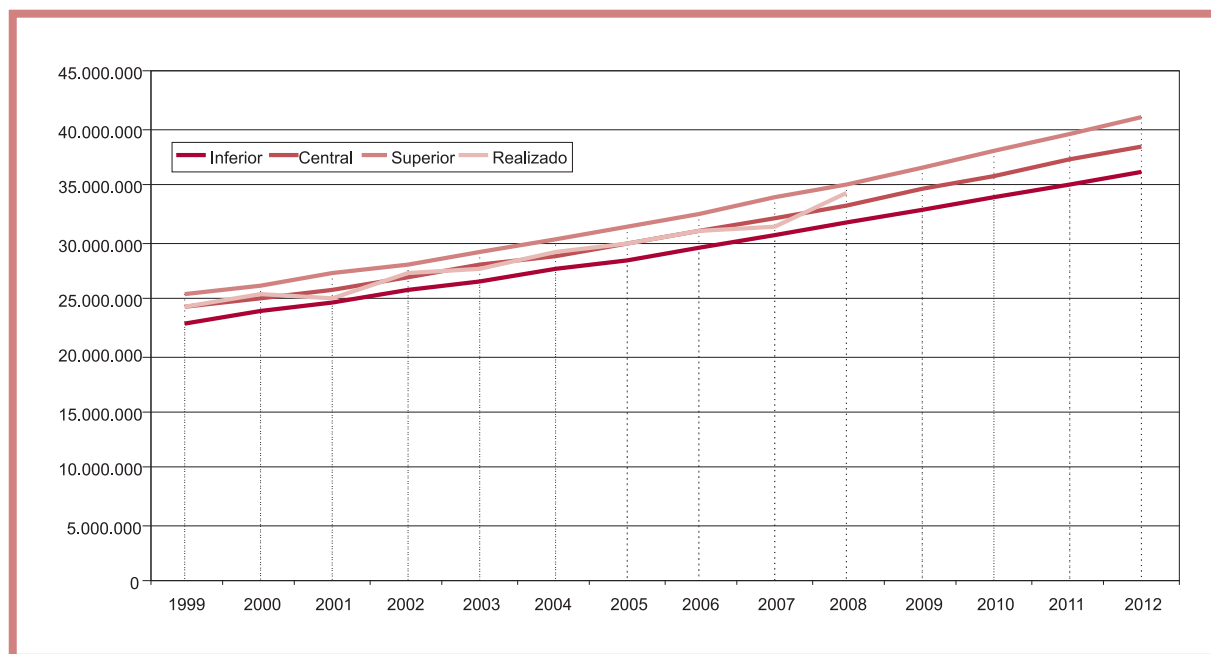


Gráfico 2 – Município de Fortaleza. Produto Interno Bruto. Realizado, Previsão Central e Limites de Previsão Inferior e Superior a Preços de Mercado. Mil Reais (preço constante de jan.jul de 2011)

Fonte: Dados originais, IBGE. Projeções elaboradas pelo autor.

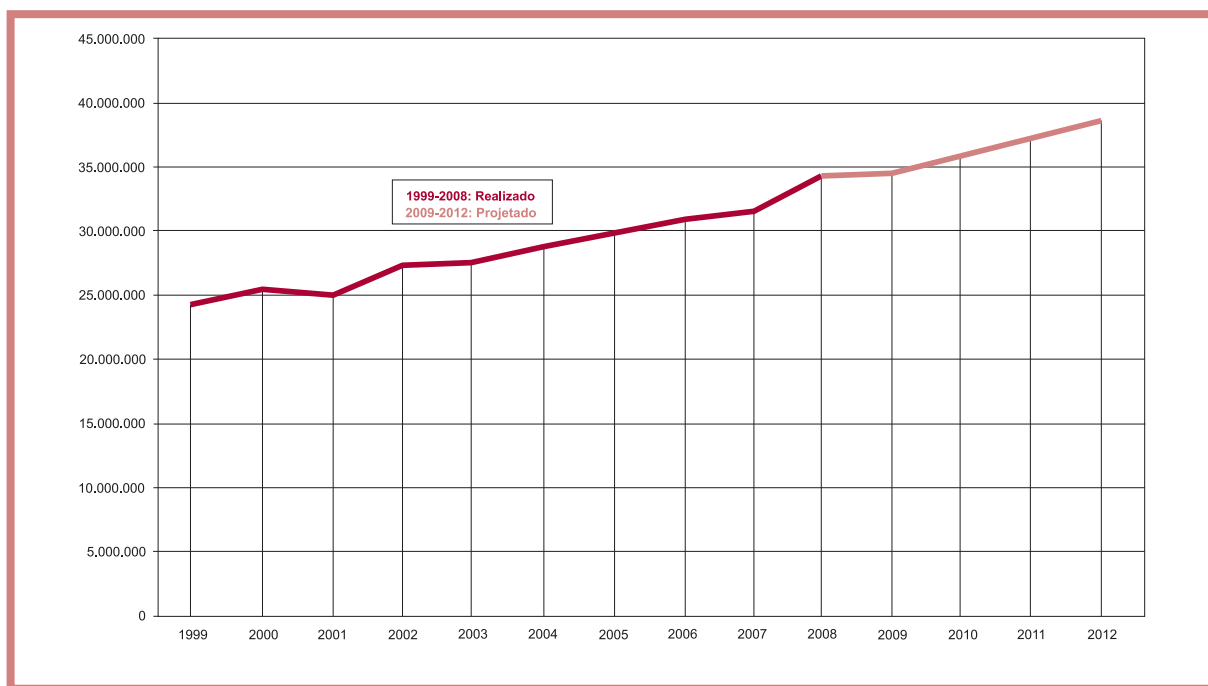


Gráfico 3 – Município de Fortaleza. Produto Interno Bruto, Preços de Mercado, Realizado e Projetado. Mil Reais (preços constantes de jan. jul. de 2011)

Fonte: Derivado do Gráfico 2.

visão central, situam-se no intervalo de -5,2 a 6,5%, com 95% de confiança.

Assim, expõem-se, na Tabela 4, as previsões centrais e seus respectivos limites de previsão, com 95% de confiança, resultantes do modelo de tendência estimado, para o PIB de Fortaleza no período 2009-2012.

De modo que, conforme os intervalos de projeções os erros máximos previsíveis, para

a confiabilidade adotada, com relação aos valores estabelecidos na Tabela 4 situam-se entre -5,2% e 6,5%, como já referido.

O Gráfico 3 apresenta a série original, seguida da série de projeções centrais da tabela anterior. Desse modo, diante da análise aqui realizada, a expectativa é de que o PIB municipal de Fortaleza continue a exibir uma tendência crescente no médio prazo, sem maiores oscilações sistêmicas. Entre-

Tabela 4 – Município de Fortaleza. PIB Previsto (Mil reais)

Ano	Limite inferior (95%)	Central	Limite Superior (95%)
2009	32.780.600	34.604.200	36.529.400
2010	33.896.700	35.876.700	37.972.300
2011	35.041.100	37.196.600	39.484.700
2012	36.215.600	38.565.700	41.068.400

Preços constantes do primeiro semestre de 2011.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em dados originais do IBGE.

tanto, considerando-se os investimentos em infraestrutura ultimamente realizados no município, principalmente pela administração municipal, e a sequência desse tipo de investimento realizada pelos três níveis de governo, ou em parcerias com o setor priva-

do, com vistas à realização da Copa do Mundo de Futebol no país, é provável que se tenha uma aceleração cíclica da tendência, inclusive atingindo os valores máximos de previsão da Tabela anterior.

ANEXO

Tabela 5 – Município de Fortaleza. PIB a Preços Correntes, Participações no PIB Total do Estado, Deflator Implícito do PIB e PIB a Preços Constantes. 1999-2008

Ano	PIB a preços correntes (R\$ Mil)	PIB Fortaleza/ PIB Ceará (%)	Deflator implícito (jan-jul.2011=100)	PIB a preços constantes (R\$ Mil)
1999	10.390.204	50,11	42,75	24.304.367,76
2000	11.146.470	49,31	43,85	25.418.948,01
2001	11.996.572	48,90	47,73	25.133.953,44
2002	14.348.427	49,66	52,29	27.438.678,04
2003	16.048.065	49,28	58,29	27.531.789,76
2004	17.623.128	47,80	60,75	29.009.098,38
2005	20.060.099	49,00	67,24	29.833.659,09
2006	22.331.722	48,23	72,23	30.915.532,12
2007	24.476.378	48,63	77,60	31.543.230,41
2008	28.350.622	47,17	82,74	34.263.299,03

Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de Estatística, secretarias estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Deflator implícito elaborado pelo autor a partir das contas trimestrais brasileiras do IBGE.

Nota: Os dados do último ano disponível estarão sujeitos a revisão quando da próxima divulgação.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Jorge de. **Estatística econômica e social**. Rio de Janeiro: Campus, 1977. p. 46-48.

FERREIRA, A. **A aventura da sobrevivência: migrações cearenses na década de 1990**.

Fortaleza: BNB, 2007. (BNB Teses e dissertações, n.5). 246p. p.

FERREIRA, A. **Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão**. Revista de Economia Política. São Paulo-SP, v. 6, n. 1, p. 98-124, jan.-mar./1986.

1.2 - Novas Empresas no Brasil: Taxas e Fatores de Sobrevivência

José Varela Donato

Doutor em Administração de Empresas/EAESP-FGV. Pesquisador do ETENE

A criação de empresas, dimensão importante do empreendedorismo, requer um ambiente de negócios estimulante e a presença de empreendedores dinâmicos, criadores de produtos, serviços e processos inovadores (SHANE, 2008; PARKER, 2009). Na opinião de muitos especialistas, o empreendedorismo constitui motor do desenvolvimento socioeconômico, porquanto estimula inovação, produtividade, competitividade e crescimento econômico, reduz a pobreza, melhora o padrão de vida dos empreendedores, gera emprego, renda e bem-estar (SCHUMPETER, 1961; BAUMOL; LITAN; SCHRAMM, 2007; HOLCOMBE, 2007; SHANE, 2008; PARKER, 2009).

Desenvolvem-se, mundialmente, políticas e estruturas para estimular, direta ou indiretamente, a criação de empresas, através de programas de incentivo à pesquisa, transferência de tecnologia, apoio financeiro, treinamento para o empreendedorismo, bem como aperfeiçoamento do quadro regulatório e da infraestrutura física (SHANE, 2008; OECD, 2009).

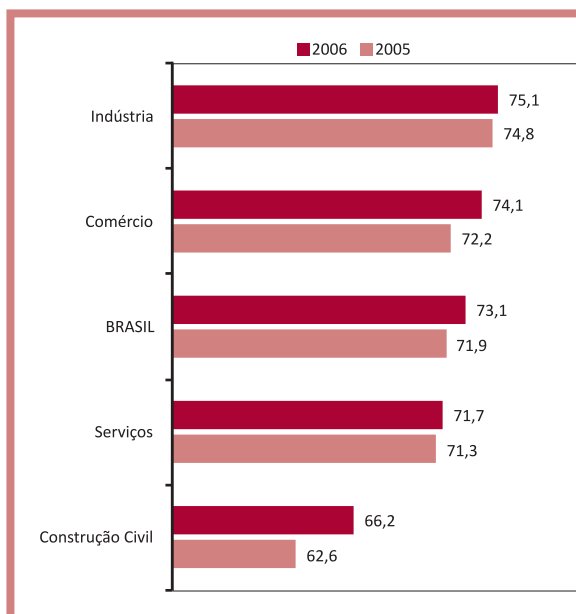
A partir da década de 1980, emergiu um contexto sociocultural muito favorável à fundação de empresas: a mídia retrata empreendedores de sucesso como heróis e heroínas; fragiliza-se a estabilidade das relações de trabalho e a fidelidade dos empregados para com as empresas; pessoas despertam para a oportunidade de trabalhar para si mesmas; mudanças nos valores sociais induzem pessoas mais jovens a preferirem estilo de vida mais independente à segurança e a aumentos previsíveis de salários; expande-se a educação empreendedora em todo o mundo (BARON; SHANE, 2007; SHANE, 2008; TIMMONS; SPINELLI JR., 2009).

Taxas de sobrevivência das empresas

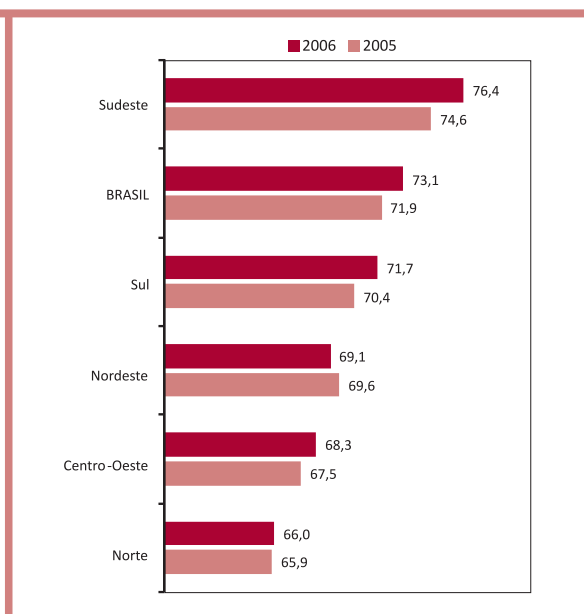
Pesquisas sistemáticas destinadas a avaliar o dinamismo empreendedor contemplam, como um dos indicadores relevantes, a taxa de sobrevivência de empresas, que se refere ao percentual de empresas que, fundadas em um mesmo ano, sobrevivem por determinado período de tempo, geralmente expresso em número de anos.

As taxas de sobrevivência de novas empresas são baixas em todo o mundo. **Em geral, calcula-se que mais de 50% das empresas se extinguem antes de completar cinco anos** (SHANE, 2008); ou seja, criar uma empresa é investimento muito arriscado. Além disso, empresas de menor porte são mais vulneráveis (MATA; PORTUGAL, 1994; TIMMONS; SPINELLI JR., 2009; IBGE, 2011).

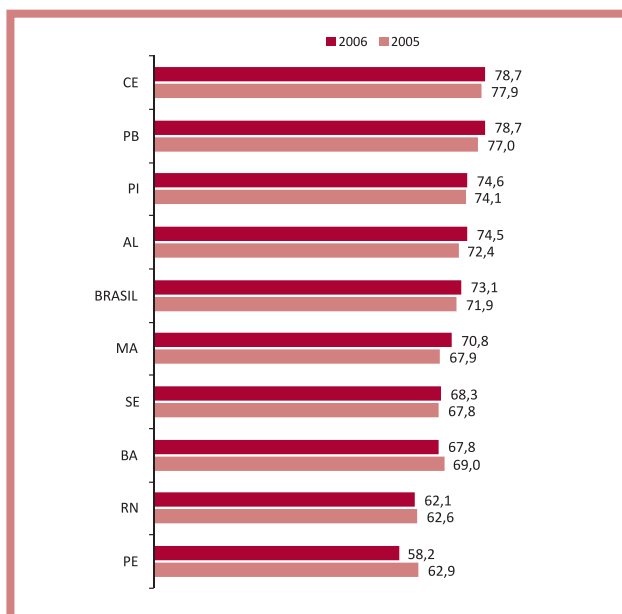
As metodologias de cálculo da taxa de sobrevivência de empresas diferem mundialmente, fato que dificulta bastante a comparação de resultados entre diferentes países. No Brasil, estudos para cálculo da taxa de sobre-



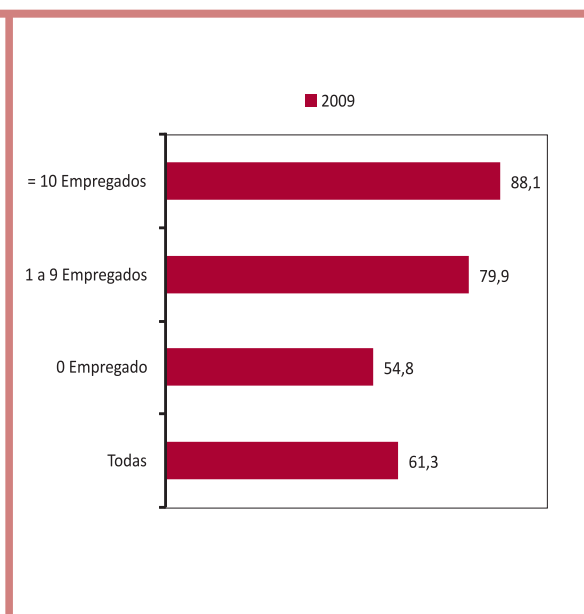
1A – Taxas de Sobrevivência por Setor



1B – Taxas de Sobrevivência por Região



1C – Taxas de Sobrevivência no Nordeste



1D – Taxas de Sobrevivência por Empregados

Gráfico 1 – Taxas de Sobrevivência das Empresas com até Dois Anos no Brasil

Fonte: Elaboração própria, com base em Sebrae (2011) e IBGE (2011).

Notas: 1) os gráficos 1A, 1B e 1C referem-se à pesquisa do Sebrae (2011); o gráfico 1D, à pesquisa do IBGE (2011); 2) os anos acima dos gráficos se referem ao ano de fundação das empresas.

vivência das empresas foram realizados de maneira não sistemática e com utilização de metodologias diferentes.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE elaborou estu-

do recente sobre as taxas de sobrevivência de empresas no Brasil, fundadas em 2005 e 2006, utilizando as bases de dados da Secretaria da Receita Federal, e cujos resultados são apresentados no Gráfico 1 (SEBRAE, 2011).

O Gráfico 1 mostra que existem diferenças significativas entre as taxas de sobrevivência de empresas entre setores da economia, regiões e estados brasileiros. Em síntese, em relação às **taxas de sobrevivência de empresas com até dois anos, constituídas em 2006**, a pesquisa do SEBRAE (2011) revelou:

- aumento da taxa de sobrevivência das empresas no Brasil, de 71,9% para 73,1%; em outras palavras, 73,1% das empresas fundadas em 2006 sobreviveram até 2009, e 26,9% encerraram suas atividades;
- crescimento da taxa de sobrevivência em todos os setores, cabendo à indústria a maior taxa de sobrevivência, 75,1%;
- o Sudeste é a única região com taxa de sobrevivência (76,4%) superior à do Brasil; vale observar que, por concentrarem maior número de empresas do setor industrial, as Regiões Sudeste e Sul apresentaram maiores taxas de sobrevivência empresarial;
- o Nordeste foi a única região que registrou queda na taxa de sobrevivência das empresas de 2005 para 2006, de 69,6% para 69,1%; quatro estados apresentaram taxas de sobrevivência empresarial superiores à da Brasil; Ceará e Paraíba, com uma taxa de sobrevivência de 78,7% (em termos estaduais), só perderam para Roraima, com 78,8%; já Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte registraram redução da taxa de sobrevivência de suas empresas; Pernambuco teve a menor taxa de sobrevivência no Brasil, 58,2%.

Um dos pontos de destaque dos resultados da pesquisa do Sebrae (2011) foi um consistente crescimento das taxas de sobrevivência das empresas fundadas em 2006, devido, dentre outros fatores, ao bom momento econômico vivido pelo Brasil e às melhorias no clima de negócios, notadamente

ao crescimento do percentual de empreendedores com maior nível de escolaridade (GRECO et al., 2010).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) mostrou taxa de sobrevivência de apenas 61,3% para todas as empresas brasileiras com até dois anos, fundadas em 2007, sendo que as empresas com dez ou mais empregados assalariados alcançaram taxa de sobrevivência de 88,1% (Gráfico 1). O estudo do IBGE utilizou dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, e do seu próprio Cadastro Central de Empresas (Cempre).

Como as pesquisas do Sebrae e do IBGE utilizaram metodologias e bases de dados diversas, torna-se difícil uma análise comparativa mais crítica e acurada dos resultados, somente possível a partir de uma série estatística maior.

Fatores de sobrevivência das empresas

Os determinantes da sobrevivência das empresas vêm sendo estudados em, pelo menos, três níveis: empreendedor, empresa e ambiente empresarial. Em outras palavras, a sobrevivência e a eficácia das empresas dependem das características do empreendedor e da empresa e das condições do ambiente em que estão inseridos.

De antemão, convém esclarecer dois pontos que, segundo Parker (2009), costumam ser omitidos em estudos e discursos populares. Primeiro, a continuidade de um indivíduo no empreendedorismo não equivale à sobrevivência de seus negócios, como é o caso dos "empreendedores seriais" que permanecem no empreendedorismo, embora fracassem alguns de seus sucessivos empreendimentos. Segundo, o fim de um empreendimento não significa necessariamente fracasso: o empre-

endedor encerra um negócio para, por exemplo, iniciar outro, ou assumir um emprego que lhe ofereça maior retorno (PARKER, 2009).

Nesse sentido, a Pesquisa do GEM – Global Entrepreneurship Monitor (MACHADO et al., 2010) mostra, conforme Gráfico 2, os motivos pelos quais empreendedores encerraram seus negócios em 2009 no Brasil, destacando-se a falta de lucratividade (33,6%) e que 40,1% dos encerramentos, no mínimo, ocorreram por causas voluntárias (razões pessoais, saída planejada, trabalho ou novo negócio e oportunidade de venda do negócio).

Evidentemente, o encerramento de um negócio, por qualquer motivo, acarreta perdas econômicas e sociais. Além disso, a obtenção de lucratividade esperada pelo empreendedor pode reduzir o surgimento de outras razões apontadas para o encerramento do negócio, como, por exemplo, trabalho ou novo negócio, dificuldade de obtenção de recursos financeiros, venda do negócio.

Parker (2009) procedeu a levantamento de estudos que utilizaram análise multivariada, tendo como variável dependente o tempo de sobrevivência das empresas, e destacou as variáveis independentes, naqueles três níveis de análise, que apresentaram coeficientes positivos, negativos e nulos, estatisticamente significantes. A seguir, apresenta-se uma discussão acerca de variáveis catalogadas por Parker (2009) que revelaram resultados mais robustos, seja em razão da quantidade de estudos que corroboraram sua influência nas taxas de sobrevivência das empresas, seja em razão da direção da influência.

Variáveis individuais

Quatro variáveis individuais apresentaram coeficientes positivos (quanto maiores, mais tempo de sobrevivência das empresas) de maneira mais consistente e que, portanto, parecem ter maior poder de explicar a longevidade das empresas: idade do empreendedor, educação do empreendedor, tempo no negócio e experiência no setor.

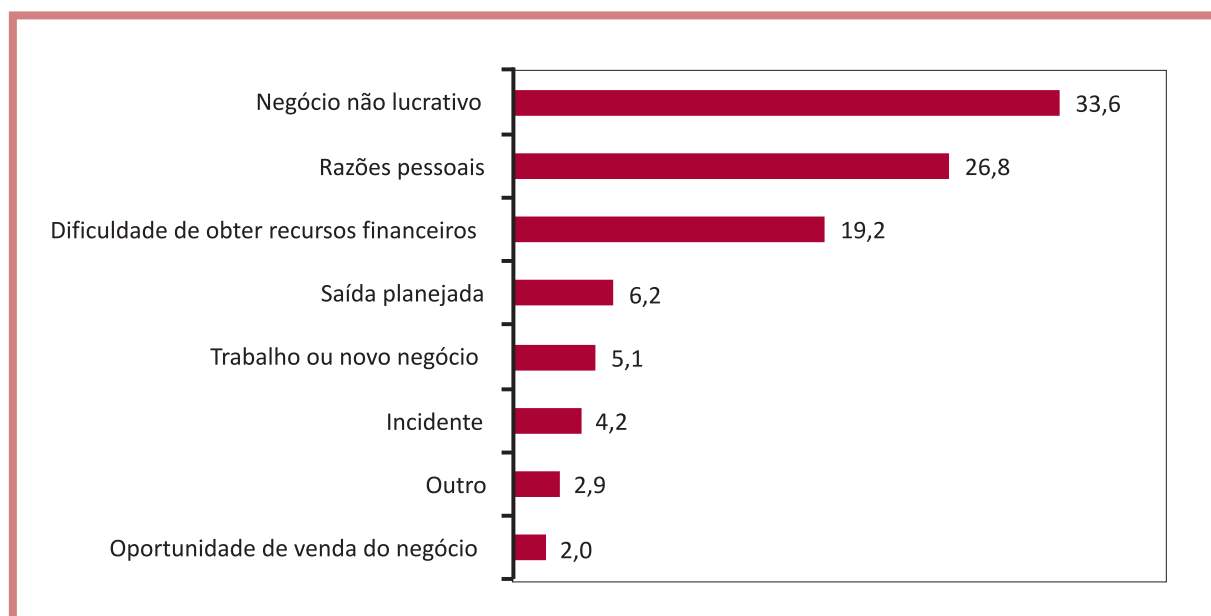


Gráfico 2 – Motivo Principal do Encerramento dos Negócios no Brasil em 2009 Apontados por Empreendedores (em %)

Fonte: Elaboração própria, com base em Machado et al. (2010).

As variáveis citadas tendem, em certa medida, a correlacionar-se positivamente, no mesmo sentido. Além disso, Parker (2009) chama atenção para o fato de que, em relação à experiência, somente a experiência no setor teve importância para a sobrevivência das empresas; experiência empreendedora, experiência gerencial e experiência de trabalho não revelaram aumentar as chances de sobrevivência das empresas. A pesquisa realizada pelo Sebrae (2011) sugere que a melhor capacitação dos recursos humanos pode haver contribuído para maior taxa de sobrevivência (75,1%) das empresas da indústria constituídas em 2006.

As variáveis estar desempregado e ser mulher apresentaram coeficientes predominantemente negativos, ou seja, sua presença contribui para reduzir o tempo de sobrevivência empresarial. Estudos revelaram que as taxas de risco de empreendimento de desempregados triplicam em relação às de pessoas empregadas, porque muitos dos primeiros entrantes possuem capital humano obsoleto, informação de qualidade inferior sobre oportunidades de negócio e, possivelmente, menor motivação, culminando em menores taxas de sobrevivência (PARKER, 2009).

Com relação à condição de ser mulher, as explicações apontadas pelas pesquisas mais convincentes para que o desempenho feminino seja inferior ao desempenho masculino residem nas metas e aspirações: as mulheres definem metas comerciais e financeiras inferiores (SHANE, 2008), dedicam menos horas de trabalho ao negócio, criam empresa para ter trabalho flexível e condições de cuidar dos filhos (SHANE, 2008; PARKER, 2009). Talvez em virtude dessas condições e preocupações, as mulheres deem preferência a pequenos negócios, em setores mais competitivos e com menores taxas de retorno e de sobrevivência (PARKER, 2009).

Em estudo sobre o programa CrediAmigo do Banco do Nordeste do Brasil, os empreendimentos das mulheres apresentaram lucro operacional 21,17% inferior aos dos homens, resultado que foi generalizado para as demais variáveis econômicas dos negócios (NÉRI; BUCHMANN, 2008). Embora os clientes do CrediAmigo não se constituam empresa, é razoável supor que tal desempenho corrobora as conclusões de Parker (2009) sobre empreendimentos comandados por mulheres.

Acredita-se que as taxas de sobrevivência empresarial dependem do contexto sociocultural de cada país, de modo que os resultados de pesquisas realizadas em outros países talvez não sejam determinantes para dizer, por exemplo, que o homem brasileiro é um empreendedor mais eficaz que a mulher brasileira. Mas chamam atenção para a importância da condição da empreendedora ou do empreendedor para o sucesso empresarial.

De fato, enquanto em economias tecnologicamente avançadas, dirigidas pela inovação, como Estados Unidos, Japão, Alemanha, por exemplo, as mulheres empreendedoras são em proporção menor que os homens, no Brasil, de economia dirigida pela eficiência, existe um equilíbrio entre homens e mulheres quanto à participação em atividades empreendedoras (GRECO et al., 2010). Esse dado talvez reflita maiores aspirações das mulheres no Brasil em comparação com outros países.

Variáveis empresariais

Tamanho, capital inicial (as variáveis mais utilizadas em estudos multivariados) e taxa de crescimento anterior das empresas revelaram impactos positivos mais consistentes na taxa de sobrevivência nos estudos levantados por Parker (2009). A variável tamanho possui maior influência na sobrevivência das

empresas em indústrias em que economias de escala representam vantagem competitiva importante; ademais, essa variável está positivamente associada com as variáveis taxa de crescimento anterior, com idade ou consolidação da empresa. Daí, a importância do crescimento rápido, para a empresa alcançar economias de escala e tornar-se competitiva. A pesquisa do IBGE (2011) apresenta associação positiva entre tamanho (medido em número de empregados assalariados) e taxa de sobrevivência das empresas fundadas em 2007.

Shane (2005) explica que firmas consolidadas e maiores, melhor que empresas novas, exploram oportunidades ao conquistarem vantagens competitivas que demandam tempo, tais como: efeitos de aprendizado, efeitos de reputação, fluxo de caixa positivo, economias de escala e ativos complementares em manufatura, marketing e distribuição. Por outro lado, uma empresa entrante pode usufruir vantagens quando a exploração de oportunidade se baseia em mercados novos de demanda desconhecida, em tecnologia destruidora de competências, tecnologia discreta (explorada por si só, sem a necessidade de complemento), tecnologia de capital humano intensivo, tecnologia de uso geral e em necessidades não satisfeitas dos clientes atuais (SHANE, 2005; BARON; SHANE, 2007).

Variáveis ambientais

Estudos em administração e negócios encontram evidências de que setores inovadores possuem maiores taxas de sobrevivência. Assim, as empresas que promovem mais inovações em produtos e processos têm vida mais longa.

Dentre informações relevantes para avaliar uma oportunidade, a estrutura da indústria pode ser um sinalizador do retorno do

investimento (PORTER, 1991) e das taxas de sobrevivência das empresas (SHANE, 2008). A exploração de oportunidade parece mais atrativa quando a demanda esperada é grande, as margens de lucro da indústria são altas, o ciclo de vida da tecnologia é jovem, a densidade da competição em um espaço particular não é tão baixa nem tão alta, o custo de capital é baixo e a aprendizagem de outros entrantes está disponível em nível de população (SHANE, 2005; BARON; SHANE, 2007).

O ciclo de vida do setor pode ser influente na longevidade das empresas, conforme estudos levantados por Parker (2009): entrantes em setores novos ou setores em rápidas mudanças tecnológicas podem auferir vantagens ao explorarem idéias novas e radicais; entrantes nos estágios inicial ou de crescimento sofrem menos a desvantagem de ser novos que entrantes em fase madura de um produto ou setor; a desvantagem de ser pequeno afeta entrantes durante a fase de crescimento de um setor, mas desaparece em setores maduros ou tecnologicamente intensivos; uma estratégia de diversificação aumenta as chances de sobrevivência nos estágios iniciais do ciclo de vida do setor.

A adequação de estratégias das empresas depende da natureza do setor: uma estratégia focada na qualidade do produto aumenta a sobrevivência em setor de manufatura; uma estratégia de tecnologia funciona melhor no varejo; uma estratégia de provedor de nicho funciona melhor no setor de serviços (PARKER, 2009).

Estudos de sobrevivência de empresas por tipo de atividade são contraditórios: alguns revelam maiores taxas de sobrevivência no setor de manufatura que no setor de serviços, como foi o caso da pesquisa do SEBRAE (2011); outros mostram o contrário



Gráfico 3 – Principal Motivo Apontado Pelos Empresários para o Fechamento das MPEs no Brasil em 2005 (em %)

Fonte: Elaboração própria, com base em SEBRAE (2007).

(PARKER, 2009; OECD, 2009; CARVALHO; FONSECA, 2010).

Finalmente, os estudos catalogados por Parker (2009) revelaram algumas variáveis ambientais com coeficientes negativos em relação à sobrevivência de novas empresas: intensidade da competição, medida de várias maneiras, incluindo baixa concentração da indústria, taxas de entrada altas, baixas margens de lucro; demanda reduzida; desemprego elevado; taxas de juros mais altas.

O Sebrae elaborou pesquisa nacional para identificar, segundo percepção dos empresários, no período de 2000 a 2005, fatores condicionantes de sobrevivência e mortalidade das microempresas e pequenas empresas (MPEs). A pesquisa mostrou que, em 2005, carga tributária elevada, falta de capital de giro, falta de clientes, problemas financeiros e concorrência muito forte foram as razões mais apontadas para o fechamento das MPEs (SEBRAE, 2007). Indagados sobre o principal motivo para o fechamento das MPEs, os empresários indicaram, pela ordem, conforme Gráfico 3: propaganda inadequada, logística deficiente (falta de mão de obra qualificada,

instalações inadequadas) e desconhecimento do mercado (SEBRAE, 2007).

Considerações finais

Tema complexo, a sobrevivência das empresas é influenciada simultaneamente pelas condições do empreendedor, da empresa e do ambiente empresarial. Em relação à estratégia e à eficácia de novas empresas e de novos empreendedores, muitos avanços foram alcançados, mas persistem recomendações abundantes e contraditórias sobre o caminho do sucesso, como ilustra Shane (2008, p. 111) com exemplos coletados na literatura especializada e na mídia:

Nunca comece um negócio sozinho. Nunca comece um negócio com outra pessoa. Mantenha a simplicidade. Comece com uma ideia complexa que ninguém possa copiar. Comece com pessoas boas, elas não sabem o que fazer. Olhe para as pessoas como embusteiras. Faça aquilo que os consumidores desejam. Surpreenda os consumidores. Gaste tão pouco dinheiro quanto possível. Você recebe pelo que paga. Tenha persistência. Não invista mais dinheiro após um fracasso. Seja autoconfiante. Seja humilde. Trabalhe

muito. Trabalhe com inteligência. Seja um líder. Siga a liderança dos outros. Descubra uma tendência. Siga um caminho diferente.

Shane (2008) publicou livro esclarecedor ao confrontar as imagens míticas com as realidades criadas em torno do empreendedorismo e empreendedores, com base em pesquisas realizadas sobre a fundação de empresas e, principalmente, no contexto americano. Dentre as realidades, as pesquisas retratam “empreendedores típicos” como pessoas que criam negócios pouco inovadores e sem competitividade, não buscam e avaliam sistematicamente oportunidades e fracassam com seu novo negócio.

As condições do empreendedor se mostram determinantes nas taxas de sobrevivência das empresas, notadamente diante das contradições dos resultados dos estudos por tipo de atividade. Mais que traços psicológicos, conhecimento do negócio e experiência no setor são variáveis que ampliam as probabilidades de sucesso dos empreendimentos. Assim, educação empreendedora constitui

recurso valioso para o êxito de quem pretende ser empreendedor.

Novas empresas revelam baixas taxas de sobrevivência. Empresas menores são muito mais vulneráveis que firmas grandes e consolidadas. Como o incentivo à criação de empresas expressa, dentre outros, objetivos das políticas de geração de oportunidades de trabalho, inclusive como mecanismo de enfrentamento de crises econômicas, o retorno da atividade empreendedora depende de uma estratégia vigorosa e de boas práticas de gestão (planejamento, marketing, organização, dentre outras).

Instituições de fomento precisam incorporar as variáveis aqui consideradas aos seus modelos de avaliação de projetos de investimento, especialmente daqueles voltados para criação de empresas. Afinal de contas, o aporte de recursos financeiros, em quantidade e momento certos, a projetos bem arquitetados incentiva o empreendedorismo e contribui para aumentar a eficácia e a taxa de sobrevivência de novas empresas.

REFERÊNCIAS

BARON, R. A.; SHANE, S. A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BAUMOL, W. J.; LITAN, R. E.; SCHRAMM, C. J. **Good capitalism, bad capitalism, and economics of growth and prosperity**. New Haven: Yale University, 2007.

CARVALHO, K. C. M. de; FONSECA, L. F. C. Análise dos determinantes da entrada e sobrevivência das empresas no Brasil. **XXVII Encon-**

tro Nacional de Economia – ANPEC, Salvador-Bahia, dez. 2010.

GRECO, M. de S. S. et al. **Empreendedorismo no Brasil 2010**. Curitiba: IBQP, 2010.

HOLCOMBE, R. G. **Entrepreneurship and economic progress**. New York, NY: Routledge, 2007.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia de Empresas 2009**. Rio de Janeiro: 2011.

MACHADO, J. P. et al. **Empreendedorismo no Brasil 2009**. Curitiba: IBQP, 2010.

MATA, J.; PORTUGAL, P. Life duration of new firms. **The Journal of Industrial Economics**, v. 42, n. 3, p. 227-245, Sept. 1994.

NERI, M.; BUCHMANN, G. CrediAmigo: o Grameen tupiniquim. In: NERI, M. (org.). **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. cap. 7, p. 191-229.

OECD-ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Measuring entrepreneurship**: a collection of indicators – 2009 edition. Disponível em: www.oecd.org. Acesso em: 21 fev. 2011.

PARKER, S. C. **The economics of entrepreneurship**. New York, NY: Cambridge University Press, 2009.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. New York: A Galaxy Book, 1961.

SEBRAE-SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil – 2003-2005**. Brasília: SEBRAE, 2007.

SEBRAE-SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil – outubro 2011**. Brasília: SEBRAE, 2011.

SHANE, S. A. **Sobre solo fértil: como identificar grandes oportunidades para empreendimentos em alta tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SHANE, S. A. **The illusions of entrepreneurship: the costly myths that entrepreneurs, investors, and policy makers live by**. New Haven, Connecticut: Yale University, 2008.

TIMMONS, J. A.; SPINELLI JR., S. **New venture creation: entrepreneurship for the 21st century**. 6th ed. New York, NY: McGraw-Hill, 2009.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

Na edição de setembro de 2011 do World Economic Outlook, o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2011) projetava uma taxa de crescimento de 4% da economia mundial, o que significa uma revisão para baixo em relação à edição de junho de 2011. A explicação se encontra, principalmente, na modesta recuperação das economias avançadas. Nessas economias, a diminuição dos estímulos fiscais ocorre em um contexto de baixo dinamismo da demanda privada.

Na Europa, o modesto crescimento é agravado pela instabilidade das dívidas públicas dos países da periferia da eurozona. Os riscos para o sistema financeiro são significativos considerando a real possibilidade de *default* dos países mais frágeis da região.

Diante da insustentabilidade da dívida soberana grega, os líderes da Zona do Euro fecharam um acordo com bancos e seguradoras privadas, sobretudo as que carregam títulos públicos dos países endividados, pelo qual essas instituições aceitam uma redução de 50% nos bônus que detêm da Grécia. Essa desvalorização nominal reduzirá em 100 milhões de euros a dívida do país, possibilitando um recuo substancial da relação dívida/PIB. Em compensação, os bancos devem receber incrementos de crédito no valor de 30 bilhões de euros.

Por outro lado, a Grécia, assim como outros países que apresentam uma alta relação dívida/PIB, deverá intensificar as medidas fiscais austeras na perspectiva de restabelecer a confiança dos investidores vulneráveis ao risco soberano. Ou seja, no lugar de ampliar

os esforços públicos para criar empregos, os países endividados serão obrigados a reduzir os gastos do governo e os programas sociais.

O primeiro ministro grego, o socialista Giorgos Papandreou, chegou a cogitar a ideia de levar a cabo um referendo popular no sentido de obter aprovação para o pacote de políticas de ajustamento dada a extensão e intensidade restritivas das metas fiscais a serem alcançadas, obviamente, com efeitos sociais extremamente penosos. O fato concreto é que essa atitude de Giorgos Papandreou provocou uma reação contundente da denominada *troika*¹ conjuntamente com o presidente francês Nicolas Sarkozy e a chanceler alemã Angela Merkel. Diante dessa situação reativa, o primeiro ministro Papandreou terminou por renunciar na expectativa de que seja formado um governo de coalizão nacional, objetivando dividir os custos políticos do arrocho fiscal com demais partidos políticos, situação esta, de difícil consecução.

Na verdade, existe a convicção de que os cortes de despesas restabeleceria a confiança de consumidores e empresas. Como con-

1 Atualmente na Europa, diante das graves turbulências econômicas e financeiras, se denomina de *troika* ao conjunto das instituições formado pelo Conselho da União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

seqüência, a ampliação dos gastos privados compensaria os efeitos recessivos dos cortes do governo. Entretanto, as projeções mais recentes não confirmam o sucesso dessa política de "austeridade expansionista". De acordo com o FMI, o crescimento das economias avançadas será de apenas 1,5% em 2011 e de 2% em 2012.

Agora, a situação tornou-se mais frágil e complexa considerando-se que a Itália, como se vinha aventando, embora com certa reticência nos círculos financeiros internacionais, entrou num franco processo recessivo e de instabilidade financeira, também, com sérias ameaças de *default* da sua dívida soberana.

A situação italiana assumiu tal gravidade que culminou com o que menos se esperava no curto prazo: a queda do governo Berlusconi e a sua substituição, em 13.11.2011, por um governo de emergência liderado pelo professor de economia Mario Monti, por indicação do atual presidente italiano Giorgio Napolitano². É necessário ter-se em conta que a economia italiana tem uma estrutura muito mais complexa e aprofundada em termos capitalistas que aquelas já em crise, como Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, ou seja, os outros denominados PIIGS. Diante disso a questão é: até que ponto o governo Monti será capaz de obter respaldo político e social mínimo para levar a cabo as reformas fiscais

impostas pela *troika*? Certamente, está-se diante de uma incógnita, pois, primeiro não se pode desprezar as reações dos movimentos sociais organizados, ou não, como se tem visto na Grécia e, em menor expressão na Espanha; e os próprios aliados de Silvio Berlusconi, que não são poucos, por suas conveniências específicas, podem impor obstáculos sérios à aprovação de medidas no Parlamento, malogrando os interesses do governo em tempo hábil.

Neste cenário, os desdobramentos da crise europeia devem se prolongar pelo menos no médio prazo, afetando ainda mais negativamente a dinâmica da economia internacional.

No caso brasileiro, as projeções de crescimento do PIB para o corrente ano, feitas pelo Relatório Focus, do Banco Central, edição de 04.11.2011, recuaram de 3,29%, uma semana antes, para 3,2% e para 3,5%, em 2012, a mesma da semana anterior. Ou seja, a expectativa de mercado é de continuidade da expansão, porém, em nível apenas razoável e mínimo se comparado aos demais países do grupo dos BRICS. Em grande medida, o menor ritmo de crescimento da economia brasileira ainda reflete as medidas contractionistas fiscais e monetárias adotadas pelo governo no final de 2010 e início de 2011 para combater a inflação.

2 Para lhe dar fundamento legal, a indicação do Prof. Mario Monti foi precedida de sua nomeação, em 09.11.2011, pelo próprio presidente Napolitano, para a função de senador vitalício da Itália. A escolha se deve ao reconhecimento da sua larga experiência como economista, inclusive, em instituições no âmbito da União Europeia, junto a qual foi comissário representando a Itália entre 1994 e 2004. Embora não seja o lugar próprio para se estender uma discussão sobre o tema, vale mencionar que a estratégia política do presidente Napolitano foi, em primeiro lugar, obter a renúncia de Silvio Berlusconi, inclusive devido à sua resistência em adotar medidas saneadoras mais profundas, além da sua imagem altamente desgastada por escândalos sucessivos, sem submetê-lo a um voto de desconfiança no parlamento italiano que, neste caso, correria risco de insucesso dado o domínio clientelista do mesmo. Em segundo, também procura afirmar uma mudança de perspectiva, com caráter mais técnico, em termos de legitimidade, pretensamente assegurando à *troika* e aos mercados financeiros que o atual governo italiano cumprirá o radical programa de ajustamento fiscal. Acrescente-se que esse programa de ajustamento fiscal foi aprovado nos estertores do governo de Silvio Berlusconi. Aliás, diga-se de passagem, Berlusconi, mesmo diante uma grave perda de legitimidade, condicionou a sua renúncia à aprovação pelo parlamento italiano do referido programa de ajustamento.

Ademais, o agravamento do cenário externo, com possibilidades reais de recessão nas economias avançadas e de desaceleração na China, engendrou uma depreciação dos preços das *commodities* no mercado internacional, com claros prejuízos para o setor exportador brasileiro.

Finalmente, o menor dinamismo da produção industrial em função, sobretudo, do processo de substituição da produção local por importações, em curso traz reflexos negativos para a expansão econômica do país. Dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2011a) revelam que a produção industrial brasileira registrou uma queda de 2% em setembro em relação a agosto, o pior resultado desde abril de 2011. Na comparação com igual mês do ano anterior, o recuo foi de 1,6%.

Diante desse cenário, o governo vem aumentando o número de restrições comerciais nos últimos meses. No caso da indústria automobilística, por exemplo, o governo aumentou até dezembro de 2012 o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os veículos que tiverem menos de 65% de peças nacionais. O objetivo é que essa medida faça parte do novo regime automotivo que será anunciado antes do final de 2012.

De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, essa decisão do governo está estimulando as montadoras instaladas no país a realizar investimentos. De fato, informações fornecidas pela Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostram que as inversões da indústria automobilística chegarão a US\$ 21 bilhões até 2014, com foco na produção de componentes nacionais objetivando o adensamento da cadeia produtiva. Adicionalmente, a medida está incentivando novos projetos de abertura de fábricas no Brasil (BRASIL, 2011).

Já a demanda interna permanece elevada, refletindo as condições ainda favoráveis de expansão do crédito e do emprego. As informações do Banco Central do Brasil (Bacen) revelam a continuidade do incremento da oferta de crédito doméstico. Os empréstimos totais do sistema financeiro, considerando recursos livres e direcionados, alcançaram R\$ 1.929 bilhões em setembro, alta de 2,1% sobre agosto e de 13,1% no acumulado do ano. Em decorrência, a relação crédito/PIB alcançou 48,4%, ante 45,4% em setembro de 2010 (BACEN, 2011).

As operações de crédito concedidas às famílias seguem em patamar elevado (R\$ 622 bilhões), alta de 0,9% em setembro, por conta, principalmente, do crescimento do financiamento de veículos. Entretanto, vale destacar que essa modalidade apresenta redução no ritmo de expansão desde junho de 2011, refletindo a desaceleração da economia brasileira. Diante desse cenário, o governo já sinaliza com a suspensão das medidas de restrição ao crédito adotadas desde dezembro de 2010 com o objetivo de frear a inflação, como o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para financiamentos a pessoas físicas.

A desaceleração da economia brasileira não afetou o dinamismo do mercado de trabalho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de desemprego ficou em apenas 6% em setembro, a menor taxa desde dezembro de 2010 e a menor para um mês de setembro desde o início da série histórica em 2002 (IBGE, 2011b).

No caso da região Nordeste, sua expansão econômica será, certamente afetada pela retração da economia mundial, já que a economia nordestina é uma tradicional exportadora de *commodities* metálicas e agrícolas. Adicionalmente, a indústria regional,

no corrente ano, vem sofrendo acentuada desaceleração quanto à produção física industrial (PFI). Segundo referida pesquisa do IBGE, o setor mesmo tendo crescido 1,1% em setembro com relação a agosto, no acumulado janeiro-setembro decresceu nada menos que 5,2% e, no acumulado de 12 meses, até setembro, esse decréscimo alcançou 4,2, quando estes dois últimos indicadores para o Brasil no agregado, foi de respectivamente, 1,1% e 1,6%. Ou seja, para o Brasil são re-

sultados muito baixos, se comparados aos do ano passado, porém, positivos ao contrário dos verificados para a região Nordeste.

Nesse sentido, torna-se fundamental garantir o dinamismo do mercado doméstico na Região. Isto pressupõe a continuidade da atuação decisiva do Banco do Nordeste do Brasil como financiador do setor produtivo regional, bem como do BNDES, principalmente, em infraestrutura e obras ao PAC II.

REFERÊNCIAS



BACEN. Política Monetária e Operações de Crédito do SFN Setembro de 2011. Disponível em www.bcb.gov.br. Acesso em 31 Out. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Brasil terá novo regime automotivo. Disponível em www.fazenda.gov.br. Acesso em 25 Out.2011.

FMI. Perspectives de L'économie Mondiale, Septembre, 2011. Disponível em www.imf.gov.br. Acesso em 28 Out. 2011

IBGE. Produção Industrial Mensal – Produção Física. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 31 Out. 2011a.

_____. Pesquisa Mensal de Emprego. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 31 Out.2011b.

Tabela 1 – Principais Indicadores Econômicos - Nordeste e Brasil: Acumulado de Janeiro a Setembro de 2011 – Índice comparativo: acumulado do ano (base: igual período do ano anterior=100)

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%): 2011/ igual período de 2010	Brasil	Δ (%): 2011/ igual período de 2010
Agricultura¹						
Estimativa produção grãos	2010/11	Mil t	15.996	33,60	162.955	9,20
Estimativa área plantada grãos	2010/11	mil ha	8.751	15,50	49.919	5,30
Estimativa produtividade grãos	2010/11	Kg/ha	1.828	15,70	3.264	3,70
Indústria²						
Produção física industrial	Setembro	Percentual	-	-5,24	-	1,07
Pessoal ocupado assalariado	Setembro	Percentual	-	1,93	-	1,46
Número de horas pagas na indústria	Setembro	Percentual	-	1,52	-	1,09
Folha de pagamento real na indústria	Setembro	Percentual	-	5,62	-	5,07
Comércio³						
Comércio varejista volume de vendas	Setembro	Percentual	-	-	-	6,95
Comércio varejista ampliado vol. de vendas	Setembro	Percentual	-	-	-	7,99
Comércio Exterior						
Exportações (F.O.B.)	Setembro	US\$ milhões	13.512	16,70	189.999	31,10
Importações (F.O.B.)	Setembro	US\$ milhões	17.199	37,25	166.967	26,26
Corrente de comércio (exportações mais importações)	Setembro	US\$ milhões	30.709	27,39	356.966	28,79
Saldo da balança comercial (exportações menos importações)	Setembro	US\$ milhões	-3.684	287,62	23.032	81,46
Crédito⁴						
Saldo líquido das operações de crédito - SISBACEN	Agosto ⁵	R\$ milhões	116.057	12,21	1.626.341	10,78
Saldo dos depósitos bancários - SISBACEN	Agosto ⁵	R\$ milhões	147.293	8,33	2.772.424	7,39
Saldo líquido das operações de crédito do BNB (inclui o FNE)	Setembro	R\$ milhões	38.957	3,64	43.713	2,93
Saldo das contratações do BNB - Recursos FNE ⁶	Setembro	R\$ milhões	7.343	-0,76	-	-
Saldo das contratações do BNB - Recursos PRONAF ⁶	Setembro	R\$ milhões	974	21,00	-	-
Finanças Públicas⁷						
Arrecadação de impostos federais	Setembro	R\$ milhões	32.046	13,79	515.624	16,79
Arrecadação de ICMS	Setembro	R\$ milhões	31.974	-0,06	214.194	0,54
Emprego						
Saldo emprego formal na indústria	Setembro	Unidade	25.939	-50,62	394.967	-37,22
Saldo emprego formal na construção civil	Setembro	Unidade	40.581	-58,97	238.930	-27,64
Saldo emprego formal no comércio	Setembro	Unidade	29.360	-33,24	207.557	-29,04
Saldo emprego formal nos serviços	Setembro	Unidade	97.044	-11,09	767.103	-4,22
Saldo emprego formal agrop. extra. veg. caça pesca	Setembro	Unidade	30.467	23,02	196.780	32,41
Saldo total do emprego formal	Setembro	Unidade	223.391	-32,17	1.805.337	-17,99
Taxa média de desocupação em Recife	Setembro	Percentual	6,5	1,4*	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador	Setembro	Percentual	6,3	0,7*	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil	Setembro	Percentual	-	-	5,9	0,6**

Fontes:

A: Agricultura - CONAB/Levantamento: Setembro/2011.

(1): Produtos selecionados: Carvão de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

B: Indústria - IBGE: Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário (PIMES) e Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF).

(2): Dados divulgados pela fonte na forma de número-índice.

C: Comércio - IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

(3): Dados divulgados pela fonte na forma de número-índice. Esta pesquisa não divulga dados no plano regional.

D: Comércio Exterior - MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/Balança Comercial Brasileira: dados consolidados e por unidades da federação.

E: Crédito - a) SISBACEN e b) BNB: Sistema de Demonstrações Financeiras (S440) e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

(4): Todos os saldos desta seção tiveram seus valores, até setembro de 2010, corrigidos pelo IGP-DI do mesmo período de 2011 a fim de se calcular a variação real dos indicadores no período.

(5): Dados divulgados pelo SISBACEN até esse mês.

(6): Além dos estados nordestinos, estão inclusos as regiões norte de Minas Gerais e do Espírito Santo por integrarem a área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

F: Finanças Públicas - Receita Federal do Brasil/Sistema DW-Arrecadação (Impostos Federais) e Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação (ICMS).

(7): Os valores arrecadados até setembro de 2010 foram corrigidos pelo IGP-DI do mesmo período de 2011 a fim de se calcular a variação real do montante arrecadado no período.

G: Emprego - MTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e IBGE: Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

(*): Variação interanual expressa em pontos percentuais.

H: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - Fundação Getúlio Vargas (FVG).

Elaboração: Equipes da elaboração da Conjuntura Trimestral e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de 0,8% no segundo trimestre de 2011 comparativamente ao primeiro, finalizando a primeira metade do ano com um aumento de 3,6%. Na comparação com o segundo trimestre de 2010, constatou-se um incremento de 3,1%, o sétimo consecutivo nesse indicador. Esse resultado foi considerado satisfatório, já que incidiu sobre uma base de comparação elevada.

Pela ótica da oferta, o crescimento do PIB deveu-se à expansão dos serviços (0,8%) e da indústria (0,2%), quando observada a variação em relação ao trimestre anterior e levando-se em consideração o ajuste sazonal. Já o setor agropecuário registrou queda de 0,1%. Vale destacar a forte desaceleração do setor industrial, que no primeiro trimestre apresentou taxa de crescimento de 2,2% nessa mesma base de comparação.

No que tange à demanda, a expansão do PIB continua associada ao dinamismo da demanda doméstica. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foi crucial nesse sentido, com incremento de 1,7% no período de abril a junho sobre o trimestre anterior. Em relação a igual trimestre de 2010, constatou-se um avanço de 5,9%. O resultado é significativo, porém inferior aos 8,8% registrados no primeiro trimestre nessa mesma base de comparação (Gráfico 1).

A expansão das importações de máquinas e equipamentos contribuiu substancialmente para o dinamismo da FBCF. No acumulado dos primeiros nove meses do ano, as importações cresceram 19,4%, impulsionadas pela apreciação do câmbio.

De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI),

o barateamento da compra de máquinas e equipamentos importados foi crucial para melhorar o preço relativo do investimento fixo, possibilitando uma maior taxa de inversão fixa no país.

Em contrapartida, o estudo concluiu que o recuo do preço relativo da FBCF deve-se muito pouco à queda dos preços internos dos bens de capital. As distorções existentes no país, associadas ao elevado custo do insumo industrial, da tributação, da energia, da logística e do capital, impedem uma maior redução do custo de investimento.

Apesar do alto custo, a produção interna de bens de capital continua em patamar elevado. Seis dos nove subsetores da indústria de bens de capital assinalaram variação positiva em agosto nos indicadores mês/mesmo mês do ano anterior e acumulado do ano. Os melhores resultados foram registrados nos segmentos de bens de capital equipamentos de transporte e bens de capital para construção. Foram decisivos para esse desempenho a expansão do setor imobiliário e os investimentos de infraestrutura no país (Tabela 1)

Na região Nordeste, os expressivos investimentos em infraestrutura e no setor produtivo engendram maior demanda por máquinas e equipamentos. Esse fato é particular-

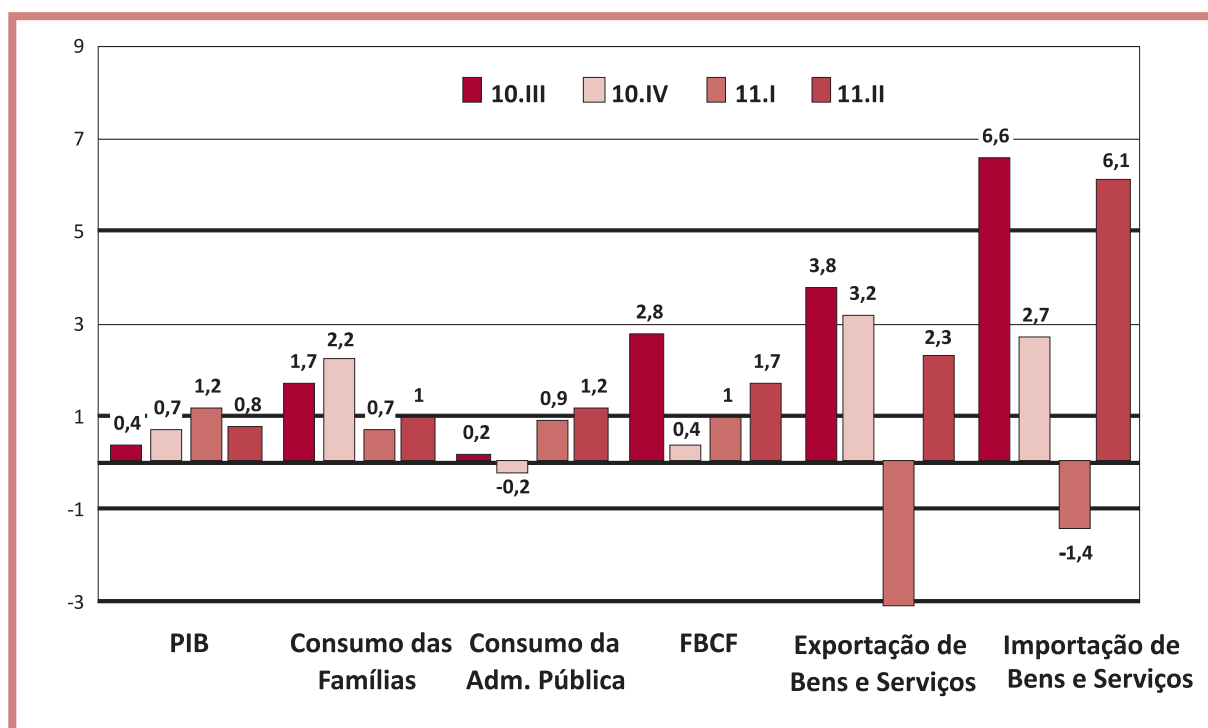


Gráfico 1 – Brasil: Variação do PIB por Componente de Demanda – Trimestre/Mesmo Trimestre do Ano Anterior. 2010.3 a 2011.2

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

mente importante nos estados que implementam grandes inversões em ampliação e modernização de suas estruturas produtivas. Dentre as inversões na região, destacam-se

aquelas dos segmentos da indústria extrativa (extração de petróleo fosfato, urânio), de bens intermediários (refinaria, siderúrgica) e de energia (parques eólicos, termoelétricas).

Tabela 1 – Brasil: Índices Especiais da Indústria de Bens de Capital

Segmentos	Mensal (1)			Acumulado (2)			Últimos 12 meses (3)		
	Jun	Jul	Ago	Jan-Jun	Jan-Jul	Jan-Ago	Até Jun	Até Jul	Até Ago
Bens de Capital para Fins Industriais	101,32	111,67	110,51	102,55	103,87	104,75	109,17	108,61	107,96
Bens de Capital para Fins Industriais Seriadados	97,25	110,4	110,63	101,87	103,12	104,11	110,53	109,5	108,56
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	126,78	119,23	109,78	106,3	108,08	108,31	102,26	104	104,83
Bens de Capital Agrícolas	86,3	85,41	92,83	93,84	92,56	92,59	105,07	100,31	96,61
Bens de Capital Peças Agrícolas	118,65	98,71	106,9	117,06	113,54	112,37	116,07	114,24	112,42
Bens de Capital para Construção	106,88	112,69	113,79	119	117,99	117,38	134,08	128,65	123,25
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	97,8	92,81	82,37	92,85	92,84	91,42	93,37	92,88	90,72
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	115,81	111,48	118,43	113,6	113,27	114	119,29	117,35	115,77
Bens de Capital de Uso Misto	96,55	89,65	96,81	97,57	96,43	96,48	99,26	97,94	96,74

Fonte: IBGE, 2011.

Notas: (1) Base: Igual mês do ano anterior = 100.

(2) Base: Igual período do ano anterior = 100.

(3) Base: Últimos 12 meses anteriores = 100.

No caso da produção de energia eólica, o governo de Pernambuco, por exemplo, negocia com a Enel Green Power, maior empresa de energia italiana, a construção de um parque gerador no sertão do estado. A empresa prevê a produção de energia limpa em Pernambuco a partir do final de 2013.

De acordo com o governador Eduardo Campos, Pernambuco procura se consolidar como um polo de geração de energia, já abrigando fornecedores importantes no segmento eólico. De fato, o estado já conta com a fábrica de aerogeradores da Impsa e a unidade de produção de torres eólicas da Gonvarri, ambas no Complexo Industrial Portuário de Suape. Ademais, Pernambuco abriga um dos quatro núcleos de estudos de energia eólica do Brasil (GOVERNO..., 2011).

No Maranhão, a empresa Bioenergy Geradora de Energia realiza estudos no sentido de construir um parque eólico em Tutoia e Paulino Neves, no litoral leste do estado. Somente na fase de implantação, deverão ser gerados mais de três mil empregos diretos

e quinze mil indiretos. Foi estimado um investimento de R\$ 6 bilhões, e o projeto terá capacidade para geração de 1.400 MW (MARANHÃO..., 2011). Vale destacar que o Ceará e o Rio Grande do Norte já possuem empreendimentos importantes nesse segmento.

A expansão dos investimentos implica significativo incremento das importações de máquinas e equipamentos, sobretudo nos estados com maior densidade produtiva. No caso da Bahia, por exemplo, as compras internacionais de produtos dos segmentos máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes se mantiveram em patamar elevado em 2011 (Gráfico 2).

Com relação ao PIB nacional, o componente consumo das famílias assinalou aumento de 1% comparativamente aos três primeiros meses do ano, após alta de 0,7% no referido período nessa mesma base de comparação. Em relação a idêntico período do ano anterior, o aumento foi de 5,5%, o trigésimo primeiro incremento consecutivo. As condições

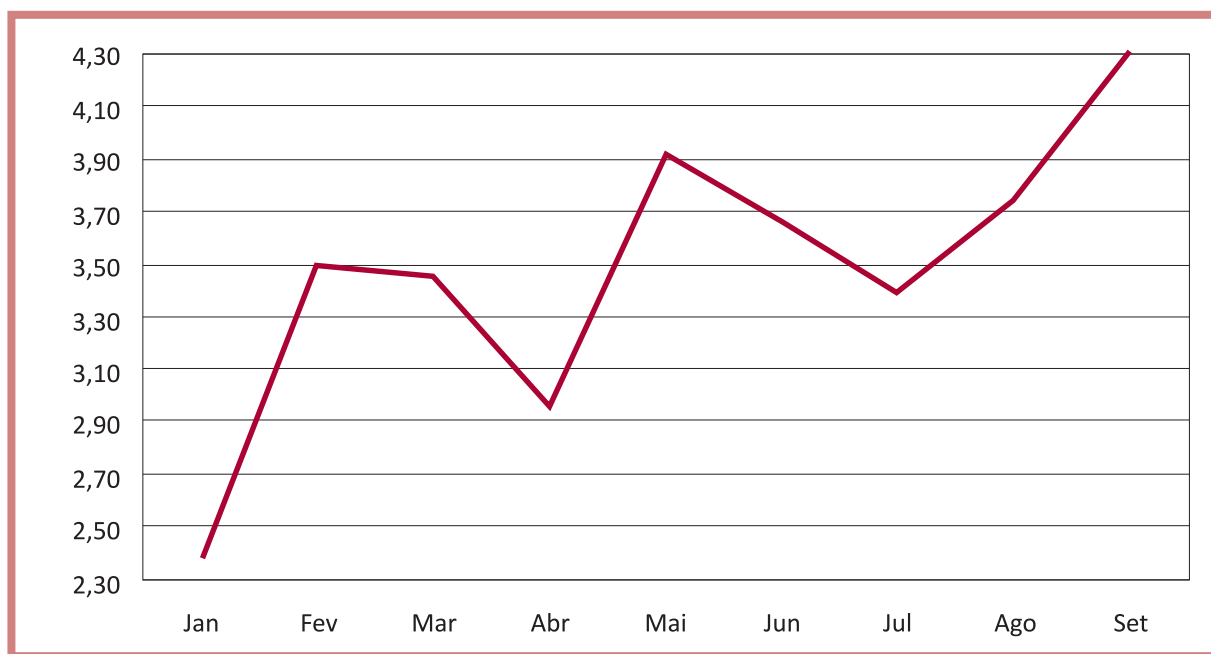


Gráfico 2 – Bahia: Importação de Máquinas e Equipamentos, Aparelhos e Materiais Elétricos e suas Partes, etc – Janeiro de 2011 a Setembro de 2011 – em Milhões de Toneladas

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

favoráveis de expansão do crédito e da massa salarial continuam determinantes para as decisões de consumo.

No que tange ao crédito, as operações com recursos livres direcionadas para as famílias totalizaram R\$ 615,5 bilhões em agosto de 2011, alta de 3,7% no trimestre e de 18,2% em 12 meses, devido, sobretudo, ao bom desempenho do crédito pessoal e de financiamento para compra de veículos.

A região Nordeste segue a trajetória nacional. O saldo das operações do sistema financeiro com pessoas físicas totalizou R\$ 88,9 bilhões em julho de 2011, incremento de 28,5% sobre o mesmo período de 2010. Vale mencionar que desde janeiro de 2004 a região vem apresentando uma progressão consistente dessa modalidade de crédito (Gráfico 3).

Já a massa salarial registrou expansão de 6,5% no segundo trimestre de 2011, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A continuidade da expansão do emprego formal, associada aos ganhos reais de

salários dos trabalhadores, na primeira metade do ano, foi determinante para a obtenção desse resultado.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 84% das 353 unidades de negociação investigadas apresentaram, no primeiro semestre de 2011, ganhos acima da inflação medida pelo INPC-IBGE, quase igualando a *performance* alcançada em idêntico período de 2010. Por outro lado, o percentual de negociações com reajuste inferior ao índice inflacionário subiu de 4% em 2010 para 7% em 2011. Já o índice de negociações com incrementos salariais acima de 3% continuou elevado, apesar do recuo de 15% em 2010 para 12% em 2011. Vale destacar que no biênio 2008/2009, esse percentual girava em torno de 5%.

Apesar dos resultados positivos, o cenário para o segundo semestre não é tão favorável. As pressões inflacionárias e a intensificação da crise econômica mundial podem diminuir o ganho real das categorias com data-base nesse período.

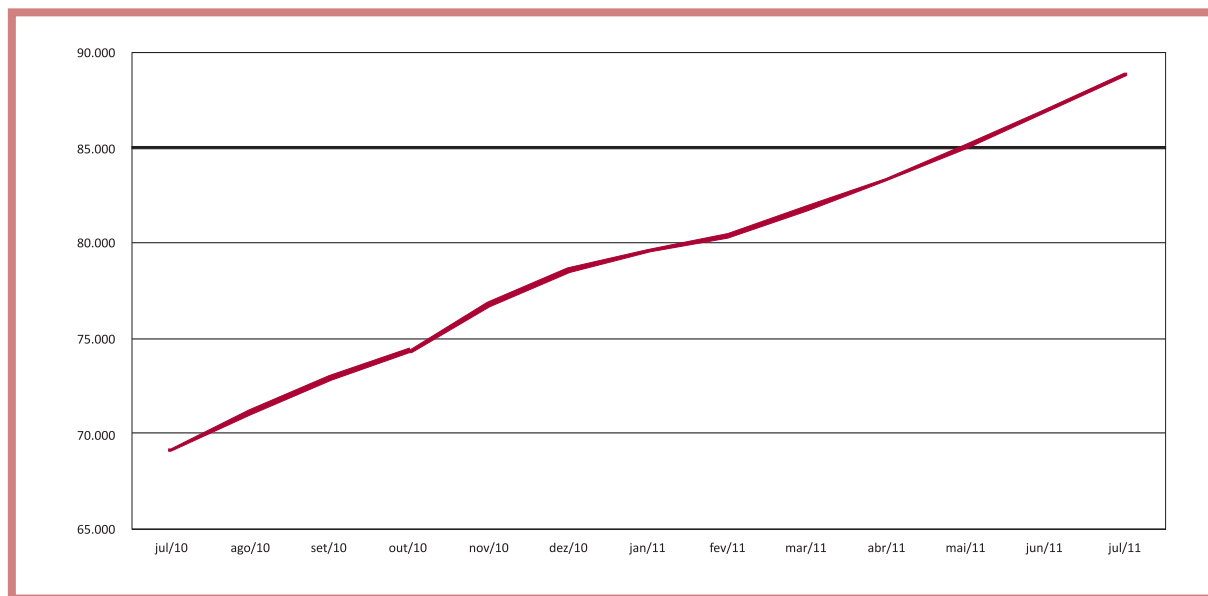


Gráfico 3 – Nordeste: Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional – Agosto de 2010 a agosto de 2011

Fonte: BACEN, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

No recorte regional, observa-se que dos acordos salariais firmados no Nordeste no primeiro semestre de 2011, 77,6% proporcionaram ganhos superiores à inflação, enquanto 10,5% das categorias analisadas obtiveram reajuste igual à inflação. A proporção de negociações em patamar abaixo do INPC ficou em 11,8%. Vale destacar que os ganhos reais do salário-mínimo nos últimos anos explicam grande parte do aumento do rendimento dos trabalhadores nordestinos, dada a predominância de ocupados recebendo até um salário-mínimo na região (Gráfico 4).

O aumento do poder de compra dos trabalhadores contribui decisivamente para o aquecimento do mercado interno nordestino, estimulando grandes investimentos no setor de comércio e serviços. Em Alagoas, por exemplo, a Dori Alimentos, líder nacional na produção de doces e guloseimas, inaugurou um novo centro de distribuição, localizado no Distrito Industrial Luiz Cavalcante. A nova unidade irá distribuir anualmente 600 tone-

ladas de seus produtos para estados como a Bahia, a Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Foram investidos em torno de R\$ 1 milhão na implantação do centro de distribuição, que irá gerar 30 empregos diretos e 300 indiretos. A localização privilegiada do estado, facilitando a logística de entrega dos produtos, foi apontada como crucial para a decisão de investimento. Vale destacar que a empresa já possui uma filial em Fortaleza.

Com relação ao mercado externo, verifica-se que as exportações crescem em ritmo superior ao das importações, apesar da apreciação do câmbio. Constata-se uma elevação de 23,6% das vendas externas no indicador mensal e de 31,1% no acumulado do ano. Nesses indicadores, as compras internacionais registraram incrementos de 13,9% e 26,3%, respectivamente.

O crescimento das exportações decorreu, sobretudo, do avanço dos produtos básicos, com elevação de 40,5% no acumulado janeiro-

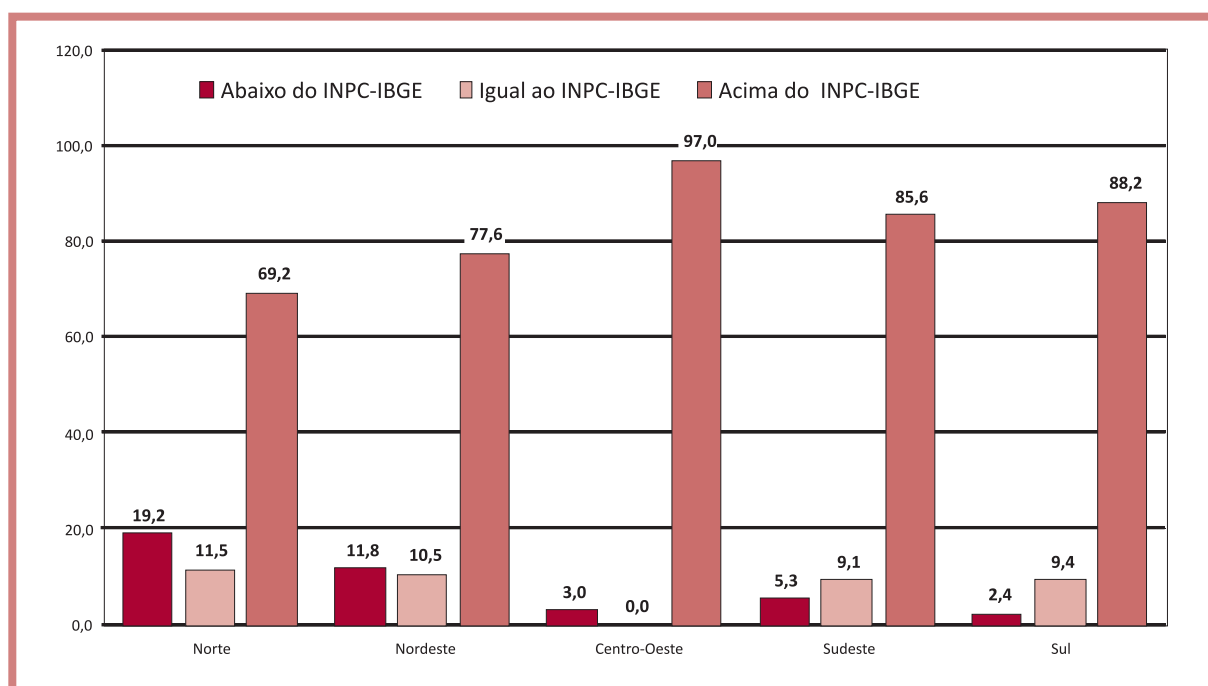


Gráfico 4 – Nordeste: Distribuição dos Reajustes Salariais, por Região Geográfica, Comparativamente ao INPC-IBGE – Primeiro Semestre de 2011

Fonte: DIEESE, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

-setembro. Já os semimanufaturados assinalaram uma expansão de 35,3% nesse indicador. Em contrapartida, as exportações de manufaturados continuam evoluindo de forma mais lenta, com crescimento de 19%. Constatase, portanto, uma pauta exportadora cada dia mais concentrada em *commodities* metálicas e agrícolas e produtos semielaborados.

A retração da demanda mundial e a queda das cotações internacionais de *commodities* já comprometem o dinamismo das exportações brasileiras. No indicador mês/mês imediatamente anterior, as vendas externas em setembro já recuaram 11%. Ademais, os sinais de desaceleração da economia chinesa, com exportações e importações inferiores às previsões do mercado em setembro, podem afetar substancialmente o comércio exterior brasileiro. Vale destacar que a China é o principal destino das exportações do país.

Em síntese, no geral, indicadores conjunturais específicos mostram que a economia

brasileira e, em particular, a da região Nordeste, continuam a apresentar um bom desempenho em 2011, em função, principalmente dos bons números da demanda interna. Entretanto, alguns sinais de desaceleração já podem ser observados. No plano interno, o baixo desempenho da produção industrial deveu-se à perda de competitividade em função, principalmente, da forte apreciação cambial nos últimos anos. Ademais, observase um recuo do ritmo de crescimento do varejo no início do segundo semestre, resultante das medidas restritivas de contenção do crédito, de redução das despesas de custeio e da trajetória de alta da Selic adotadas no final de 2010 e início de 2011.

No plano externo, o cenário recessivo da economia mundial, que deverá se agravar com a redução do ritmo de crescimento chinês, cria obstáculos importantes para as exportações brasileiras, já bastante debilitadas pelo processo de valorização da moeda nacional.

3.2 - Produção Industrial do Brasil

De acordo com o relatório da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a atividade industrial brasileira registrou recuo de 0,2% em agosto de 2011, comparativamente ao mês anterior. Após o acréscimo de 0,3% observado em julho, essa retração deveu-se à queda de desempenho de 11 dos 27 segmentos analisados, com maiores pressões negativas em edição e gráfica (-7,8%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-5,9%), alimentos (-4,6%), aparelhos e materiais elétricos (-3,2%), borracha e plástico (-2,4%) e máquinas e outros produtos químicos (-1,6%),

Nas comparações interanuais, os indicadores de produção industrial permanecem positivos. No confronto com agosto de 2010, a indústria brasileira avançou 1,8%, após registrar queda de 0,7% em junho. Contribuiu para o resultado o maior número de dias úteis em agosto de 2011 comparativamente a agosto de 2010.

Vale ressaltar que a produção cresceu em 17 das 27 atividades mencionadas. Por categoria de uso, o destaque coube ao segmento de bens de capital (8,6%), com taxa de variação acima da média nacional, seguido por bens semiduráveis e não duráveis (2,1%), bens de consumo duráveis (1,5%) e bens intermediários (0,6%).

No acumulado janeiro-agosto, frente ao mesmo período de 2010, registrou-se incremento de 1,4%. Dos 27 setores investigados, 16 apresentaram avanço. Em termos de categoria de uso, todos os segmentos experimentaram variação positiva. Os melhores resultados couberam a bens de capital (5,6%), bens de consumo duráveis (1,8%), bens intermediários (0,6%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (0,6%).

Entretanto, na análise dos índices por quadrimestre, observa-se uma nítida desaceleração da produção industrial. De fato, a atividade industrial cresceu apenas 1,2% no período maio-agosto de 2011, depois de evoluir 1,6% no primeiro quadrimestre do ano. Vale destacar que no ano anterior, a indústria apresentou incremento de 18% no primeiro quadrimestre, 10,7% no segundo e 4,1% no terceiro (Gráfico 5).

Em contrapartida, observa-se um acréscimo generalizado das importações industriais no acumulado janeiro-setembro. Por

categoria de uso, o segmento de bens de consumo duráveis registrou o maior aumento (37,7%), seguido por bens não duráveis (30,2%), bens intermediários (25,3%) e bens de capital (23,7%) (FUNCEX, 2011).

A queda na produção se reflete negativamente na produtividade da indústria brasileira. De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), a produtividade industrial cresceu apenas 0,1% no acumulado dos oito primeiros meses de 2011, enquanto em igual período do ano anterior assinalara crescimento de 6,1%.

Em contrapartida, os ganhos salariais assinalaram elevação de 5,2% no período de janeiro a agosto de 2011. Na avaliação de Júlio Gomes de Almeida, consultor do IEDI, a queda no ritmo de produção industrial desestimula a realização de investimentos em modernização e ampliação da capacidade produtiva. A perda de eficiência, associada aos aumentos salariais, afeta o índice de confiança da indústria.

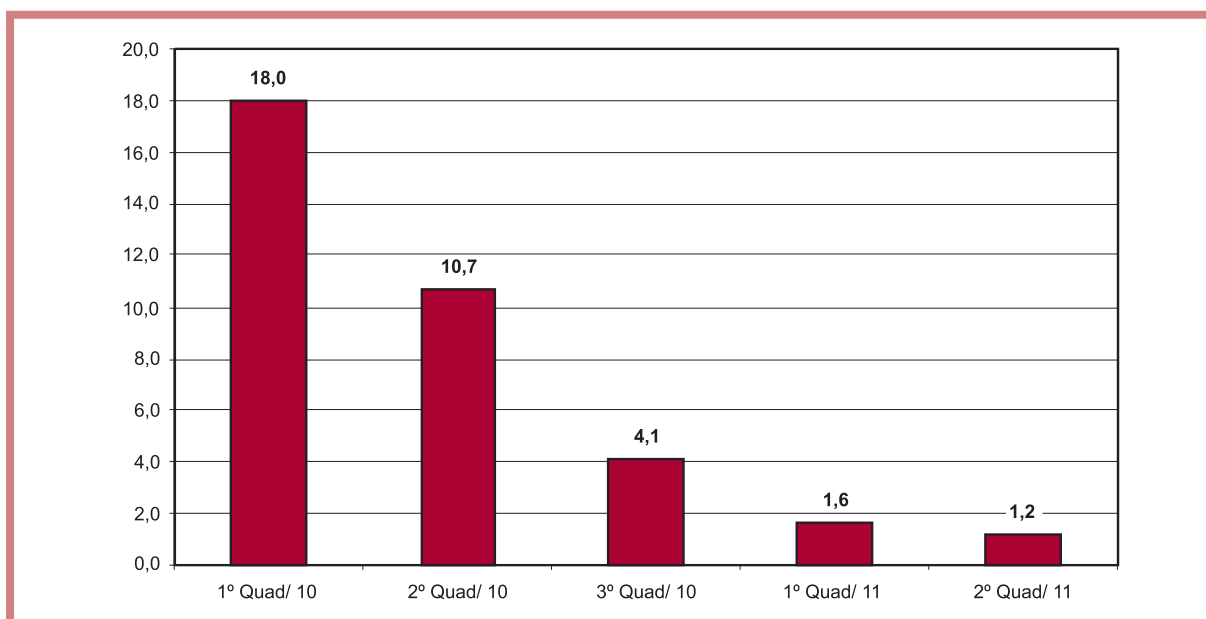


Gráfico 5 – Brasil: Produção Física Industrial – Índice Quadrimestral 2010/2011. Base: Igual Período do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

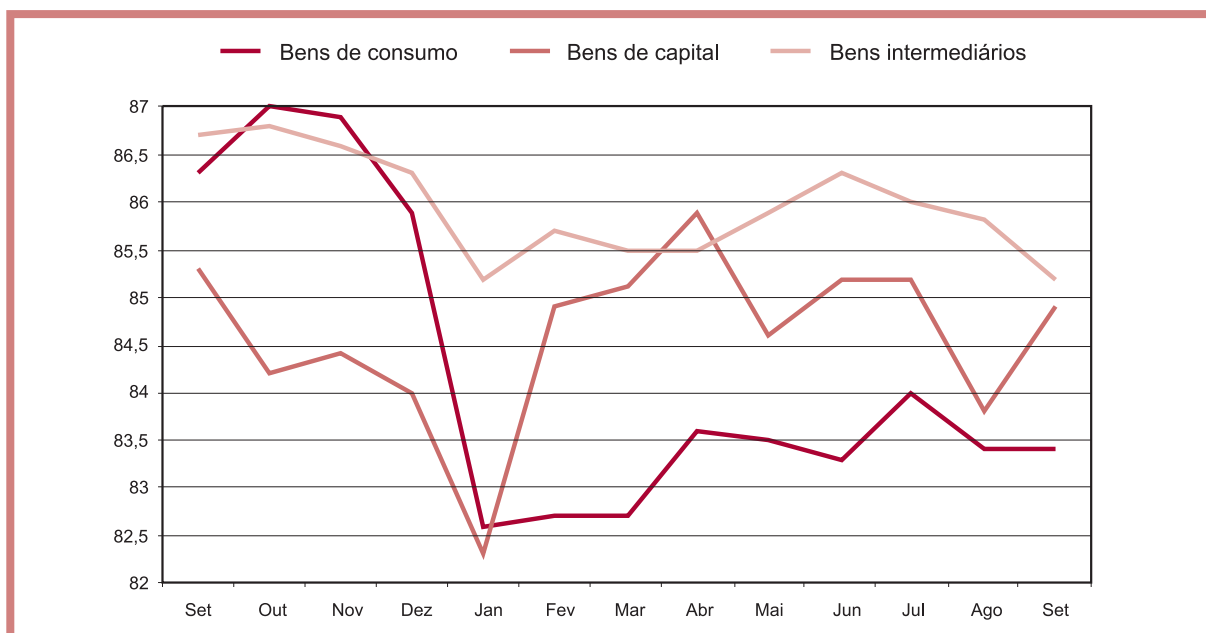


Gráfico 6 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal por Categoria de Uso. Setembro de 2010 a Setembro de 2011

Fonte: FGV, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Os segmentos mais vulneráveis à concorrência dos importados e com elevado coeficiente de mão de obra (calçados, têxtil, vestuários) foram os mais prejudicados por esse cenário. A indústria têxtil, por exemplo, registrou uma variação negativa de 14,1% da produtividade e crescimento de 3% na folha de pagamentos no acumulado janeiro-agosto de 2011.

A queda no ritmo da indústria brasileira também alterou o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Informações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelam uma trajetória decrescente desse indicador

nos últimos 12 meses. Por categoria de uso, todos os setores acusaram retrocesso na utilização da capacidade instalada nesse período, especialmente o de bens de consumo duráveis (Gráfico 6).

Em síntese, os dados da indústria em 2011 evidenciam um nítido processo de desaceleração, com consequências negativas sobre a produtividade. Ademais, observa-se um crescimento substancial das compras internacionais em diversos segmentos, o que revela um movimento de substituição da produção local por importações.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

Em agosto, a atividade industrial nordestina apresentou decréscimo de 0,9% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a segunda taxa negativa consecutiva. Na comparação com idênticos períodos de 2010, os resultados também são negativos: -3,7% no confronto com agosto de 2010 e -5,6% no acumulado dos oito primeiros meses do ano.

No indicador mensal, sete dos onze ramos investigados registraram variação negativa, com destaque para a indústria têxtil (-28,3%), calçados e artigos de couro (-19,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (-5,3%). Em contrapartida, o ramo de alimentos e bebidas assinalou a maior taxa de crescimento (1,8%).

No caso da indústria têxtil nordestina, observa-se a continuação do processo de desaceleração iniciado no segundo semestre de 2010. A apreciação da moeda nacional e as condições favoráveis de competitividade dos produtores asiáticos contribuem para a substituição de produção local por importações (Gráfico 7).

De fato, as compras internacionais de produtos têxteis na região continuam significativas. No Ceará, por exemplo, o crescimento das importações contrasta com a queda de

22,1% na produção estadual no acumulado dos oito primeiros meses de 2011 (Gráfico 8).

Esses resultados negativos seguem a tendência nacional. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), o segmento deverá apresentar déficit de US\$ 5,5 bilhões em 2011. No primeiro semestre, esse déficit já alcançou US\$ 2,2 bilhões, com impacto negativo na geração de emprego. Vale destacar a predominância das importações de insumos no total importado pela indústria têxtil, com forte expansão das compras internacionais de itens como fibras e filamentos.

A redução dessa dependência passa pela realização de investimentos no setor. Nesse sentido, a Companhia Petroquímica de Pernambuco¹ (Petroquímica Suape) deverá produzir em torno de 7,5 milhões de toneladas

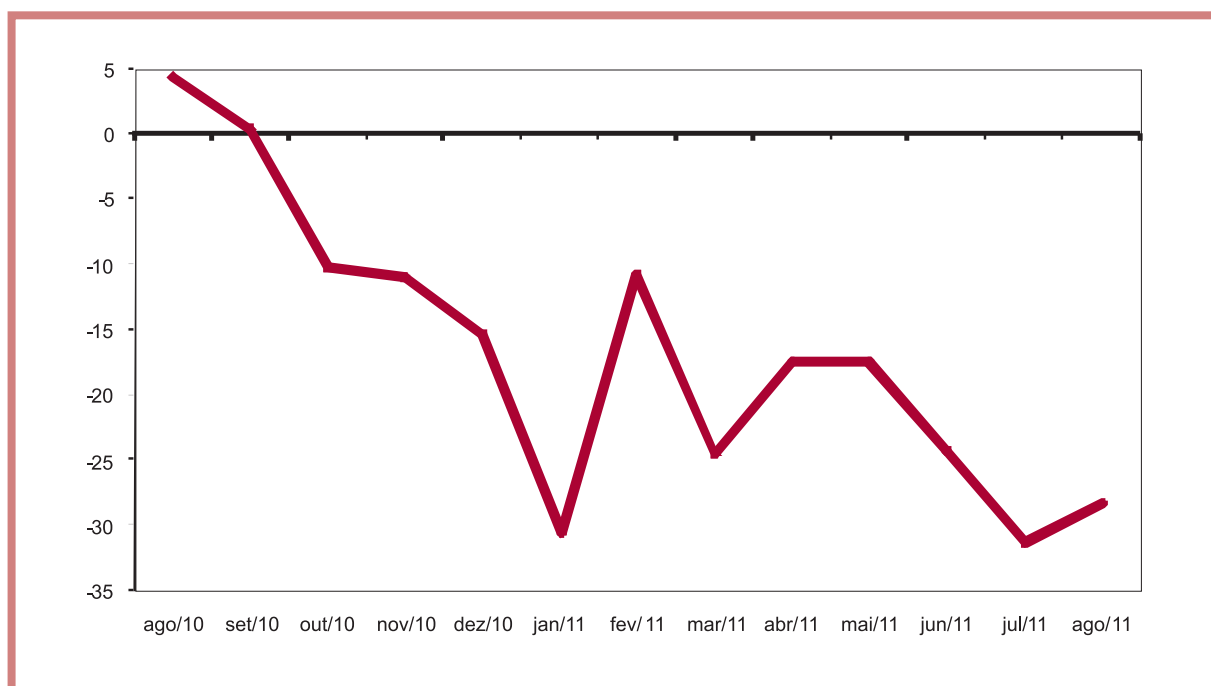


Gráfico 7 – Nordeste: Produção de Produtos Têxteis – Agosto de 2010 a Agosto de 2011
Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

1 A Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape) é um empreendimento liderado pela Petrobrás Química S.A. (Petroquisa), localizado em Ipojuca, Pernambuco e reúne três plantas integradas: Uma produzirá ácido tereftálico purificado (PTA), outra para fabricar polímeros e filamentos de poliéster e uma terceira, que produzirá embalagens PET. Disponível em www.petroquimicasuape.com.br. Acesso em 23/10/2011.

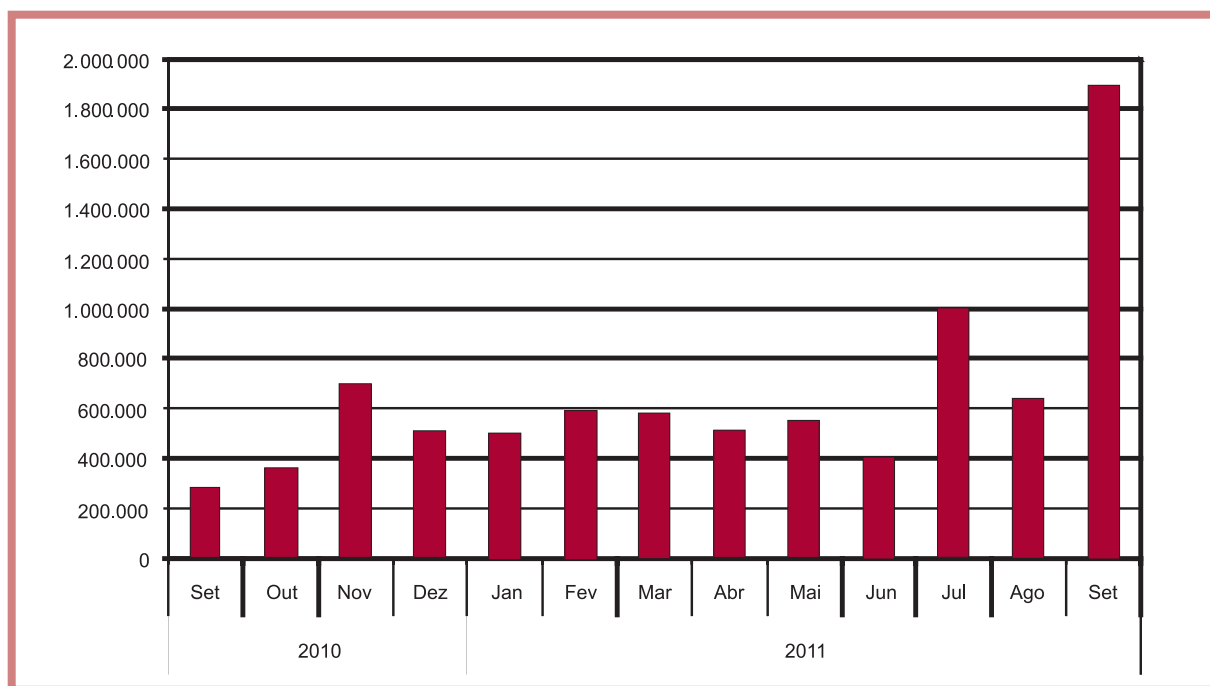


Gráfico 8 – Ceará – Importação de Produtos Têxteis – Setembro 2010 a Setembro de 2011 – US\$ FOB

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

de poliéster até o final do ano, o que representa 45% do consumo nacional. Vale destacar que 100% desse produto, utilizado para a fabricação de roupas no país, é importado. Quando estiver em operação, a Petroquímica Suape será o mais importante polo integrado de poliéster da América Latina.

Já o recuo da indústria nordestina no acumulado do ano, até agosto, refletiu o desempenho insatisfatório de nove dos onze setores investigados. As maiores retrações foram verificadas nos ramos de produtos químicos (-10,1%) e têxtil (-23,2%). Vale lembrar os resultados negativos da indústria extrativa nordestina nos últimos meses nessa base de comparação. A trajetória decrescente nos preços internacionais dos produtos básicos de alguns segmentos exportadores representativos da indústria extrativa nordestina pode estar contribuindo para esse desempenho.

A crise econômica mundial, com a ameaça de recessão na Europa e nos Estados Unidos, e a desaceleração da atividade economi-

ca na China forçam uma correção nos preços das *commodities* metálicas e agrícolas. Em setembro de 2011, o índice CRB, que reflete o comportamento das *commodities* agrícolas, metálicas e energéticas, recuou 10,69%, a maior queda desde outubro de 2008 (Gráfico 9).

Apesar do desempenho insatisfatório dos últimos meses, as perspectivas de crescimento da indústria extrativa nordestina para os próximos anos são favoráveis. No caso da extração de petróleo, por exemplo, a Petrobras confirmou em setembro a presença de reservas de petróleo e gás em águas ultraprofundas na Bacia de Sergipe-Alagoas. A empresa é operadora do bloco, com 60% de participação, tendo como consorciada a IBV-Brasil com 40%.

Nos estados nordestinos investigados pelo IBGE, os resultados da indústria foram negativos no acumulado dos oito primeiros meses de 2011. No Ceará, a atividade industrial decresceu 14,4%, com nove dos dez se-

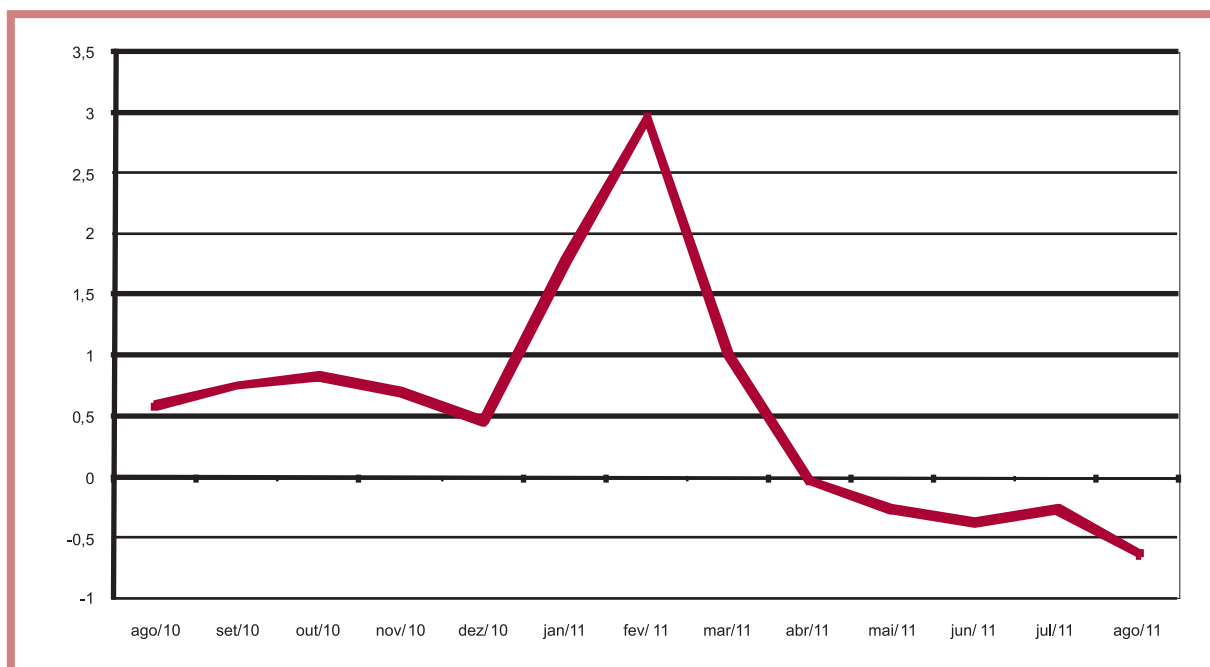


Gráfico 9 – Nordeste: Produção da Indústria Extrativa Agosto de 2010 a Agosto de 2011 – Indicador Acumulado do Ano

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tores pesquisados assinalando variação negativa. As maiores quedas foram verificadas na indústria têxtil (-22,1%) e de calçados e artigos de couro (-26,5%).

No caso de Pernambuco, o recuo foi de 2,4% no acumulado janeiro-agosto, com taxa insatisfatória em quatro dos onze segmentos pesquisados. As maiores retrações foram observadas nos ramos de alimentos e bebidas (-6,3%) e metalurgia básica (-12,1%).

A Bahia, por sua vez, teve uma retração de 4,2% na atividade fabril entre janeiro e agosto de 2011, com retrocesso em quatro das nove atividades pesquisadas. Produtos químicos (-11,4%), refino de petróleo e produção de álcool (-6,1%) e metalurgia básica (-13,4%) tiveram as piores atuações.

Em síntese, observa-se uma desaceleração generalizada da indústria nordestina em 2011, atingindo tanto os segmentos voltados para o mercado interno quanto os direciona-

dos para as exportações. Esse baixo desempenho contrasta com os resultados positivos do comércio varejista do Nordeste. De fato, seis dos nove estados da região acusaram expansão da atividade acima da média nacional (7,2%) no período jan./ago.2011, com destaque para os estados da Paraíba (15,1%), Maranhão (10%) e Ceará (9,5%).

Para os próximos meses, o aumento do consumo se manterá elevado no Nordeste, a julgar pelo levantamento realizado em outubro pelo BNB/Etene, em parceria com federações de comércio dos estados do Nordeste. Segundo a sondagem, os índices de confiança e de intenção de compra dos consumidores nordestinos permanecem em alta nas cinco capitais nordestinas investigadas: Aracaju, Fortaleza, Maceió, Salvador e Teresina. Ademais, a expectativa dos consumidores sobre a situação econômica do país para os próximos cinco anos é considerada boa pela maioria dos entrevistados.

3.3 - Comércio

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O comércio varejista brasileiro continua a apresentar resultados positivos. Em agosto último, as vendas cresceram 6,2% sobre agosto de 2010 e 7,2% e 8,2% nos acumulados de 2011 e dos últimos 12 meses, respectivamente. Todavia, a previsão de um crescimento mais modesto em 2010 tende a confirmar-se.

A análise do desempenho do comércio, a seguir, se baseia no conceito de "volume de vendas" da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), publicada em outubro (IBGE, 2011), que representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação.

Em geral, os resultados do comércio varejista de agosto de 2011 sofreram influência de fatores favoráveis (crescimento do índice de confiança do consumidor; ganho real de rendimentos em relação a agosto de 2010) e de fatores desfavoráveis, especificados no relatório da LCA (2011), como menor geração líquida de emprego, em relação a agosto de 2010; elevação da taxa de juros para o consumidor; elevação da inadimplência das famílias.

Os grupos de atividades abrangidos pela PMC também foram afetados especificamente pelos seguintes fatores: crescimento dos preços dos alimentos acima da média nos últimos 12 meses; ampliação da oferta de medicamentos genéricos; crescente importância dos produtos de informática e comunicação nos hábitos de consumo das famílias e redução de seus preços; queda dos preços dos produtos eletrônicos; crescimento de preços de combustíveis e lubrificantes abaixo da média; aumento de preços de tecidos,

vestuário e calçados; aumento do IPI para carros importados e expectativa de agravamento da crise da Zona do Euro e nos Estados Unidos, com provável influência na confiança do consumidor para gastos com prazos de pagamento maiores (IBGE, 2011).

A Tabela 2 mostra os resultados do comércio varejista em agosto de 2011. De julho para agosto último (séries com ajuste sazonal), apenas dois grupos de atividades elevaram as vendas: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (7,3%) e livros, jornais, revistas e papelaria (1,6%). Os demais apresentaram desempenho negativo, com maiores taxas para veículos, motos, partes e peças (-4,6%) e tecidos, vestuário e calçados (-2,8%).

Comparando-se o desempenho de agosto de 2011 com o de agosto de 2010, observa-se que todos os grupos de atividades do comércio tiveram crescimento, com destaque para equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (25,3%), móveis e eletrodomésticos (16,9%) e material de construção (6,6%), atividades com significativa evolução também no tocante aos índices acumulados em 2011 e nos últimos 12 meses.

Com relação ao índice acumulado de 2011, todos os grupos de atividades apresentaram

Tabela 2 – Taxas Percentuais de Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista Brasileiro em 2011 – por Grupo de Atividades

Grupos de Atividades	Índice Mês/ Mês Anterior	Índice Mensal	Índice Acumulado	
	Ago./Jul. 2011(1)	Ago. 2011/ Ago. 2010	Em 2011	Últimos 12 Meses
Comércio Varejista (2)	-0,4	6,2	7,2	8,2
1. Combustíveis e lubrificantes	-0,1	1,6	2,4	3,9
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,1	3,7	4,0	5,0
3. Tecidos, vestuário e calçados	-2,8	0,9	5,9	7,6
4. Móveis e eletrodomésticos	-0,4	16,9	18,1	17,8
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-0,3	9,3	10,4	11,0
6. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	7,3	25,3	16,2	18,6
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	1,6	5,2	8,0	11,3
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,1	1,7	5,4	7,6
Comércio Varejista Ampliado (3)	-2,3	5,3	8,4	9,7
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	-4,6	3,7	10,2	12,2
10. Material de construção	-2,0	6,6	10,8	12,0

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene – Conjuntura Econômica.

(1) Séries com ajuste sazonal.

resultados positivos, sobressaindo-se móveis e eletrodomésticos, com incremento de 18,1%, influenciado pela continuidade do crescimento do emprego e da renda e pela queda dos preços de aparelhos eletrônicos nos últimos 12 meses (IBGE, 2011).

O comércio varejista ampliado (obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção), mesmo exibindo desempenho inferior ao do comércio varejista em agosto de 2011, na comparação com o de julho, assim como em relação a agosto de 2010, ainda apresenta atuação superior ao do comércio varejista em valores acumulados em 2011 e nos últimos 12 meses.

O Gráfico 10 mostra a contribuição de cada grupo de atividades do comércio varejista e do comércio varejista ampliado na formação da taxa global do volume de vendas, relativamente ao valor acumulado até agosto 2011. Quando são considerados os dez grupos de atividades do Gráfico 10, ou seja, o comércio varejista ampliado, observa-se que três deles se destacam dos demais por responderem, juntos, por 76% do volume das vendas: móveis e eletrodomésticos (31,6%), veículos, motocicletas, partes e peças (24,8%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (19,6%).

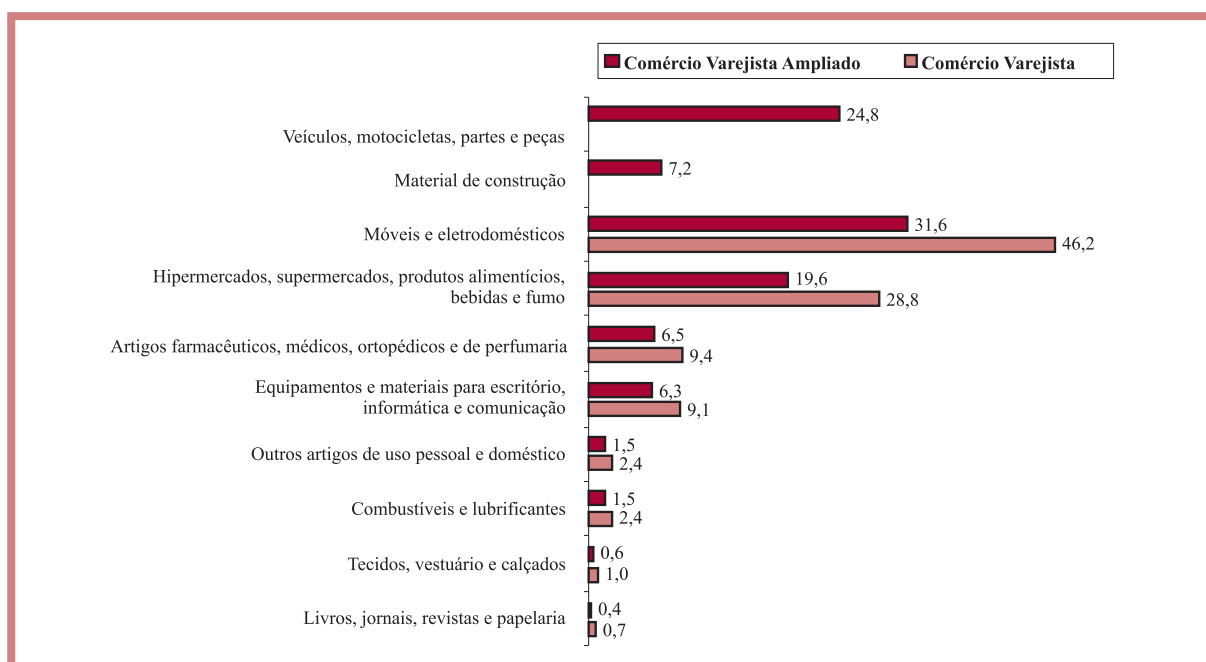


Gráfico 10 – Percentuais de Participação das Atividades na Formação da Taxa Global do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil em 2011 – Valor Acumulado até Agosto

Fonte: IBGE (2011). Elaboração: BNB/Etene Conjuntura Econômica.

3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

A PMC não agrupa o desempenho do comércio varejista por região. Considerando-se os resultados do comércio varejista ampliado acumulado em 2011, o Gráfico 11 mostra somente três estados nordestinos com desempenho superior ao do Brasil, de 8,4%: Paraíba (11,6%), Maranhão (11,3%) e Ceará (10,7%). Os demais estados apresentam, pois, desempenho inferior ao do Brasil, sendo Sergipe o estado com pior desempenho, de 1,4%.

A PMC fornece as taxas de variação acumulada do comércio por atividade da Bahia, do Ceará e de Pernambuco. De acordo com a Tabela 3, o Ceará registrou o melhor desempenho. Os dois grupos de atividades com melhores resultados em cada estado foram: na Bahia, móveis e eletrodomésticos (24,6%) e livros, jornais, revistas e papelaria (19,2%); no Ceará, livros, jornais, revistas e papelaria (29,1%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (21,5%); e, em Per-

nambuco, móveis e eletrodomésticos (33,8%) e tecidos, vestuário e calçados (13%).

Os resultados obtidos até agosto tendem a confirmar as previsões de que o comércio varejista em 2011 apresentará resultados positivos, mas um crescimento inferior aos 10,9% de 2010. Em âmbito nacional, persistem sinais relativos que apontam para essa direção: crescimento menor do Produto Interno Bruto (PIB), da renda, do emprego e de

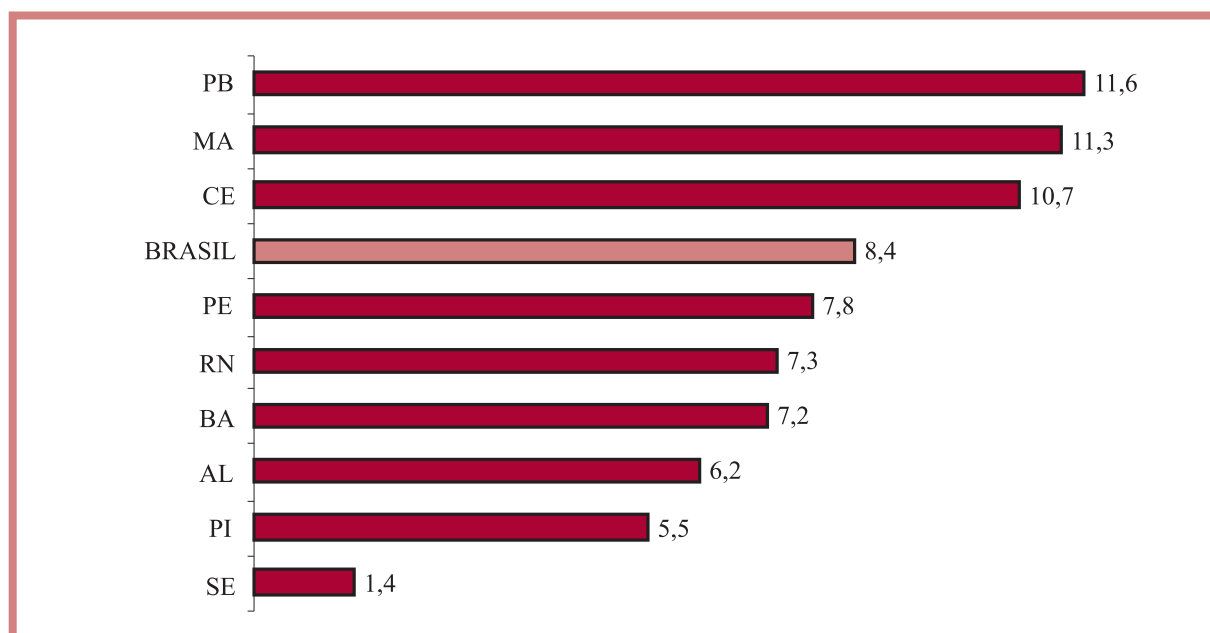


Gráfico 11 – Taxas Percentuais de Variação Acumulada do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado no Brasil e nos Estados do Nordeste – Janeiro a Agosto de 2011

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

gastos com a máquina estatal. Por outro lado, há uma expectativa de redução de juros e de inadimplência (SERASA, 2011; LCA, 2011).

Os consumidores nordestinos se revelam cautelosos para compras. Conforme evidenciam alguns indicadores calcula-

Tabela 3 – Taxas Percentuais de Variação (%) Acumulada do Volume de Vendas no Comércio Varejista na Bahia, no Ceará e em Pernambuco – Janeiro a Agosto de 2011⁽¹⁾

Segmento/Grupo	Bahia	Ceará	Pernambuco
Comércio Varejista	9,1	9,5	7,7
Combustíveis e lubrificantes	7,8	-3,3	12,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,1	10,1	-2,4
Tecidos, vestuário e calçados	10,6	-2,8	13,0
Móveis e eletrodomésticos	24,6	15,7	33,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	11,9	21,5	5,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-31,9	19,0	-20,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	19,2	29,1	9,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,9	1,5	10,8
Comércio Varejista Ampliado	7,2	10,7	7,8
Veículos e motocicletas, partes e peças	3,6	14,2	8,0
Material de construção	1,2	2,5	6,6

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Base no ano: igual período do ano anterior = 100.

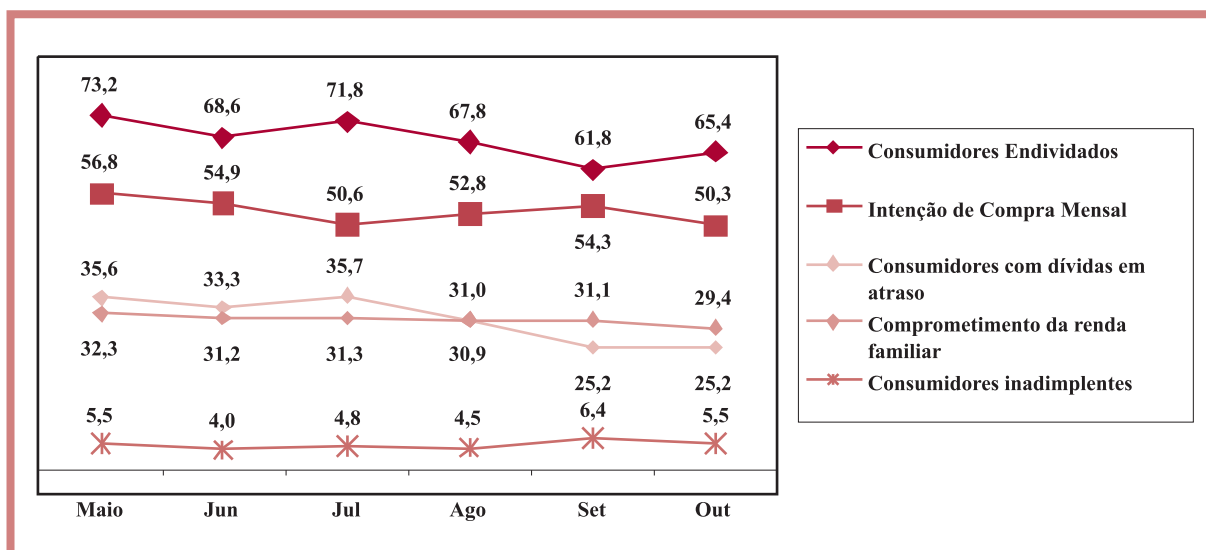


Gráfico 12 – Indicadores de Perfil de Endividamento e de Intenção de Comprados Consumidores de Oito Capitais Nordestinas – Maio-Outubro 2011

Fonte: BNB/Federações de Comércio (2011). Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

dos pelo BNB e Federações do Comércio em oito capitais nordestinas (Recife não incluída), os consumidores permanecem otimistas em outubro de 2011, mas menos confiantes (Gráfico 13) e propensos às compras em outubro (Gráfico 12). Todavia, a redução dos percentuais de consumi-

res com dívidas em atraso, de comprometimento da renda familiar dos consumidores e de consumidores inadimplentes (Gráfico 12) pode ser um sinal de que os nordestinos se preparam para o melhor momento do comércio varejista: as festas de Natal e de Ano Novo.

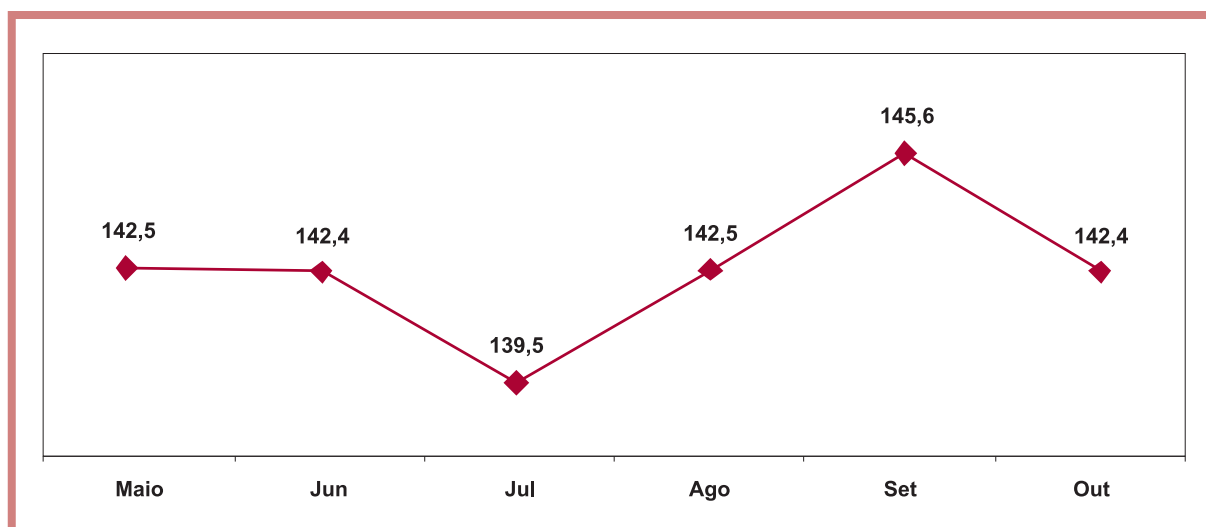


Gráfico 13 – Índice de Confiança do Consumidor nas Capitais Nordestinas (exceto Recife)

Fonte: BNB/Federações do Comércio, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

3.4.1.1 - Desempenho do Faturamento

O Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira, que alcançou R\$ 278 bilhões em 2010, saltará para R\$ 297 bilhões em 2011, aumentando, portanto, 6,9%. A produção agrícola corresponde a 64,8% do VBP e a da pecuária (35,2%).

O faturamento com os produtos pecuários deverá crescer 10%, devido, principalmente, ao aumento do faturamento com carnes; enquanto o dos produtos agrícolas evoluirá 5,2% (Tabela 4).

No Nordeste, as lavouras temporárias deverão expandir o seu faturamento em 18,3%, passando de R\$ 17 bilhões, em 2010, para R\$ 20,1 bilhões, até o final de 2011, assina-

lando crescimento proporcional mais de três vezes superior ao nacional (5%). O contrário se observa nas lavouras permanentes, cujo aumento proporcional (3,2%) corresponderá a pouco mais da metade do índice nacional (6,2%), evoluindo de R\$ 10 bilhões para R\$ 10,3 bilhões. O faturamento com produtos pecuários deverá atingir R\$ 14,5 bilhões, alta de 3% sobre o registrado na safra anterior (R\$ 14,1 bilhões).

Tabela 4 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2010 e 2011

R\$ Milhões de setembro/11

Produtos	2010	2011	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	182.901	192.465	5,2	9.564
- lavouras temporárias (1)	142.530	149.602	5,0	7.072
- lavouras permanentes (2)	40.371	42.863	6,2	2.492
grãos (3)	89.366	86.627	-3,1	-2.739
outras lavouras	93.535	105.838	13,2	12.303
Pecuários	95.189	104.715	10,0	9.526
- carnes (4)	72.977	79.807	9,4	6.830
- leite e ovos	22.212	24.908	12,1	2.696
Total	278.090	297.180	6,9	19.090

Fonte: IBGE, 2010a, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/Etене de Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, canade-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) bovina, suína e de frango.

Assim, o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária do Nordeste, em 2011, atingirá R\$ 44,9 bilhões, ou seja, 9,4% acima do VBP de 2010, significativamente superior à variação nacional (6,9%) (Tabela 5).

Nas participações estaduais do VBP da região, a composição pouco se altera: a soma dos VBPs da Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco (R\$ 33,7 bilhões) continua res-

pondendo por três quartos do total regional (R\$ 45 bilhões).

As culturas típicas dos cerrados, como a soja, são responsáveis pela representatividade da Bahia (40,2%) e do Maranhão (13,5%) nas lavouras temporárias da região (Tabela 6). No tocante às lavouras permanentes, Bahia (57%), Pernambuco (14%) e Ceará (12%) são os estados mais importantes, principal-

Tabela 5 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2010 e 2011

Região/Produto	Unidade	Ano/Quantidade		Preço (kg)		Ano/VBP (em milhares de reais)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
Lavoura temporária (a)							
Brasil						142.529.809	149.602.051
Nordeste						16.975.099	20.088.274
Abacaxi	Milheiro	595.717	595.252	1,14	1,14	679.842	679.312
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.065.322	1.706.334	1,00	1,00	1.060.382	1.698.422
Alho	Tonelada	5.547	9.008	2,84	2,84	15.754	25.583
Amendoim (em casca)	Tonelada	11.267	21.290	0,79	0,79	8.885	16.789
Arroz (em casca)	Tonelada	890.489	1.172.166	0,82	0,82	732.487	964.185
Batata - doce	Tonelada	187.611	203.309	0,54	0,54	100.984	109.433
Batata - inglesa	Tonelada	303.615	278.885	1,37	1,37	415.040	381.235
Cana-de-açúcar	Tonelada	69.255.428	73.484.944	0,05	0,05	3.348.019	3.896.407
Cebola	Tonelada	408.030	284.156	0,94	0,98	382.199	277.411
Fava (em grão)	Tonelada	17.078	19.053	2,05	2,05	35.031	39.082
Feijão (em grão)	Tonelada	597.434	900.362	2,15	2,19	1.286.394	1.968.569
Fumo (em folha)	Tonelada	29.766	21.746	3,23	3,23	96.082	70.194
Girassol	Tonelada	2.771	2.401	0,64	0,64	1.774	1.537
Mamona (baga)	Tonelada	83.293	123.068	0,87	0,87	72.807	107.574
Mandioca	Tonelada	8.126.768	8.208.749	0,20	0,18	1.587.889	1.457.609
Melancia	Tonelada	729.660	607.850	0,44	0,44	317.770	264.721
Melão	Tonelada	380.007	316.221	0,69	0,69	263.431	219.213
Milho (em grão)	Tonelada	4.145.246	5.513.045	0,46	0,47	1.914.154	2.578.958
Soja (em grão)	Tonelada	5.307.264	6.231.766	0,73	0,73	3.889.882	4.567.482
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	101.745	200.381	0,39	0,39	39.761	78.307
Tomate	Tonelada	605.484	576.770	1,20	1,19	726.534	686.252
Lavoura permanente (b)							
Brasil						40.371.145	42.862.950
Nordeste						10.021.328	10.343.998
Abacate	Tonelada	9.187	15.403	1,49	1,49	13.656	22.895
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	309	180	1,07	1,07	330	192
Banana	Tonelada	2.646.002	2.700.629	1,22	1,16	3.233.958	3.130.868
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	32.648	30.649	1,97	1,97	64.219	60.287
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	149.303	154.634	6,16	6,13	919.849	948.216

(continua)

Tabela 5 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2010 e 2011

(conclusão)

Região/Produto	Unidade	Ano/Quantidade		Preço (kg)		Ano/VBP (em milhares de reais)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
Café (beneficiado)	Tonelada	190.547	165.534	3,16	4,63	601.914	765.938
Caqui	Tonelada	140	196	0,17	0,17	24	34
Castanha-de-caju	Tonelada	102.536	294.019	0,95	0,95	97.710	280.182
Coco-da-baía	Mil frutos	1.297.550	1.366.894	0,59	0,60	766.939	820.128
Dendê (coco)	Tonelada	205.553	194.629	0,22	0,22	44.466	42.103
Figo	Tonelada	0	15	8,05	8,05	0	121
Goiaba	Tonelada	137.841	135.016	0,76	0,76	104.858	102.709
Guaraná (semente)	Tonelada	2.688	2.907	9,84	9,84	26.450	28.605
Laranja	Tonelada	1.878.816	1.926.612	0,31	0,34	581.561	646.291
Limão	Tonelada	83.097	73.141	0,92	0,92	76.518	67.350
Maçã	Tonelada	365	608	1,40	1,40	511	852
Mamão	Tonelada	1.168.174	1.179.101	0,89	0,89	1.039.792	1.049.518
Manga	Tonelada	879.283	816.862	0,91	0,91	798.653	741.956
Maracujá	Tonelada	523.822	465.925	1,41	1,41	736.226	654.852
Marmelo	Tonelada	250	175	2,72	2,72	681	476
Palmito	Tonelada	21.668	21.242	0,37	0,37	8.036	7.878
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.740	4.800	4,00	4,00	18.954	19.194
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	235.759	266.500	0,80	0,80	189.561	214.101
Tangerina	Tonelada	50.280	47.865	0,80	0,80	40.321	38.384
Urucum (semente)	Tonelada	2.187	2.426	2,32	2,32	5.069	5.623
Uva	Tonelada	261.141	278.858	2,49	2,49	651.073	695.244
Agricultura							
Brasil						182.900.954	192.465.000
Nordeste						26.996.427	30.432.272
Pecuária							
Brasil						95.189.143	104.715.356
Nordeste						14.128.426	14.556.588
Carne bovina	Tonelada	1.060.919	1.083.234	6,17	6,04	6.543.144	6.543.401
Frango	Tonelada	1.136.148	1.156.560	2,31	2,36	2.628.857	2.728.670
Leite	Milhão de litros	2.937	3.021	0,77	0,80	2.275.202	2.427.260
Ovos	Mil cx. de 30 dúzias	12.740	12.873	2,07	2,03	880.322	872.745
Suínos	Tonelada	651.548	663.761	2,76	2,99	1.800.901	1.984.512
Agropecuária							
Brasil						278.090.097	297.180.356
Nordeste						41.124.853	44.988.860
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						11,9	13,4
Lavoura permanente (b)						24,8	24,1
Agricultura (c)						14,8	15,8
Pecuária (d)						14,8	13,9
Agropecuária (c + d)						14,8	15,1

Fontes: IBGE, 2011a e b; e AgraFNP, 2010.

Nota: Valores a preços de set/2011.

Tabela 6 – Nordeste – Estimativa da Participação dos Estados do Nordeste no Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária Regional em 2011

R\$ milhões set/2011

Estado	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.705	13,5	163	1,6	2.868	9,4	2.317	15,9	5.185	11,5
Piauí	1.808	9,0	124	1,2	1.932	6,3	1.215	8,3	3.146	7,0
Ceará	1.688	8,4	1.229	11,9	2.917	9,6	1.863	12,8	4.781	10,6
Rio Grande do Norte	593	3,0	397	3,8	990	3,3	604	4,1	1.594	3,5
Paraíba	1.000	5,0	360	3,5	1.360	4,5	739	5,1	2.099	4,7
Pernambuco	1.703	8,5	1.462	14,1	3.165	10,4	1.952	13,4	5.116	11,4
Alagoas	1.761	8,8	125	1,2	1.886	6,2	609	4,2	2.496	5,5
Sergipe	762	3,8	594	5,7	1.356	4,5	617	4,2	1.973	4,4
Bahia	8.068	40,2	5.891	57,0	13.959	45,9	4.641	31,9	18.600	41,3
Bahia+Pernambuco+ Ceará+ Maranhão	14.164	70,5	8.745	84,5	22.909	75,3	10.772	74,0	33.681	74,9
Demais Estados NE	5.924	29,5	1.599	15,5	7.523	24,7	3.784	26,0	11.308	25,1
Soma	20.088	100,0	10.344	100,0	30.432	100,0	14.557	100,0	44.989	100,0

Fontes: IBGE, 2011a e b; e AgraFNP, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

mente devido à presença de culturas conduzidas em perímetros irrigados. A distribuição pecuária é mais equilibrada, com quatro es-

tados somando 74% do VBP regional – Bahia (31,9%), Maranhão (15,9%), Pernambuco (13,4%) e Ceará (12,8%).

3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

Comparando-se o período de janeiro a setembro de 2011 com idêntico intervalo de 2010 (Tabela 7), verifica-se que houve um crescimento de 7,9% nas exportações e de 18,4% nas importações do agronegócio nacional, resultando em elevação de 5,8% no saldo comercial correspondente.

No geral, houve incremento de 31,1% nas exportações e de 26,3% nas importações, resultado da valorização (primeiro semestre) e desvalorização (terceiro trimestre) do real em relação ao dólar no período, fazendo com o que a variação do saldo da balança comercial total do país, da ordem de 81,4%, fosse muito superior à do agronegócio.

As exportações do agronegócio brasileiro em 2011 (janeiro a setembro) alcançaram US\$ 61,4 bilhões, enquanto as importações

não passaram de US\$ 11,3 bilhões, resultando em um saldo positivo de US\$ 50,1 bilhões.

No agronegócio nordestino, em 2011 as exportações cresceram relativamente menos que as nacionais (3,6% ou US\$ 182 milhões), ao contrário das importações (57,7% ou US\$ 742 milhões), de forma que o saldo da balança comercial do segmento reduziu-se em 14,9% (US\$ 560 milhões).

Para o Brasil, o saldo da balança comercial do agronegócio (US\$ 50,1 bilhões) represen-

tou, em termos absolutos, mais que o dobro do saldo comercial total (US\$ 23 bilhões), o que confirma a importância do agronegócio para o país. O aumento dos preços dos produtos do agronegócio no mercado internacional, no primeiro semestre, e a recente desvalorização do real em relação ao dólar

contribuíram para manter a vantagem das exportações.

Sergipe foi o estado do Nordeste que, em termos proporcionais, mais elevou as exportações do agronegócio em relação a 2010 (65,3%), ao passo que a Paraíba foi o que

Tabela 7 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio do Brasil, do Nordeste e por Estado da Região – 2010 e 2011 (janeiro a setembro)

US\$ Milhões. Dados de Janeiro a setembro de cada ano

Região/Estado	2010			2011		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil Total - Total (a)	144.929	132.235	12.694,9	189.999,0	166.964,6	23.034,4
Brasil - Agronegócio (b)	56.989,7	9.547,0	47.442,8	61.488,0	11.304,5	50.183,6
Nordeste - Total (c)	11.576,3	12.528,7	-952,4	13.527,4	17.257,7	-3.730,3
Nordeste - Agronegócio (d)	5.039,3	1.287,0	3.752,3	5.221,1	2.028,9	3.192,2
Alagoas	551,8	33,5	518,3	815,1	100,3	714,8
Bahia	2.830,1	402,2	2.427,9	2.892,6	459,6	2.433,0
Ceará	591,4	236,3	355,1	541,4	455,0	86,4
Maranhão	329,1	59,4	269,6	378,9	77,1	301,9
Paraíba	77,4	78,3	-0,8	38,4	288,3	-249,9
Pernambuco	368,0	415,7	-47,8	290,4	565,7	-275,4
Piauí	96,5	2,1	94,4	102,1	0,7	101,4
Rio Grande do Norte	160,3	35,4	124,8	104,7	40,2	64,5
Sergipe	34,8	24,0	10,8	57,5	42,1	15,3
Variações % 2011/2010						
Brasil Total - Total (a)				-5,9	-8,1	14,3
Brasil - Agronegócio (b)				7,9	18,4	5,8
Nordeste - Total (c)				16,9	37,7	291,7
Nordeste - Agronegócio (d)				3,6	57,7	-14,9
Alagoas				47,7	199,4	37,9
Bahia				2,2	14,3	0,2
Ceará				-8,5	92,5	-75,7
Maranhão				15,2	29,7	11,9
Paraíba				-50,4	268,2	29360,5
Pernambuco				-21,1	36,1	476,6
Piauí				5,8	-68,7	7,5
Rio Grande do Norte				-34,7	13,6	-48,3
Sergipe				65,3	75,8	41,9
Relações (%)						
b/a	28,2	5,3	235,4	32,4	6,8	217,9
d/c	43,5	10,3	-394,0	38,6	11,8	-85,6
d/b	8,8	13,5	7,9	8,5	17,9	6,4

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

mais reduziu (-50,4%). Em valores absolutos, a Bahia continua no topo do rol, seguida por Alagoas e Ceará, de modo que os três, juntos, somam US\$ 4,2 bilhões ou 81,3% do total exportado pelo agronegócio regional.

Quanto às importações, observa-se uma concentração de 73% na Bahia, no Ceará e em Pernambuco, que apresentam maior densidade demográfica e maior nível de renda em relação aos demais estados da região.

As importações do agronegócio paraibano aumentaram 268,2%, levando ao pior resultado do saldo comercial do segmento por estado, com alta de 29.360% no déficit. Panorama igualmente desfavorável afetou o agronegócio pernambucano, cujo déficit cresceu 476%. No Ceará e no Rio Grande do Norte o agronegócio sofreu redução no

saldo da balança comercial, embora ambos tenham se mantido positivos em relação a 2010. Nos demais estados houve avanço do saldo no período, com destaque para Sergipe, com 41,9%.

Em termos absolutos, os estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí e Sergipe registraram aumento nos respectivos saldos da balança comercial do agronegócio, com destaque para o segundo, com aumento de US\$ 2,4 bilhões.

Apenas três grupos de produtos do agronegócio exportados pelo Nordeste em 2011 respondem, juntos, por uma receita de US\$ 3,6 bilhões, ou 69,2% do valor total exportado: complexo soja (25,1%), produtos florestais (23,4%) e complexo sucroalcooleiro (20,7%). Acrescidos outros três (fibras e

Tabela 8 – Receita de Exportação do Agronegócio Nordestino em 2010 e 2011 (janeiro a setembro) – Distribuição por Produto

Produtos Valor (US\$ Milhões)	2010			2011			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	%	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	%	% Acumulado	Abso-luta	%
1 Complexo soja	1.145,7	22,7	22,7	1.309,1	25,1	25,1	163,4	14,3
2 Produtos florestais	1.269,2	25,2	47,9	1.223,3	23,4	48,5	(45,9)	(3,6)
3 Complexo sucroalcooleiro	868,9	17,2	65,2	1.079,7	20,7	69,2	210,8	24,3
4 Fibras e produtos têxteis	376,4	7,5	72,6	338,7	6,5	75,7	(37,7)	(10,0)
5 Couros, produtos de couro e peleteria	344,9	6,8	79,5	308,9	5,9	81,6	(36,0)	(10,4)
6 Frutas (inclui nozes e castanhas)	396,8	7,9	87,4	296,8	5,7	87,3	(100,0)	(25,2)
7 Cacau e seus produtos	213,5	4,2	91,6	193,0	3,7	91,0	(20,5)	(9,6)
8 Café	91,8	1,8	93,4	96,5	1,8	92,8	4,7	5,1
9 Sucos de fruta	66,7	1,3	94,7	89,1	1,7	94,5	22,4	33,5
10 Demais produtos de origem vegetal	85,2	1,7	96,4	84,9	1,6	96,1	(0,4)	(0,4)
11 Pescados	74,7	1,5	97,9	60,9	1,2	97,3	(13,8)	(18,5)
12 Produtos oleaginosos (exclui soja)	9,2	0,2	98,1	28,1	0,5	97,9	18,9	206,4
13 Fumo e seus produtos	19,0	0,4	98,5	26,2	0,5	98,4	7,2	37,8
14 Chá, mate e especiarias	9,3	0,2	98,7	24,5	0,5	98,8	15,2	162,2
15 Produtos alimentícios diversos	18,7	0,4	99,0	20,1	0,4	99,2	1,4	7,4
16 Outros	49,2	1,0	100,0	41,4	0,8	100,0	(7,8)	(15,9)
Total	5.039,3	100,0		5.221,1	100,0		181,8	3,6

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

produtos têxteis; couros, produtos de couro e peleteria; e frutas, inclusive nozes e castanhas) essa participação alcança US\$ 4,5 bilhões (87%) (Tabela 8).

Dos quinze principais produtos exportados no ano, seis sofreram redução de faturamento em relação a 2010, dos quais somente dois em proporções consideráveis: frutas, com queda de US\$ 100 milhões, correspondente a 25,2%; e pescados, com perda de US\$ 13,8 milhões (-18,5%). Em contraponto, os produtos oleaginosos (exclusive soja) tiveram incremento de 206%, muito embora sua representatividade não alcance 1% do total exportado.

As altas que podem ser consideradas mais consistentes nesse período, por suas parti-

cipações expressivas no total exportado e pelas variações absolutas envolvidas, são a do complexo sucroalcooleiro (24,3%) e a do complexo soja (14,3%). São avanços considerados significativos, haja vista que os dois segmentos concentraram 45,9% das exportações do agronegócio regional em 2011.

Os principais produtos do agronegócio importados pelo Nordeste em 2011 foram cereais, farinhas e preparações, fibras e produtos têxteis e complexo sucroalcooleiro. Juntos, os três somam compras no montante de US\$ 1,3 bilhão, correspondente a 65,4% do total importado pelo agronegócio nordestino durante o ano (Tabela 9).

A recente tendência à desvalorização do real em relação ao dólar, no terceiro trimes-

Tabela 9 – Nordeste – Despesa de Importação do Agronegócio Nordestino em 2010 e 2011 (janeiro a setembro) – Distribuição por Produto

Produtos Valor (US\$ Milhões)	2010			2011			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	%	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	%	% Acumulado	Abso-luta	%
1 Cereais, farinhas e preparações	597,6	46,4	46,4	680,5	33,5	33,5	82,8	13,9
2 Fibras e produtos têxteis	109,1	8,5	54,9	390,3	19,2	52,8	281,1	257,6
3 Complexo sucroalcooleiro	10,1	0,8	55,7	256,4	12,6	65,4	246,4	2.450,4
4 Produtos florestais	146,6	11,4	67,1	181,8	9,0	74,4	35,3	24,0
5 Produtos oleaginosos (exclui soja)	102,9	8,0	75,1	156,4	7,7	82,1	53,5	52,0
6 Cacau e seus produtos	104,7	8,1	83,2	77,7	3,8	85,9	-26,9	-25,7
7 Pescados	58,9	4,6	87,8	72,6	3,6	89,5	13,6	23,1
8 Bebidas	55,1	4,3	92,1	56,0	2,8	92,2	0,9	1,6
9 Frutas (inclui nozes e castanhas)	9,9	0,8	92,8	47,0	2,3	94,6	37,1	376,1
10 Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	16,4	1,3	94,1	30,2	1,5	96,1	13,8	84,6
11 Carnes	19,7	1,5	95,6	29,9	1,5	97,5	10,1	51,3
12 Produtos alimentícios diversos	8,5	0,7	96,3	10,8	0,5	98,1	2,3	27,4
13 Lácteos	4,8	0,4	96,7	9,2	0,5	98,5	4,4	90,1
14 Demais produtos de origem vegetal	4,8	0,4	97,1	7,5	0,4	98,9	2,7	56,7
15 Couros, produtos de couro e peleteria	14,6	1,1	98,2	6,8	0,3	99,2	-7,8	-53,4
16 Outros	23,3	1,8	100,0	15,9	0,8	100,0	-7,4	-31,7
Total	1.287,0	100,0		2.028,9	100,0		742,0	57,7

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

tre, ainda não afetou significativamente as importações, visto que em apenas dois grupos ocorreu redução no valor das compras no estrangeiro: couros e produtos de couro e peleteria (53,4%) e cacau e seus produtos (25,7%). O aumento das importações do complexo sucroalcooleiro foi novamente notório, de 2.450,4%, ainda que em termos absolutos esse item tenha sido superado por fibras e produtos têxteis. A escassez desses produtos na entressafra levou à opção pelas importações como forma de conter a alta dos preços e evitar o desabastecimento do mercado interno.

Dos produtos do agronegócio presentes simultaneamente na lista dos principais itens exportados e na dos importados (Tabela 10), sete apresentaram saldo comercial negativo em 2011, com destaque, tanto em termos relativos como absolutos, para o grupo fibras e produtos têxteis, cujo saldo reduziu-se em 119,3% (ou US\$ 318,8 milhões). O único saldo positivo em relação a 2010, em termos absolutos, foi o de cacau e seus produtos, com US\$ 6,4 milhões (ou 5,9%). A maior variação percentual registrada (36,9%), em produtos oleaginosos (exclusive soja), nada mais é que o aumento do déficit entre os períodos.

Tabela 10– Nordeste – Saldo Comercial dos Principais Produtos Exportados e Importados, Simultaneamente, do Agronegócio, Janeiro a Setembro

Produtos Valor (Milhões US\$)	2010			2011			Variação	
	Valor (Milhões US\$)	%	% Acumu- lado	Valor (Milhões US\$)	%	% Acumu- lado	Abso- luta	%
1 Complexo soja	1.139,1	30,4	30,4	1.309,1	41,0	41,0	170,0	14,9
2 Produtos florestais	1.122,6	29,9	60,3	1.041,5	32,6	73,6	-81,2	-7,2
3 Complexo sucroalcooleiro	858,9	22,9	83,2	823,3	25,8	99,4	-35,6	-4,1
4 Couros, produtos de couro e peleteria	330,3	8,8	92,0	302,1	9,5	108,9	-28,2	-8,5
5 Frutas (inclui nozes e castanhas)	387,0	10,3	102,3	249,8	7,8	116,7	-137,2	-35,4
6 Cacau e seus produtos	108,9	2,9	105,2	115,3	3,6	120,3	6,4	5,9
7 Café	91,6	2,4	107,6	96,2	3,0	123,3	4,6	5,0
8 Sucos de fruta	66,5	1,8	109,4	88,6	2,8	126,1	22,1	33,2
9 Demais produtos de origem vegetal	80,4	2,1	111,5	77,4	2,4	128,5	-3,1	-3,8
Total	3.752,3	100,0		3.192,2	100,0		-560,2	-14,9

Fonte: Brasil, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

3.4.2 - Agricultura

O primeiro levantamento da safra 2011/2012 realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem por finalidade trazer informações de plantio da safra 2011/2012 na região Centro-Sul e de colheita da safra 2010/2011 nas regiões Norte e Nordeste. Com base no levantamento, estima-se que a safra nacional de grãos alcançará entre 157 milhões e 161 milhões de toneladas, registrando decréscimos de 3,7% e 1,5%, respectivamente, em relação às safras anteriores. Nos principais estados produtores, foram registradas precipitações pluviométricas abaixo da média em quase todas as regiões, com exceção de Santa Catarina, onde as chuvas foram bastante fortes, causando prejuízos. As previsões do clima para esta safra indicam maior probabilidade de ocorrência de chuvas abaixo da normalidade climatológica. Como consequência, a produtividade média deverá sofrer redução de 4,6% em relação à da safra 2010/2011.

A área cultivada em todo o país para a safra 2011/2012 deverá ficar entre 50 milhões e 51,3 milhões de hectares, registrando variação positiva entre 1% e 2,9%, em relação

à safra anterior. Com 16.930,7 mil hectares de área cultivada, a região Centro-Oeste registrou a maior variação, entre 2,8% e 4,8%, representando 34% da área nacional desti-

Tabela 11 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2010/2011 e 2011/2012*

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)					PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			Produção (em mil t)				
	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%		Safra 10/11	Safra 11/12	Var %	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%	
		Lim		(b/a)	(c/a)					Lim		(g/f)	(h/f)
	(a)	Inf (b)	Sup (c)			(f)	Inf (g)	Sup (h)					
NORTE	1.717,6	1.717,3	1.753,8	(0,0)	2,1	2.705	2.593	(4,1)	4.645,3	4.452,2	4.568,2	(4,2)	(1,7)
NORDESTE	8.750,9	8.818,9	8.897,6	0,8	1,7	1.828	1.700	(7,0)	15.997,9	14.994,0	15.195,9	(6,3)	(5,0)
Maranhão	1.583,5	1.599,0	1.615,3	1,0	2,0	2.089	1.941	(7,1)	3.308,5	3.104,0	3.152,0	(6,2)	(4,7)
Piauí	1.146,2	1.165,4	1.175,6	1,7	2,6	1.974	1.838	(6,9)	2.262,3	2.141,8	2.169,3	(5,3)	(4,1)
Ceará	1.434,1	1.434,1	1.434,1	-	-	936	753	(19,6)	1.342,7	1.080,5	1.080,5	(19,5)	(19,5)
Rio Grande do Norte	157,1	157,1	157,1	-	-	687	610	(11,3)	108,0	95,9	95,9	(11,2)	(11,2)
Paraíba	329,9	329,9	329,9	-	-	439	501	14,1	144,8	165,4	165,4	14,2	14,2
Pernambuco	634,2	634,2	634,2	-	-	587	551	(6,1)	372,3	349,7	349,7	(6,1)	(6,1)
Alagoas	122,6	122,6	122,6	-	-	822	726	(11,7)	100,8	89,0	89,0	(11,7)	(11,7)
Sergipe	268,4	268,4	268,4	-	-	3.792	3.553	(6,3)	1.017,7	948,7	948,7	(6,8)	(6,8)
Bahia	3.074,9	3.108,2	3.160,4	1,1	2,8	2.387	2.258	(5,4)	7.340,8	7.019,0	7.145,4	(4,4)	(2,7)
CENTRO-OESTE	16.930,7	17.408,1	17.663,1	2,8	4,3	3.359	3.293	(2,0)	56.866,3	57.319,1	58.207,3	0,8	2,4
SUDESTE	4.796,4	4.791,6	4.986,9	(0,1)	4,0	3.692	3.682	(0,3)	17.708,0	17.644,1	18.393,0	(0,4)	3,9
SUL	17.723,0	17.694,3	18.055,8	(0,2)	1,9	3.822	3.538	(7,4)	67.740,1	62.597,4	64.221,8	(7,6)	(5,2)
NORTE/NORDESTE	10.468,5	10.536,2	10.651,4	0,6	1,7	1.972	1.846	(6,4)	20.643,2	19.446,2	19.764,1	(5,8)	(4,3)
CENTRO-SUL	39.450,5	39.894,4	40.706,2	1,1	3,2	3.607	3.448	(4,4)	142.314,9	137.561,1	140.822,6	(3,3)	(1,0)
BRASIL	49.919,0	50.430,6	51.357,6	1,0	2,9	3.264	3.113	(4,6)	162.958,1	157.007,3	160.586,7	(3,7)	(1,5)

Fonte: CONAB, 2011.

(*) Produtos Seleccionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

nada ao cultivo de grãos. As regiões Norte e Nordeste, juntas, reúnem 20% de toda a área plantada do país.

Dados da Conab sobre a previsão climática para o último trimestre de 2001 indicam que o período chuvoso se comportará de acordo com o padrão climatológico regional. O Nordeste responde por quase 17,3% de toda a área cultivada no país. A previsão indica, em princípio, que a área a ser cultivada deverá ser praticamente a mesma da safra anterior, com um acréscimo entre 0,8% e 1,7% (68 mil a 146,7 mil hectares), com destaques para a Bahia, o Maranhão e o Piauí. Estima-se que a produção sofra redução entre 6,3% e 5%, e que a produtividade registre perda significativa de 7% em relação à safra 2010/2011.

Algodão

Segundo dados da Conab para a safra 2011/2012, projeta-se uma área cultivada

entre 1.359,2 mil e 1.486,2 mil hectares, variando entre uma redução de 2,9% e um aumento de 6,1% em relação à safra 2010/2011. A safra que se inicia poderá experimentar um acréscimo de até 87,9 mil hectares. A previsão desse incremento na área cultivada deve-se aos bons números obtidos na safra 2010/2011, o que proporcionará uma evolução na produção para a safra 2011/2012. O país deverá colher entre 5,2 milhões e 5,6 milhões de toneladas de algodão em caroço, assinalando variação entre um decréscimo de 1,3% (no limite inferior) e um crescimento bastante expressivo de 8% (limite superior), correspondente a uma produção 479 mil toneladas superior à da última safra.

No contexto regional, a expectativa segue o panorama nacional, registrando variações na área a ser cultivada entre queda de 0,9% e aumento de 7%. Na safra 2011/2012, a produção de caroço de algodão deverá ultra-

Tabela 12 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)					PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			Produção (em mil t)				
	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%		Safra 10/11	Safra 11/12	Var %	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%	
		Limite								Inf (g)	Sup (h)		
	(a)	Inf (b)	Sup (c)	(b/a)	(c/a)	(d)	(e)	(e/d)	(f)			(g/f)	(h/f)
NORTE	5,5	5,5	5,5	-	-	3.480	3.500	0,6	19,1	19,3	19,3	1,0	1,0
NORDESTE	450,5	446,3	481,9	(0,9)	7,0	3.899	3.807	(2,3)	1.756,5	1.698,3	1.835,9	(3,3)	4,5
Maranhão	18,1	18,1	18,8	-	4,0	3.930	3.780	(3,8)	71,1	68,4	71,1	(3,8)	-
Piauí	17,8	21,7	24,2	21,9	36,0	3.780	3.450	(8,7)	67,3	74,9	83,5	11,3	24,1
Ceará	3,1	3,1	3,1	-	-	1.010	740	(26,7)	3,1	2,3	2,3	(25,8)	(25,8)
Rio Grande do Norte	3,8	3,8	3,8	-	-	567	520	(8,3)	2,2	2,0	2,0	(9,1)	(9,1)
Paraíba	1,0	1,0	1,0	-	-	869	760	(12,5)	0,9	0,8	0,8	(11,1)	(11,1)
Pernambuco	0,8	0,8	0,8	-	-	720	700	(2,8)	0,6	0,6	0,6	-	-
Alagoas	0,6	0,6	0,6	-	-	320	320	-	0,2	0,2	0,2	-	-
Bahia	405,3	397,2	429,6	(2,0)	6,0	3.975	3.900	(1,9)	1.611,1	1.549,1	1.675,4	(3,8)	4,0
CENTRO OESTE	893,5	856,5	945,6	(4,1)	5,8	3.604	3.755	4,2	3.220,6	3.216,3	3.549,8	(0,1)	10,2
SUDESTE	49,7	49,8	52,0	0,2	4,6	3.803	3.716	(2,3)	189,1	185,0	193,2	(2,2)	2,2
SUL	1,1	1,1	1,2	-	9,1	2.836	2.425	(14,5)	3,1	2,7	2,9	(12,9)	(6,5)
NORTE/NORDESTE	456,0	451,8	487,4	(0,9)	6,9	3.894	3.804	(2,3)	1.775,6	1.717,6	1.855,2	(3,3)	4,5
CENTRO-SUL	944,3	907,4	998,8	(3,9)	5,8	3.614	3.751	3,8	3.412,8	3.404,0	3.745,9	(0,3)	9,8
BRASIL	1.400,3	1.359,2	1.486,2	(2,9)	6,1	3.705	3.768	1,7	5.188,4	5.121,6	5.601,1	(1,3)	8,0

Fonte: CONAB, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

passar a da safra 2010/2011 (1,75 milhão de toneladas), podendo variar entre 1,7 milhão (limite inferior) e 1,8 milhão de toneladas (limite superior), com incremento de até 79 mil toneladas. Os produtores localizados nas áreas de cerrado do Piauí, Maranhão e Bahia deverão obter os maiores incrementos na produção, de 24,1%, 4,5% e 4%, respectivamente, conforme a tabela abaixo.

No mercado internacional, os altos valores dos contratos futuros da Bolsa de Nova Iorque foram sustentados por recompras de posições vendidas no início de agosto de 2011, além das baixas estimativas de produção mundial para a safra 2011/2012 divulgados pelo Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC), e do baixo estoque mundial, que, segundo o Cepea/Esalq (2011d), atingiu a menor relação estoque/consumo. Segundo o relatório do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), houve quebra da safra no país, notadamente no Texas, o maior produtor nacional. A maior parte das lavouras se encontra em estágios ruim e muito ruim, em que o tempo seco pode comprometer o desenvolvimento vegetativo e provocar perdas significativas na produção. Dessa forma, baseando-se no mercado futu-

ro da Bolsa de Nova Iorque, no acumulado do mês, as cotações com o primeiro vencimento para outubro e dezembro de 2011 e março e maio de 2012 fecharam em alta de 3,7%, 4%, 3,9% e 3,4%, respectivamente (CEPEA/ESALQ, 2011).

O cenário internacional contribuiu para a quebra de recordes pelas exportações brasileiras, tanto em volume quanto em receita. Segundo o Cepea/Esalq, os embarques de agosto totalizaram 117,5 mil toneladas, bem mais do que as 106,4 mil toneladas exportadas em maio de 2008, até então o maior volume registrado em um único mês. A receita de exportação de agosto, da ordem de US\$ 252,2 milhões, também foi recorde, resultando em um preço médio de US\$ 0,97 por libra-peso (LP). Em setembro o preço médio alcançou US\$ 1,10, superando em 13,4% o de agosto.

No início de outubro, a pluma de algodão foi cotada a R\$ 57,87/arroba em São Paulo (alta de 4,16% em relação a setembro). Em Barreiras (BA), o algodão foi comercializado a R\$ 55,88 a arroba (alta de 4,18%), enquanto em Fortaleza foi comercializado a R\$ 55,87

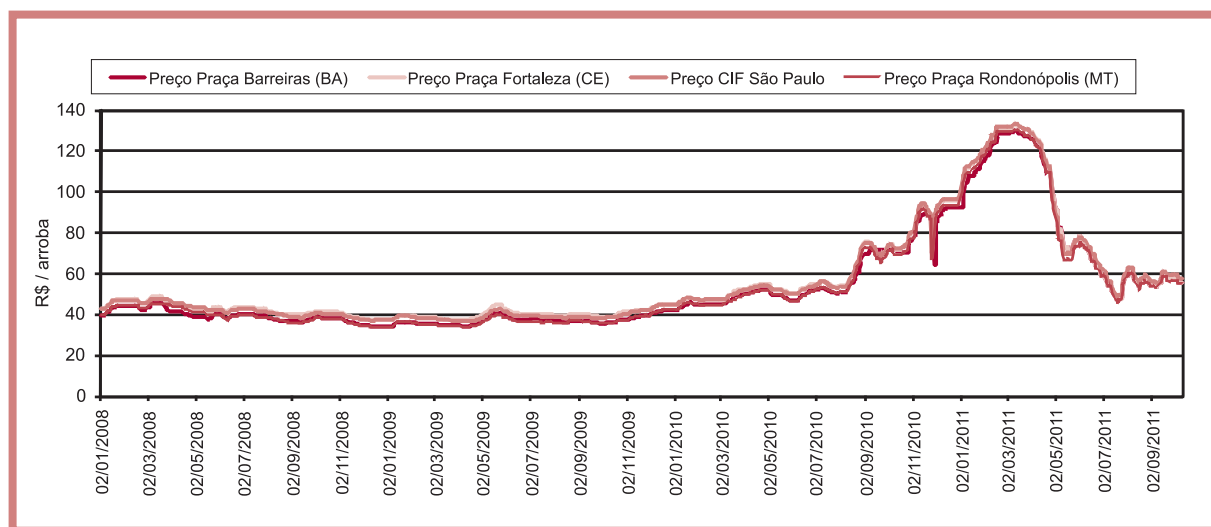


Gráfico 14 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2008 a outubro/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

(alta de 4,18%)⁷. Há a expectativa de crescimento dos estoques de fios, priorizando-se os contratos de exportação, devido à valorização da pluma do algodão no mercado externo. Mesmo com crescimento para o fim da safra 2010/2011 e início da safra 2011/2012, segundo a Conab, o volume de produção não será suficiente para influenciar de modo significativo o mercado da *commodity* (Gráfico 14).

Feijão

Com base no primeiro levantamento para a safra brasileira 2011/2012, a Conab estima uma área plantada com feijão (1^a, 2^a e 3^a safras) entre 3,89 milhões e 3,93 milhões de hectares, significando um decréscimo entre

2,9% e 1,8% em relação à safra 2010/2011 (4,01 milhões de hectares). Essa queda deve-se, principalmente, a fatores como os riscos climáticos e a instabilidade da comercialização do feijão frente ao bom desempenho das culturas de milho e soja.

Ainda com base no primeiro levantamento da safra brasileira 2011/2012, a Conab estima uma produção total entre 3,44 milhões e 3,5 milhões de toneladas, com decréscimo entre 9,4% (limite inferior) e 3,5% (limite superior) em relação à safra 2010/2011. Além da redução da área plantada, estima-se uma produtividade em torno de 885 kg/ha, assinalando uma queda de 6,3% em relação à da safra 2011/2012.

Tabela 13 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/20101e 2011/2012

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)					PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			Produção (em mil t)				
	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%		Safra 10/11	Safra 11/12	Var %	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%	
		Limite								Inf (g)	Sup (h)		
	(a)	Inf (b)	Sup (c)	(b/a)	(c/a)	(d)	(e)	(e/d)	(f)			(g/f)	(h/f)
Norte	164,3	164,3	164,3	-	-	1.074,0	939,0	(12,6)	176,4	154,2	154,2	(12,6)	(12,6)
Nordeste	2.173,5	2.173,5	2.173,5	-	-	442,0	431,0	(2,5)	961,1	936,8	936,8	(2,5)	(2,5)
Maranhão	99,9	99,9	99,9	-	-	512,0	443,0	(13,5)	51,1	44,3	44,3	(13,3)	(13,3)
Piauí	238,4	238,4	238,4	-	-	356,0	295,0	(17,1)	85,0	70,4	70,4	(17,2)	(17,2)
Ceará	612,9	612,9	612,9	-	-	424,0	373,0	(12,0)	259,6	228,9	228,9	(11,8)	(11,8)
Rio Grande do Norte	70,2	70,2	70,2	-	-	480,0	400,0	(16,7)	33,7	28,1	28,1	(16,6)	(16,6)
Paraíba	168,1	168,1	168,1	-	-	266,0	300,0	12,8	44,7	50,4	50,4	12,8	12,8
Pernambuco	322,4	322,4	322,4	-	-	501,0	423,0	(15,6)	161,5	136,3	136,3	(15,6)	(15,6)
Alagoas	61,8	61,8	61,8	-	-	510,0	500,0	(2,0)	31,5	30,9	30,9	(1,9)	(1,9)
Sergipe	36,7	36,7	36,7	-	-	847,0	600,0	(29,2)	31,1	22,0	22,0	(29,3)	(29,3)
Bahia	563,1	563,1	563,1	-	-	467,0	578,0	23,8	262,9	325,5	325,5	23,8	23,8
Centro-Oeste	356,9	342,0	347,8	(4,2)	(2,5)	1.613,0	1.623,0	0,6	575,8	554,3	565,4	(3,7)	(1,8)
Sudeste	595,3	574,2	588,3	(3,5)	(1,2)	1.626,0	1.494,0	(8,1)	968,1	857,1	880,1	(11,5)	(9,1)
Sul	719,2	638,5	664,5	(11,2)	(7,6)	1.537,0	1.453,0	(5,5)	1.105,6	927,7	965,4	(16,1)	(12,7)
Norte/Nordeste	2.337,8	2.337,8	2.337,8	-	-	487,0	467,0	(4,1)	1.137,5	1.091,0	1.091,0	(4,1)	(4,1)
Centro-Sul	1.671,4	1.554,7	1.600,6	(7,0)	(4,2)	1.585,0	1.505,0	(5,0)	2.649,5	2.339,1	2.410,9	(11,7)	(9,0)
Brasil	4.009,2	3.892,5	3.938,4	(2,9)	(1,8)	945,0	885,0	(6,3)	3.787,0	3.430,1	3.501,9	(9,4)	(7,5)

Fonte: CONAB, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

7 Valores referentes a 10/10/2011.

Para o Nordeste, a Conab faz uma estimativa inicial de área de plantio de 2.173,5 mil hectares, igual à da safra 2010/2011. A produção total de feijão da região poderá experimentar queda de 2,5%, prevendo-se uma produtividade de 431 kg/ha, 2,5% menor que a da safra anterior. Na comparação entre os estados da região, a Bahia e a Paraíba se destacam dos demais por serem os únicos a acenar com significativos incrementos de produção, em relação à safra 2010/2011 (23,8% no caso da Bahia e 12,8% na Paraíba), prevendo-se uma produtividade média de 578 kg/ha na Bahia, ou seja, 34,1% superior à média nordestina (431 kg/ha) (Tabela 13).

O mercado interno exibiu um comportamento mais firme, já que, diante da restrição da oferta, os preços do feijão praticados em 2010 atingiram um patamar bastante elevado. Para a safra de 2011, a boa perspectiva, decorrente das favoráveis condições climáticas, que têm proporcionado um excelente desenvolvimento da cultura, tem ampliado a

oferta do feijão. Esse contexto levou ao recuo dos preços neste ano. Em Barreiras (BA), a saca de 60 kg do feijão tipo carioca foi comercializada a R\$ 105,00⁸, com redução de 30% em relação a 2010. Em Irecê (BA), a saca do cereal foi cotada a R\$ 115,00, com desvalorização de 23,3%. No mercado de São Paulo, o feijão carioca tipo 1 (saca de 60 kg cotada a R\$ 106,00) e o feijão preto (R\$ 92,50) registraram queda de 41,1% e 26%, respectivamente, em relação a idêntico período da safra anterior (Gráfico 15).

Milho

Para a safra 2010/2011, há a perspectiva de uma boa desenvoltura da lavoura, prevendo-se uma produção de 57,5 milhões de toneladas, sendo 35,9 milhões na primeira colheita e 21,6 milhões na segunda. O primeiro levantamento para a safra 2011/2012, realizado pela Conab, aponta para uma variação positiva entre 0,3% e 2,5% em relação à safra 2010/2011, podendo a produção chegar a 59 milhões de toneladas.

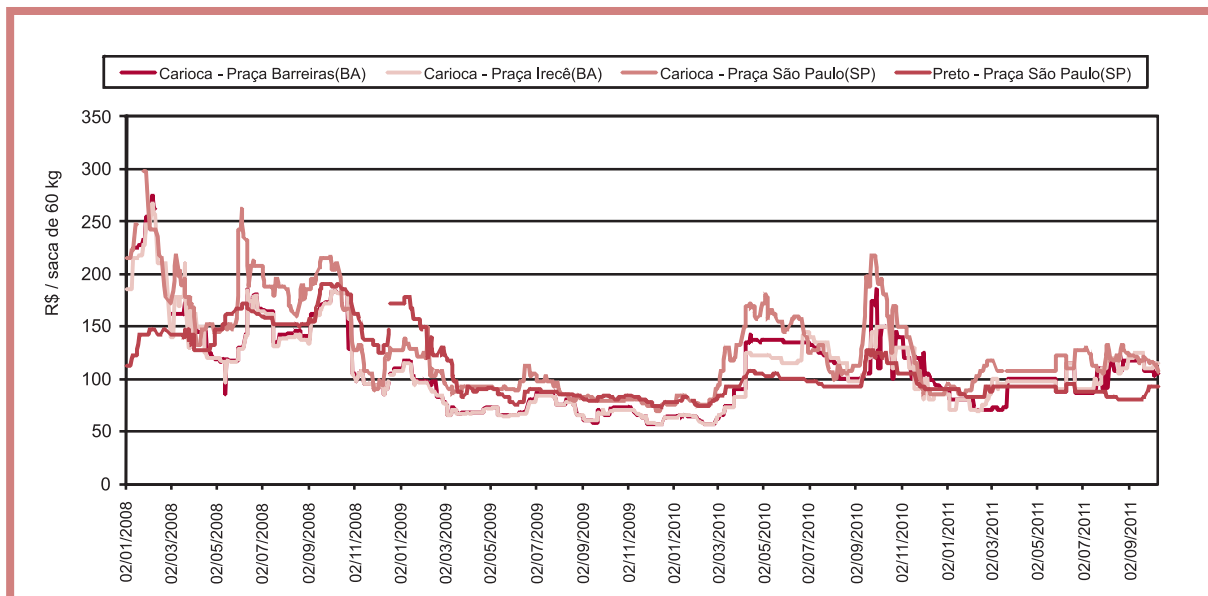


Gráfico 15 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2008 a outubro/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

8 Valores referentes a 10/10/2011.

A área total cultivada para a safra 2010/2011 foi estimada em 13,8 milhões de hectares. Para a safra 2011/2012, os dados preliminares apontam para um incremento entre 2,5% e 4,6%, podendo a área cultivada variar entre 14,2 milhões e 14,5 milhões de hectares. Significativa parcela do aumento está relacionada com a recuperação das áreas do Centro-Sul, onde ocorre a semeadura da primeira safra.

A área com milho no Nordeste, na safra 2010/2011, totalizando 3,1 milhões de hectares, equivale a 22,7% do espaço ocupado com o plantio do cereal no país. Devido às condições climáticas favoráveis ao desempenho da lavoura na região, o rendimento esperado é de 1.947 kg/ha, correspondente a menos da metade da média nacional (4.156 kg/ha). A produção regional deverá atingir 6,1 milhões de toneladas, com destaques para

a Bahia (2,3 milhões de toneladas) e o Ceará (949,3 mil toneladas).

Para a safra 2011/2012, os resultados regionais esperados da área cultivada foram os mesmos da safra 2010/2011, cuja semeadura ocorre no início do ano, não havendo definição. A produção e a produtividade sofreram variação negativa de 8,2%, em relação à safra 2010/2011. Na Bahia, considerada o maior produtor nordestino de milho, há previsão de redução na produção (2%) e nos rendimentos (2%), podendo o estado atingir uma produção de 2,23 milhões de toneladas do grão. Esses resultados preliminares para o primeiro levantamento da safra 2011/2012 poderão sofrer ajustes significativos, pois a segunda safra do milho para as regiões Norte e Nordeste apresenta boas perspectivas para o período da semeadura, durante o qual as chuvas acontecem de forma satisfatória para o milho.

Tabela 14 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)					PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			Produção (em mil t)				
	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%		Safra 10/11	Safra 11/12	Var %	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%	
		Limite		(b/a)	(c/a)					Limite		(g/f)	(h/f)
	(a)	Inf (b)	Sup (c)			(f)	Inf (g)	Sup (h)					
NORTE	521,7	517,3	526,5	(0,8)	0,9	2.713	2.634	(2,9)	1.415,5	1.358,2	1.391,0	(4,0)	(1,7)
NORDESTE	3.147,7	3.147,7	3.147,7	-	-	1.947	1.788	(8,2)	6.128,0	5.627,4	5.627,4	(8,2)	(8,2)
Maranhão	477,6	477,6	477,6	-	-	1.842	1.650	(10,4)	879,7	788,0	788,0	(10,4)	(10,4)
Piauí	349,6	349,6	349,6	-	-	2.017	1.760	(12,7)	705,1	615,3	615,3	(12,7)	(12,7)
Ceará	723,0	723,0	723,0	-	-	1.313	1.000	(23,8)	949,3	723,0	723,0	(23,8)	(23,8)
Rio Grande do Norte	73,5	73,5	73,5	-	-	672	650	(3,3)	49,4	47,8	47,8	(3,2)	(3,2)
Paraíba	157,2	157,2	157,2	-	-	617	710	15,1	97,0	111,6	111,6	15,1	15,1
Pernambuco	298,3	298,3	298,3	-	-	640	650	1,6	190,9	193,9	193,9	1,6	1,6
Alagoas	57,2	57,2	57,2	-	-	893	720	(19,4)	51,1	41,2	41,2	(19,4)	(19,4)
Sergipe	221,4	221,4	221,4	-	-	4.192	3.950	(5,8)	928,1	874,5	874,5	(5,8)	(5,8)
Bahia	789,9	789,9	789,9	-	-	2.883	2.826	(2,0)	2.277,4	2.232,1	2.232,1	(2,0)	(2,0)
CENTRO OESTE	3.890,1	4.013,0	4.055,9	3,2	4,3	4.479	4.409	(1,6)	17.422,8	17.630,3	17.942,7	1,2	3,0
SUDESTE	2.146,0	2.228,7	2.350,0	3,9	9,5	5.104	5.002	(2,0)	10.952,3	11.172,5	11.728,5	2,0	7,1
SUL	4.133,2	4.277,6	4.396,6	3,5	6,4	5.225	5.054	(3,3)	21.595,5	21.538,6	22.299,7	(0,3)	3,3
NORTE/NORDESTE	3.669,4	3.665,0	3.674,2	(0,1)	0,1	2.056	1.908	(7,2)	7.543,5	6.985,6	7.018,4	(7,4)	(7,0)
CENTRO-SUL	10.169,3	10.519,3	10.802,5	3,4	6,2	4.914	4.798	(2,4)	49.970,6	50.341,4	51.970,9	0,7	4,0
BRASIL	13.838,7	14.184,3	14.476,7	2,5	4,6	4.156	4.058	(2,4)	57.514,1	57.327,0	58.989,3	(0,3)	2,6

Fonte: CONAB, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

No mercado internacional, as cotações permaneceram em alta no terceiro trimestre de 2011, sendo sustentadas pelas crescentes preocupações com as condições climáticas em áreas de produção de milho nos Estados Unidos e com a redução de safra na África do Sul (oitavo maior exportador), que anualmente exporta quase 2 milhões de toneladas do grão. Segundo o Cepea, os preços futuros na Bolsa de Chicago, que já acumulavam alta desde o início de maio, tiveram fortes altas nos contratos com vencimento em julho (13,8%) e setembro (14,8%). A alta das cotações do milho deveu-se, principalmente, à redução do estoque mundial, situação em que qualquer variação na oferta dos países que suprem a demanda global pode influenciar as cotações e a manutenção dos preços. A expectativa é que os preços no mercado externo também sigam firmes até o final deste semestre (CEPEA/ESALQ, 2011f).

No Brasil, o mercado continua aquecido no segundo semestre, com leves altas nas cotações do cereal, sustentadas pela demanda interna e pela elevação dos preços praticados no mercado externo. Entretanto, na medida em que avança a colheita, a cotação do milho deve recuar. No início de outubro de 2011 a saca de milho de 60 kg foi cotada a R\$ 23,00 em Cascavel (PR), 12,3% superior ao preço observado em idêntico período da safra anterior. Na praça de Barreiras (BA), a saca de milho alcançou R\$ 24,50 (11,3 % mais que do em 2010); e em Fortaleza a cotação chegou a R\$ 32,00, assinalando valorização de 30,6%. Enquanto em São Paulo, onde a saca de 60 kg foi comercializada a R\$ 23,00⁹ (preço CIF), queda de 4,17% em relação ao preço de idêntico período de 2010, as condições climáticas favoreceram os trabalhos da colheita, aumentando a disponibilidade do grão no mercado local (ver gráfico abaixo).

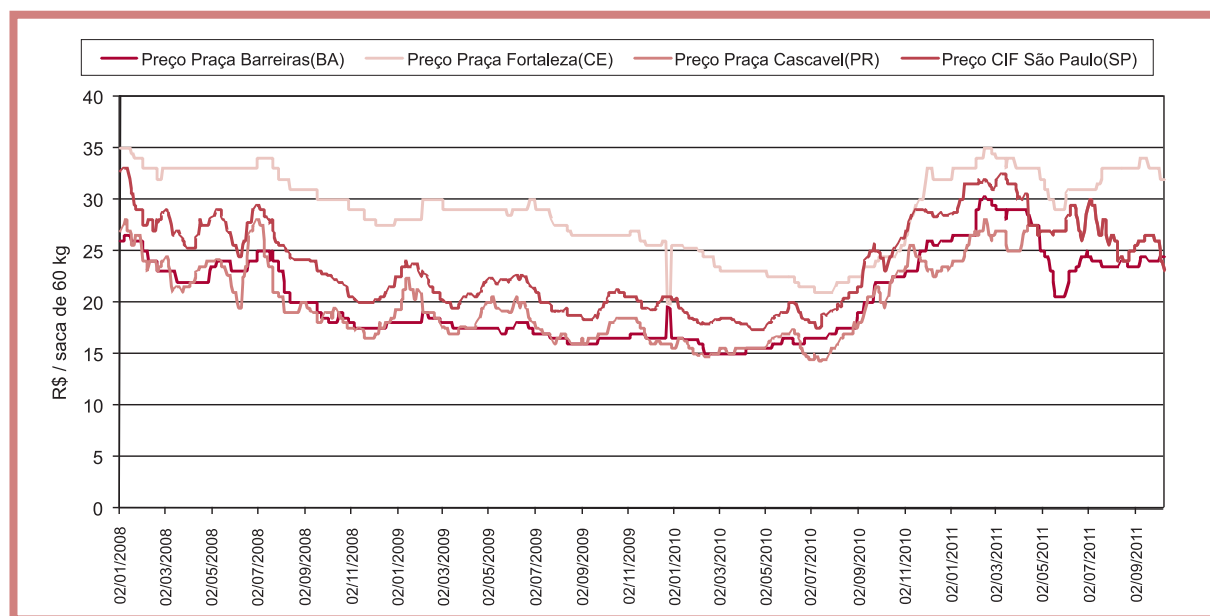


Gráfico 16 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2008 a outubro/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

9 Valores referentes a 10/10/2011.

Soja

Para a safra 2010/2011, estima-se uma produção recorde de 75,3 milhões de toneladas, com destaque para a região Centro-Sul, que responde por 89% da produção nacional. Conforme o primeiro levantamento realizado pela Conab, estima-se para o início da safra 2011/2012 uma produção de soja entre 72,18 milhões e 73,29 milhões de toneladas, significando variação negativa entre 4,2% e 2,7% em relação à safra 2010/2011. A estimativa levou em conta a média da produtividade dos últimos cinco anos, incluindo os progressos tecnológicos e descartando os comportamentos atípicos de cada safra.

De acordo com o primeiro levantamento de intenção de plantio da soja, a área plantada deverá experimentar ampliação entre 2% e 3,5%, em relação à safra 2010/2011. A boa perspectiva de plantio e as condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura

possibilitaram para as regiões Centro-Oeste e Nordeste as maiores variações na área cultivada, de 5,2% e 6%, respectivamente. No Centro-Oeste, responsável por 47,4% da produção nacional, o Mato Grosso se destaca com oferta de 20,8 milhões de toneladas.

Segundo a estimativa para safra 2011/2012, o Nordeste será a região a registrar o maior incremento em área plantada com soja no país, variando entre 2,02 milhões e 2,06 milhões de hectares, significando acréscimo entre 4% a 6% em relação à safra 2010/2011. A produção da região sofrerá decréscimo entre 3,8% e 1,9%, chegando a 6,1 milhões de toneladas. Beneficiada pelas boas condições climáticas, as safras do Maranhão e do Piauí deverão ter cimos de 3% e 2%, respectivamente. A Bahia deverá apresentar um decréscimo na produção, entre 6,7% e 5,4%, e rendimento médio de 3.000 kg/ha, 10,7% menor que o da safra 2010/2011, estimado em 3.360 kg/ha.

Tabela 15 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)					PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			Produção (em mil t)				
	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%		Safra 10/11	Safra 11/12	Var %	Safra 10/11	Safra 11/12		Var%	
		Limite		(b/a)	(c/a)					Limite	(g/f)	(h/f)	
	(a)	Inf (b)	Sup (c)			(d)	(e)	(e/d)	(f)				Inf (g)
NORTE	645,5	660,2	673,6	2,3	4,4	3.063	2.941	(4,0)	1.977,2	1.941,2	1.981,1	(1,8)	0,2
NORDESTE	1.945,7	2.023,5	2.062,4	4,0	6,0	3.213	2.972	(7,5)	6.251,5	6.014,6	6.130,0	(3,8)	(1,9)
Maranhão	518,2	533,7	549,3	3,0	4,0	3.087	2.970	(3,8)	1.599,7	1.585,1	1.631,4	(0,9)	2,0
Piauí	383,6	398,9	406,6	4,0	6,0	2.983	2.900	(2,8)	1.144,3	1.156,8	1.179,1	1,1	3,0
Bahia	1.043,9	1.090,9	1.106,5	4,5	6,0	3.360	3.000	(10,7)	3.507,5	3.272,7	3.319,5	(6,7)	(5,4)
CENTRO-OESTE	10.819,4	11.265,4	11.386,9	4,1	5,2	3.137	3.052	(2,7)	33.938,9	34.384,4	34.750,7	1,3	2,4
SUDESTE	1.636,9	1.589,8	1.634,8	(2,9)	(0,1)	2.824	2.837	0,5	4.622,1	4.510,5	4.637,7	(2,4)	0,3
SUL	9.133,5	9.119,2	9.281,5	(0,2)	1,6	3.124	2.779	(11,0)	28.534,6	25.336,7	25.796,0	(11,2)	(9,6)
NORTE/NORDESTE	2.591,2	2.683,7	2.736,0	3,6	5,6	3.176	2.965	(6,6)	8.228,7	7.955,8	8.111,1	(3,3)	(1,4)
CENTRO-SUL	21.589,8	21.974,4	22.303,2	1,8	3,3	3.108	2.923	(5,9)	67.095,6	64.231,6	65.184,4	(4,3)	(2,8)
BRASIL	24.181,0	24.658,1	25.039,2	2,0	3,5	3.115	2.927	(6,0)	75.324,3	72.187,4	73.295,5	(4,2)	(2,7)

Fonte: CONAB, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

No mercado externo, os indicadores da Bolsa de Chicago indicaram que os negócios com soja seguiram em alta. Os contratos com vencimentos em setembro/2011 acumularam no mês um acréscimo de 7% (cotação de US\$ 14,49/bushel, US\$ 31,94/saca de 60 kg), 8,3% para o farelo (registro de US\$ 419,76/t) e 5,2% para o óleo de soja (finalizou a US\$ 1.290,79/t). Os resultados são atribuídos ao aquecimento da demanda mundial e à redução dos estoques. Tem sido crescente a demanda mundial por óleo vegetal nos mercados de alimentos e combustíveis. Para o maior importador mundial do óleo de soja, a China, as estimativas são de aumento das importações, de 1,75 milhão para 2 milhões de toneladas. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) com relação à safra 2011/2012, há a expectativa de redução de 2% em relação ao volume estimado para a safra 2010/2011. Com a demanda aquecida e a redução da oferta mundial, o preço do grão no mercado internacional deverá manter-se pressionado (CEPEA/ESALQ, 2011g).

Diante das valorizações da soja no mercado externo, as exportações brasileiras registraram no acumulado do ano (janeiro a agosto) um volume de 25,55 milhões de toneladas do grão, assinalando um pequeno aumento de 0,35% em relação às exportações de idêntico período do ano anterior. Para o óleo da soja, o acumulado registrou um acréscimo de 1,51% para o mesmo período, somando 1,04 milhão de toneladas exportadas.

Dados do Cepea/ESALQ indicam que a saca da soja foi comercializada a R\$ 47,22 (posição de 10/10/2011) em São Paulo, alta de 7,17% em relação a idêntico período da safra anterior. Em Sorriso (MT), registrou-se uma desvalorização de 2,05% ante a mesma data de 2010, sendo a saca cotada a R\$ 38,30. No Nordeste observou-se que os preços se mantiveram firmes; em Balsas (MA), a saca de 60 kg foi negociada a R\$ 40,00 (13,31% superior), e em Barreiras (BA) a cotação chegou a R\$ 40,50, com valorização de 1,25%, para idêntico período da safra anterior (ver gráfico a seguir).

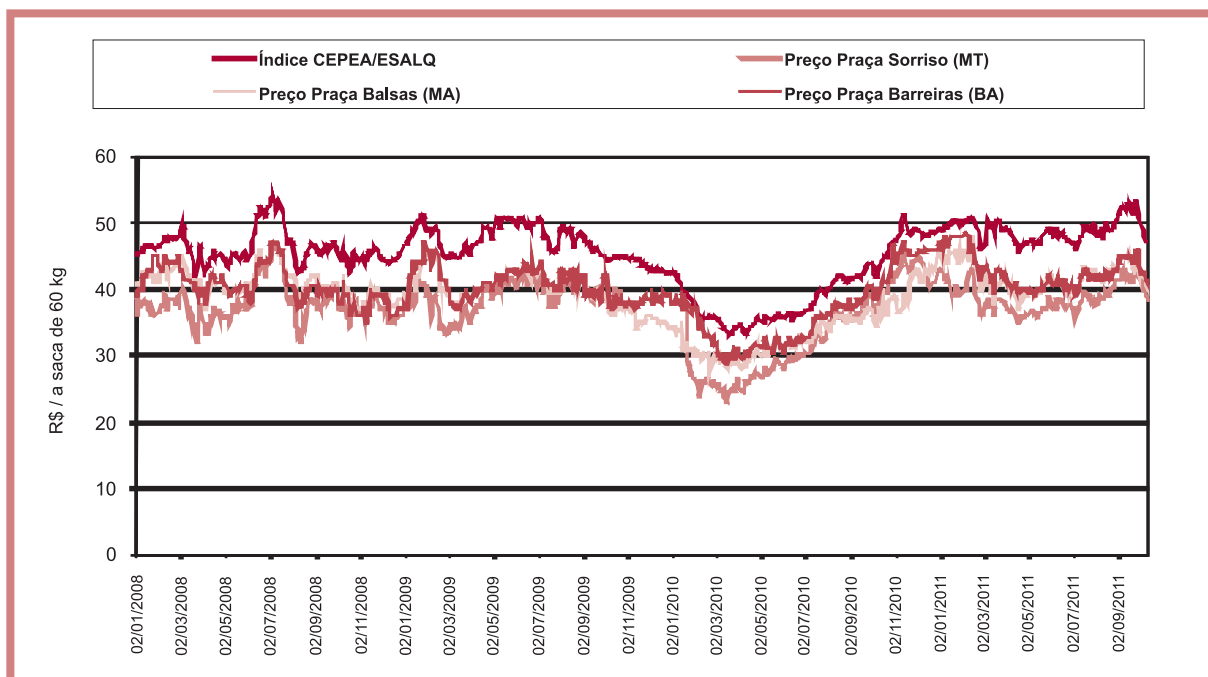


Gráfico 17 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a outubro/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Café

De acordo com a terceira estimativa¹⁰ da safra 2011 de café, realizada pela Conab, a área destinada ao produto totaliza 2.051,5 mil hectares. Comparada à da safra 2010, haverá uma redução de 25.178 mil hectares na área cultivada no país, correspondente a 1,2%.

A produção segue a mesma trajetória, devendo finalizar esta safra com valores bem abaixo dos praticados na do ano passado. Estima-se uma produção de 43,5 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, inferior à safra 2010 em 4,94 milhões de sacas, ou 10,3%. Essa redução terá grande repercussão, devido à queda de produção do café tipo arábica, de 36,8 milhões para 31,8 milhões de sacas de 60 kg. Na safra 2011, o arábica

deverá representar 73,9% do total de café beneficiado no país.

Essas reduções se devem não apenas à bialidade negativa do café (que intercala um ciclo alto e outro baixo), mas também às fortes estiagens ocorridas no início de 2011, que prejudicaram lavouras de Minas Gerais, Bahia e Rondônia, de acordo com o levantamento da Conab.

Para a Bahia, considerada o principal produtor de café do Nordeste, estima-se um pequeno decréscimo de 1,1% na produção total, que deverá cair de 2,29 milhões de sacas de café beneficiado para 2,26 milhões, redução de 10,8% na produção de café arábica e ao incremento de 28,4% na produção de café conilon, especificamente na região do Atlân-

Tabela 16 – Café beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safra 2010 e 2011

UF/ Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						Var. Total %
				Safra 2010			Safra 2011			
	Safra 2010	Safra 2011	Var %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Mina Gerais	1.006.719	999.905	-0,7	24.903,0	252,0	25.155	21.396,0	282,0	21.678,0	-13,8
Sul e Centro-Oeste	509.687	503.868	-1,1	12.616,0	-	12.616,0	10.150,0	-	10.150,0	-19,5
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	162.217	162.888	0,4	5.652,0	-	5.652,0	3.869,0	-	3.869,0	-31,5
Zona da Mata - Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	334.815	333.149	-0,5	6.635,0	252,0	6.887,0	7.377,0	282,0	7.659,0	11,2
Espírito Santo	460.193	452.527	-1,7	2.792,0	7.355,0	10.147,0	3.079,0	8.494,0	11.573,0	14,1
São Paulo	167.147	164.337	-1,7	4.662,0	-	4.662,0	3.315,8	-	3.315,8	-28,9
Paraná	81.874	75.653	-7,6	2.284,0	-	2.284,0	1.825,0	-	1.825,0	-20,1
Bahia	139.550	138.834	-0,5	1.727,9	564,8	2.292,7	1.541,7	725,1	2.266,8	-1,1
- Cerrado	12.273	11.557	-5,8	485,5	-	485,5	451,1	-	451,1	-7,1
- Planalto	103.344	102.338	-1,0	1.242,4	-	1.242,4	1.090,6	-	1.090,6	-12,2
- Atlântico	23.933	24.939	4,2	-	564,8	564,8	-	725,1	725,1	28,4
Rondônia	154.879	153.391	-1,0	-	2.369,0	2.369,0	-	1.428,3	1.428,3	-39,7
Mato Grosso	15.186	19.899	31,0	16,3	186,8	203,1	11,0	126,2	137,2	-32,4
Pará	13.500	10.469	-22,5	-	228,6	228,6	-	183,8	183,8	-19,6
Rio de Janeiro	13.100	12.864	-1,8	237,6	12,5	250,1	247,0	13,0	260,0	4,0
Outros	24.477	23.568	-3,7	201,3	302,0	503,3	476,7	9,7	486,4	-3,4
BRASIL	2.076.625	2.051.447	-1,2	36.824,1	11.270,7	48.094,8	31.892,2	11.262,1	43.154,3	-10,3

Fonte: CONAB, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

10 Acompanhamento da Safra Brasileira de Café. Safra 2011 terceira estimativa, setembro/2011/ Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab, 2011.

tico. Mesmo no ano de bienalidade negativa, a Bahia obterá bons resultados na safra 2011 de café, devido às condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura e às novas lavouras de café tipo robusta (influenciada pelo bom preço praticado na região), conforme detalha a tabela abaixo.

Diante da redução dos estoques desde o segundo semestre de 2010 e da previsão de decréscimo de 1,4% na safra mundial, em relação a idêntico período da safra anterior, o preço do café vem apresentando acelerado crescimento. De acordo com os indicadores da Bolsa de Nova Iorque (ICE Futures), os contratos com vencimento em dezembro fecharam em 31 de agosto a 388,25 centavos do dólar por libra-peso, com expressivo aumento de 17% em relação ao mês anterior. Segundo os indicadores da Bolsa de Londres, os contratos do café tipo conilon, com vencimento para novembro, também fecharam o mês de agosto com alta de 9,3%, sendo negociados a US\$ 2.334,00/tonelada (CEPEA/ESALQ, 2011e).

No mercado interno, a sustentação das valorizações do café se deve a fatores como a redução da safra total do café em 10,3% (bienalidade negativa da cultura), a restrição de grãos de qualidade e o aumento da demanda, tanto interna como externa. Os preços do tipo arábica seguem firmes. Em 5 de outubro de 2011, a cotação na capital paulista aumentou 60,35% em relação a idêntico período da safra anterior, sendo esse valor sustentado pela menor oferta de grãos de qualidade. No caso do conilon (robusta) houve um crescimento de 39,94% pelo índice Cepea/Esalq, em relação a idêntico período de 2010. A demanda por esse tipo vem crescendo, impulsionada pelas valorizações do tipo arábica. Em Vitória da Conquista (BA), o café Bica Rio T6/7 foi comercializado a R\$ 307,00, aumentando 40,83% em relação à cotação de outubro de 2010. Enquanto isso, o Bica Dura T6/7 foi cotado a R\$ 480,00, assinalando alta de 58,42%. O café despulpado registrou elevação de 41,33% em sua cotação, chegando a ser comercializado a R\$ 530,00 em Vitória da Conquista (Gráfico 18).

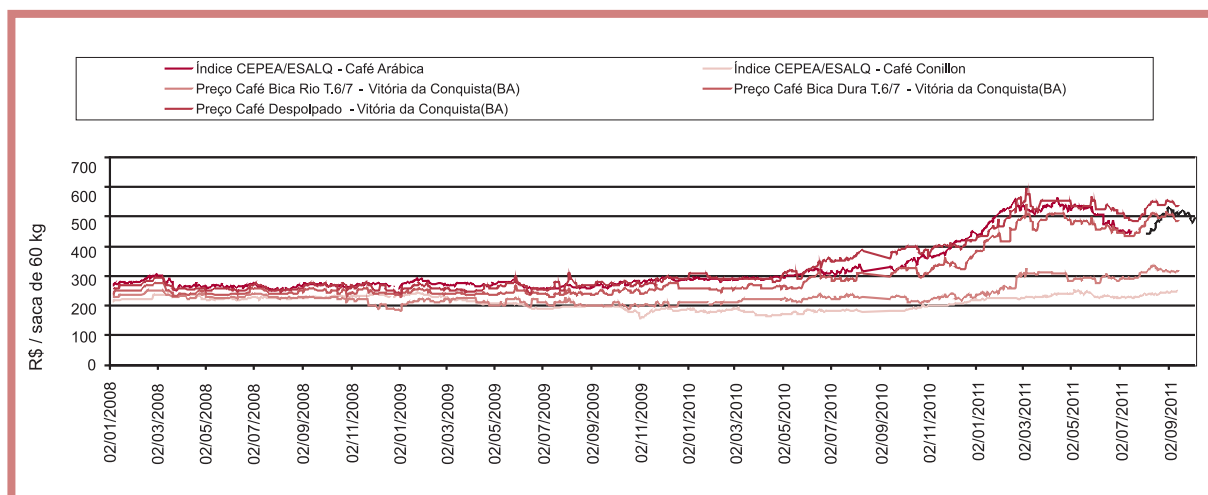


Gráfico 18 –Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2008 a outubro/2011.

Fonte: CMA, 2011; CEPEA/ESALQ, 2011f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Cana-de-açúcar

De acordo com o segundo levantamento da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar, realizado pela Conab, confirma-se a previsão de crescimento da lavoura em quase todos os estados produtores. No país, a área cultivada é da ordem de 8.434,3 mil hectares, 4,7% superior à da safra 2010/2011, devido ao acréscimo das novas áreas de plantio destinadas às usinas instaladas na safra passada, e previsão de início de funcionamento de cinco novas unidades de produção. Estima-se para todo o país uma expansão de 378,2 mil hectares, com destaque para a região Sudeste, cuja área será ampliada em 169,6 mil hectares.

Apesar da expansão da lavoura em boa parte dos estados produtores, os dados apontam para um decréscimo no volume de cana moída, em relação à safra 2010/2011,

totalizando 588,9 milhões de toneladas, ou seja, 5,6% menos que os 623,9 milhões de toneladas da safra 2010/2011. Essa redução se deve, principalmente, às adversidades climáticas ocorridas entre abril e maio de 2010, quando a escassez de chuvas comprometeu a produção das regiões Centro-Oeste e Sudeste. Em consequência, prevê-se uma produtividade média de 69.824 kg/ha, uma queda de 9,8% em relação à da safra 2010/2011, da ordem de 77.446 kg/ha.

De acordo com a previsão feita para a safra 2010/2011, 48,95% da produção de cana será destinada à produção de açúcar, enquanto os restantes 51,05% serão utilizados na produção de etanol, o que deverá gerar 37,07 milhões de toneladas de açúcar e 23.686.481 mil litros de álcool, significando uma redução de 14,17% na produção do biocombustível (CONAB, 2011c).

Tabela 17 – Cana de Açúcar Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/11 e 2011/12

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 10/11	Safra 11/12	Var %	Safra 10/11	Safra 11/12	Var %	Safra 10/11	Safra 11/12	Var %
NORTE	19,6	34,8	77,6	65.124	72.410	11,19	1.278,4	2.520,6	97,20
NORDESTE	1.113,2	1.114,6	0,10	55.764	60.179	7,90	62.079,4	67.076,3	8,00
Maranhão	42,100	42,130	0,06	55.285	60.050	8,60	2.327,5	2.529,9	8,70
Piauí	13,290	12,910	(2,83)	62.973	72.440	15,00	836,9	935,2	11,70
Ceará	2,760	3,420	24,0	65.380	69.869	6,90	180,5	239,0	32,40
Rio Grande do Norte	65,720	62,780	(4,47)	41.530	50.720	22,10	2.729,4	3.184,2	16,70
Paraíba	111,800	123,710	10,65	46.926	52.567	12,00	5.246,3	6.503,1	24,00
Pernambuco	346,820	324,730	(6,37)	48.500	56.693	16,90	16.820,8	18.409,9	9,40
Alagoas	451,199	454,540	0,74	64.540	64.350	(0,30)	29.120,4	29.249,6	0,40
Sergipe	36,990	37,260	0,73	54.760	63.437	15,80	2.025,6	2.363,7	16,70
Bahia	42,570	53,140	24,83	65.590	68.907	5,10	2.792,2	3.661,7	31,10
CENTRO-OESTE	1.202,5	1.372,4	14,10	77.624	70.465	(9,22)	93.334,7	96.702,6	3,60
SUDESTE	5.136,5	5.298,5	3,15	82.507	71.790	13,00	423.799,5	380.380,1	(10,20)
SUL	584,0	614,0	5,10	74.318	68.793	7,40	43.403,1	42.235,4	(2,70)
NORTE/NORDESTE	1.132,9	1.149,4	1,50	55.926	60.549	8,30	63.357,8	69.596,9	9,80
CENTRO-SUL	6.923,1	7.284,8	5,20	80.968	71.288	12,00	560.537,3	519.318,1	(7,40)
BRASIL	8.056,0	8.434,2	4,70	77.446	69.824	9,80	623.895,1	588.915,0	(5,60)

Fonte: CONAB, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Para o Nordeste, o prognóstico para início de safra é bastante auspicioso, devendo o clima favorecer tanto na rebrota como no crescimento dos canaviais. Prevê-se uma expansão de 8% na safra, decorrente, principalmente, do desempenho de Pernambuco (incremento de 1,59 milhão de toneladas) e da Paraíba (1,25 milhão). A ampliação da área plantada se dá principalmente na Bahia, com variação de 24,83%. Na produtividade, destacam-se o Rio Grande do Norte (aumento de 22,1%), Pernambuco (19,9%) e Sergipe (15,8%). Na safra 2010/2011, a produção nordestina de cana-de-açúcar deverá totalizar perto de 67,07 milhões de toneladas, sendo que Alagoas responderá por 43,61%, enquanto Pernambuco participa com 27,45% e a Paraíba fornece 9,7% da produção total da região.

No segundo semestre de 2011, a manutenção do preço do açúcar no mercado internacional deveu-se a fatores como o aquecimento da demanda e a queda de oferta ocasionada por quebra de safras nos principais produtores mundiais. Em agosto, a cotação do açúcar experimentou significativo aumento no mercado externo, acompanhando o movimento de outras *commodities*. Entretanto, a sustentação dos preços provocada

pela restrição na oferta vem sendo fragilizada diante de previsões de maior produção em países cujas safras têm início neste segundo semestre. Para a safra 2011/2012, a Organização Internacional do Açúcar (OIA) projetou um excedente de 4,2 milhões de toneladas, sendo representado em parte pela União Europeia (a partir do açúcar de beterraba) e pela Tailândia (açúcar proveniente da cana).

As exportações do açúcar bruto totalizam 2.670,4 mil toneladas em agosto, registrando acréscimo de 16,5% em relação a julho (2.291,6 mil toneladas exportadas) e de 20,8% em relação a agosto de 2010 (2.211,3 mil toneladas exportadas), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Seis). Ainda conforme dados da Secex, as exportações totais do açúcar geraram receita de US\$ 1.946,7 milhões em agosto de 2011, superando em 8,8% o montante registrado no mês anterior (US\$ 1.788,6 milhões) e em 42,2% o faturamento de igual período de 2010 (US\$ 1.368,5 milhões).

No mercado nacional, os preços do açúcar cotados em setembro seguem firmes, com uma pequena queda em relação às cotações de agosto, devido à aceleração do ritmo da

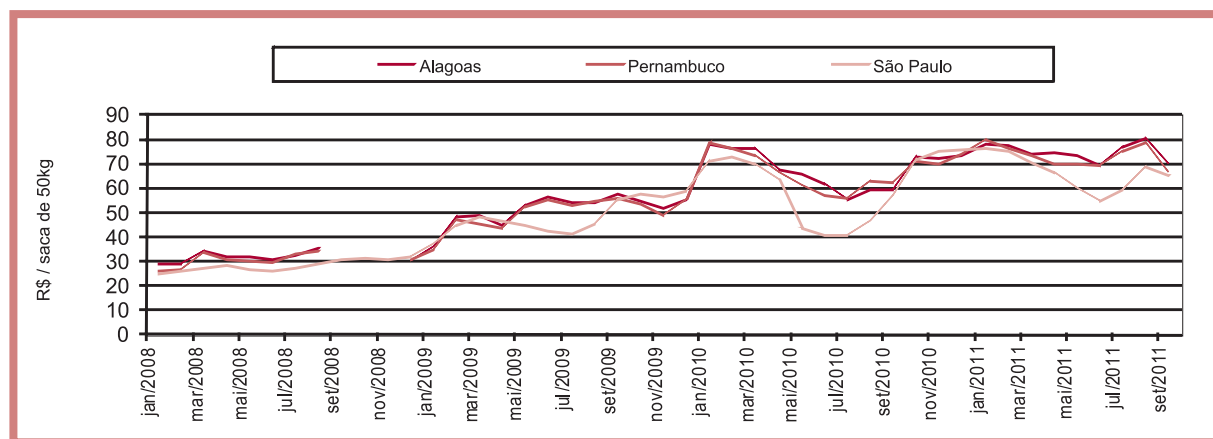


Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Sacca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Setembro/2011

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

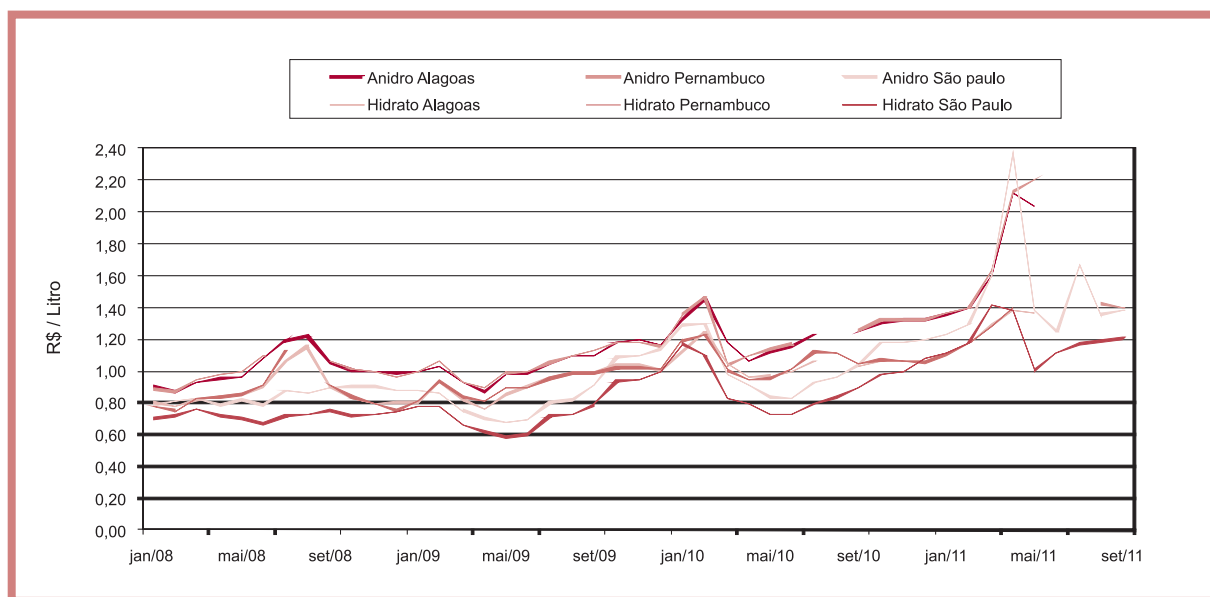


Gráfico 20 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Setembro/2011

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

produção de açúcar em São Paulo na safra 2010/2011, que totalizou 174,33 milhões de toneladas (61% da produção nacional), aumentando a oferta interna do açúcar cristal.

Em setembro de 2011, de acordo com o Indicador Mensal do Açúcar Cristal Cepea/Esalq, a saca de 50 kg foi comercializada por R\$ 69,79 em Alagoas, R\$ 66,46 em Pernambuco e R\$ 65,21 em São Paulo, com altas de 17,6%, 7,3% e 14,6%, respectivamente, em relação a idêntico período de 2010, como mostrado no gráfico.

Para o segundo semestre de 2011, os preços do etanol registraram aumentos a partir da segunda quinzena de agosto, quando os compradores, receosos ante alguns ajustes

da segunda metade da safra realizada no Centro-Oeste, tiveram maior interesse em adquirir etanol. Segundo os indicadores mensais do Cepea/Esalq, os preços nos principais mercados registraram alta em setembro em relação a idêntico período de 2010. Esses acréscimos são sustentados e explicados, em parte, pela redução da safra de cana. Os preços do etanol foram majorados nas principais praças do país. Conforme o Cepea/Esalq, em setembro de 2011 o preço do álcool anidro aumentou 27,5% em Alagoas, 51,6% em São Paulo e 23,8% em Pernambuco, em relação a idêntico período do ano anterior. O hidratado registrou também acréscimo de 15% em Alagoas, 12,7% em Pernambuco e 52,2% em São Paulo.

3.4.3 - Pecuária

O mercado do boi gordo experimentou grande alteração no terceiro trimestre: devido à oferta insuficiente de animais prontos, os frigoríficos tiveram dificuldade de preencher suas escalas de abate, o que acarretou elevação de 6,1% no indicador Esalq/BM&FBovespa, que fechou o mês de julho em R\$ 102,31 a arroba (CEPEA/BM&F, 2011).

Em agosto a cotação da arroba caiu 2,2%, ficando em R\$ 100,05, devido à pressão de compra dos frigoríficos, que em alguns casos anteciparam as aquisições, contrabalançando a oferta de animais, ainda baixa. A insegurança dos operadores do mercado em relação aos possíveis efeitos da crise internacional sobre o setor também influenciou os negócios na primeira quinzena (CEPEA/BM&F, 2011a). A queda continuou em setembro, sendo de 0,8% em relação a agosto. No dia 23 chegou a 2%, devido à pressão dos frigoríficos, que se abasteceram por confinamento próprio ou receberam animais por compra antecipada. O indicador fechou em R\$ 99,25 (CEPEA/BM&F, 2011b).

Segundo agências do BNB, no Maranhão, o preço médio atual é de R\$ 87,40/@. O período é de entressafra, algumas regiões estão secas e o mercado já esteve melhor em outros anos nesta época. No mesmo período, o leite foi adquirido do produtor por R\$ 0,82/l.

Na Bahia, também é entressafra. Em algumas regiões os frigoríficos têm dificuldade

de conseguir matéria-prima e produtores seguraram o boi no pasto para conseguir preços melhores que a média atual, de R\$ 97,50. No caso do leite, o preço médio para o produtor alcançou R\$ 0,65/l.

Houve estabilidade na oferta do leite em julho, com clima desfavorável no Sul e entressafra no Sudeste e no Centro-Oeste, o que fez a média nacional de preço ficar em R\$ 0,8650/l, alta de 12% em relação a julho de 2010 (preços reais). Na Bahia o preço do leite subiu para R\$ 0,7337/l (ou 0,6%).

Em agosto, a média nacional teve leve alta de 0,6%, indo para R\$ 0,8698/l. Na Bahia o preço do leite subiu 2,1%, ficando em R\$ 0,7492/l. Em setembro, aumentou a captação nacional do leite em relação a agosto, apesar da entressafra, do aumento de custos com ração e do clima adverso nos principais estados produtores. A média de preços nacional aumentou 2,5%, para R\$ 0,8912/l, observando-se trajetória semelhante na Bahia, onde subiu para R\$ 0,7615/l (1,5%) (CEPEA/BM&F, 2011c, 2011d, 2011e).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Petrobrás anuncia descoberta de petróleo leve em águas profundas de Sergipe**. Disponível em: <www.ebc.com.br>. Acesso em: 20 out. 2011.

AGRAFNP PESQUISAS. **Anualpec 2010**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2010.

ANÁLISE DE NEGOCIAÇÃO DE COMMODITIES. CMA. São Paulo: CMA, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TÊXTIL. ABVTEX. Setor deve contabilizar déficit de US\$ 5,5 bilhões no ano. Disponível em:

<www.abvtex.org.br>. Acesso em: 23 out. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. **Relatório de inflação setembro de 2011**. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Confiança e intenção de compra do consumidor da Região Nordeste – outubro 2011**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/gerados/resultados_confianca.asp>. Acesso em: 14 out. 2011.

_____. **Perfil de endividamento do consumidor da Região Nordeste – outubro 2011.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/gerados/resultados_endividamento.asp>. Acesso em: 14 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 11 out. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA/ESCOLA SUPERIOR AGRÍCOLA LUÍS DE QUEIROZ. CEPEA/ESALQ. **Indicadores de preços: açúcar.** Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 11 out. 2011a.

_____. **Indicadores de preços: etanol.** Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/etanol/>>. Acesso em: 11 out. 2011b.

_____. Informações de mercado. **Agromensal.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 11 out. 2011c.

_____. Informações de mercado. **Agromensal.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Algodao.htm>. Acesso em: 11 out. 2011d.

_____. Informações de mercado. **Agromensal.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Cafe.htm>. Acesso em: 11 out. 2011e.

_____. Informações de mercado. **Agromensal.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Milho.htm>. Acesso em: 11 out. 2011f.

_____. Informações de mercado. **Agromensal.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Soja.htm>. Acesso em: 11 out. 2011g.

_____. Informações de mercado. **Agromensal.** Julho de 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/07_julho/Pecuaria.htm>. Acesso em: 10 out. 2011h.

_____. Informações de Mercado. **Agromensal...** Julho de 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Julho_11.doc>. Acesso em: 10 out. 2011i.

_____. Informações de Mercado. **Agromensal...** Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/08_agosto/Pecuaria.htm>. Acesso em: 10 out. 2011j.

_____. Informações de Mercado. **Agromensal...** Setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=340&id=4334>>. Acesso em: 10 out. 2011l.

_____. Informações de Mercado. **Agromensal...** Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Agosto_11.doc>. Acesso em: 10 out. 2011m.

_____. Informações de Mercado. **Agromensal...** Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Setembro_11.doc>. Acesso em: 10 out. 2011n.

COMMODITIES têm o maior recuo desde a crise de 2008. **Jornal Valor Econômico.** Disponível em: <www.valor.com.br>. Acesso em: 08 out. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABSTECIMENTO. CONAB. Acompanhamento de safra brasileira: grãos, safra 2010/ 2011, primeiro levantamento, outubro 2011. Brasília: Conab, 2011a.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** Café, safra 2011, terceira estimativa, setembro 2011. Brasília: Conab, 2011b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** Cana-de-açúcar, safra 2011/2012, segundo levantamento, agosto 2011. Brasília: Conab, 2011c.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. DIEESE. **Balanco das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2011.** (Estudos e pesquisas, 58). Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 14 out. 2011.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDO DO COMÉRCIO EXTERIOR. FUNCEX. **Informativo de comércio exterior outubro de 2011.** Disponível em: <www.funce.org.br>. Acesso em: 15 out. 2011.

GOVERNO negocia vinda de parque eólico para o sertão. **Jornal O Povo.** Notícias Economia Nordeste. Disponível em: <www.opovo.com.br>. Acesso em: 12 out. 2011a.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Pesquisa mensal de comércio – agosto 2011. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2011a.

_____. IBGE/SIDRA. **Levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2011.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8

=1&u9=1&u10=1&u11=3&u12=1&u13=26674&u14=1&u15=1>. Acesso em: 10 out. 2011b.

_____. IBGE/SIDRA. **Produção agrícola municipal 2009.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>. Acesso em: 10 out. 2011c.

INSTITUTO DE ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. IEDI. **A necessidade de políticas para baratear o preço relativo do investimento no Brasil.** Análise IEDI 07/10/2011. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. **Produtividade estaciona e salários pressionam indústria.** Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 19 out. 2011.

LCA Setorial. **Relatório de consumo e varejo:** outubro de 2011.

MARANHÃO vai ganhar parque eólico de 1.400 MW. **Jornal o Povo.** Notícias Economia Nordeste. Disponível em <www.opovo.com.br>. Acesso em: 12 out. 2011b.

PETROBRAS começa a produzir poliéster para roupas. **Jornal o Povo.** Notícias Economia Nordeste. Disponível em: <www.opovo.com.br>. Acesso em: 15 out. 2011.

SERASA EXPERIAN. **Perspectiva da inadimplência.** Disponível em: <http://www.serasa-experian.com.br>. Acesso em: 14 out. 2011.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente a setembro, para o agregado das regiões pesquisadas¹, mostra que a taxa de desocupação (percentual de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) permaneceu em 6%, o mesmo nível apurado em julho e agosto de 2011, porém, ligeiramente inferior à registrada em setembro de 2010 (6,2%). Vale salientar que essa é a menor taxa observada para o mês de setembro desde o início da nova série de apuração, iniciada em 2002.

Os resultados para as duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas indicaram que, em setembro, Recife (6,4%) e Salvador (9%) registraram taxas de desemprego acima da média nacional (Gráfico 1). Na comparação com setembro de 2010, Recife e Salvador assinalaram recuos de 2,4 e 1,3 pontos percentuais, respectivamente.

Segundo estimativas da PME, a população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas somou, em setembro último, 22,7 milhões de pessoas, acréscimo de 1,7% comparativamente a setembro de 2010, ou seja, incremento de 369 mil ocupados nesse período.

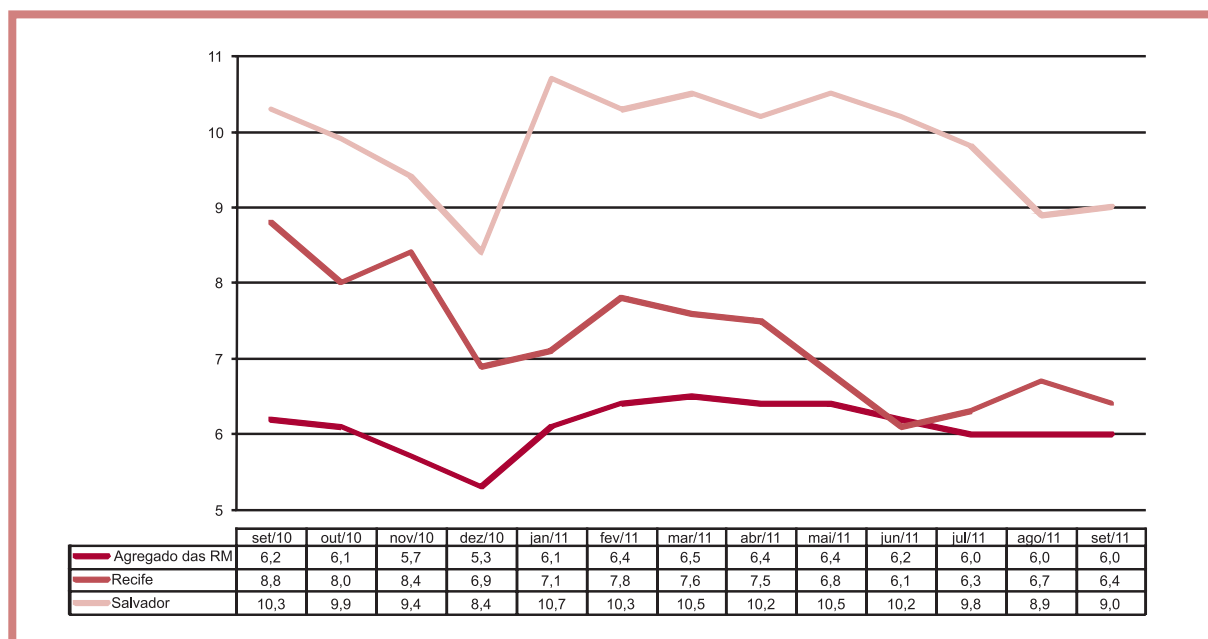


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

1 A PME é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Na região metropolitana de Recife, o contingente ocupado em setembro de 2011 foi estimado em 1.526 mil pessoas (46,5% da população em idade ativa), redução de 1,1% frente ao mês anterior. Segundo a pesquisa, 55% da população ocupada pertencem ao sexo masculino, 64,6% têm entre 25 e 49 anos de idade, 59,8% possuem 11 anos de estudo ou mais e 58,8% trabalhavam em estabelecimentos com pelo menos 11 colaboradores.

Na região metropolitana de Salvador, a população ocupada em setembro de 2011 foi estimada em 1.758 mil pessoas (51,3% da população em idade ativa), praticamente o mesmo contingente do mês anterior. O sexo masculino predomina entre os ocupados (52,8%), 65,3% encontram-se com ida-

de entre 25 e 49 anos, 60,1% trabalhavam em estabelecimentos com, no mínimo, 11 pessoas, e 65,3% tinham pelo menos 11 anos de estudo (Tabela 1).

Com relação à distribuição setorial da população ocupada, quase todas as atividades das regiões metropolitanas pesquisadas experimentaram expansão em setembro/2011 frente a setembro/2010, com destaque para construção civil, avanço de 6,6% (108 mil pessoas) e serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, com 5,1% de aumento (176 mil pessoas). O agrupamento serviços domésticos foi o único a apresentar redução no número de ocupados (2,76%) (Tabela 2).

Tabela 1 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%) – Set./2011

População Ocupada (%)	Total das 6 regiões metropolitanas	Recife	Salvador
Sexo			
Masculino	54,5	55,0	52,8
Feminino	45,5	45,0	47,2
Faixa etária (anos)			
10 a 14 anos	0,2	0,1	0,1
15 a 17 anos	1,5	1	1,3
18 a 24 anos	13,8	13,7	13,1
25 a 49 anos	62,1	64,6	65,3
50 anos ou mais	22,4	20,5	20,2
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,6	2,1	1,4
1 a 3 anos	3,2	3,9	3,6
4 a 7 anos	17,2	18,1	14,8
8 a 10 anos	16,9	16,1	14,9
11 anos ou mais	61,1	59,8	65,3
Tamanho do Empreendimento (por número de empregados)			
1 a 5 pessoas	31,8	36,9	34,9
6 a 10 pessoas	5,4	4,3	5,0
11 ou mais pessoas	62,8	58,8	60,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 2 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), segundo grupamento de atividades Set./2010-2011

Grupamentos de Atividade	Todas 6 RMs		Recife		Salvador	
	% População Ocupada		% População Ocupada		% População Ocupada	
	set/10	set/11	set/10	set/11	set/10	set/11
Indústria	16,5	16,4	10,3	10,7	10,1	9,6
Construção	7,4	7,7	6,7	6,9	9,6	9,7
Comércio	18,3	18,3	25,1	24,4	19,6	20,9
Serviços prestados às empresas	15,6	16,1	14,1	16,4	13,2	15,2
Educação, saúde e adm. Pública	16,6	16,5	18,7	18,2	20,8	20,1
Serviços domésticos	7,2	6,8	7,6	7,1	8,5	6,9
Outros Serviços	17,9	17,7	16,9	15,9	17,4	16,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Nota: Foi excluído o grupamento "Outras Atividades".

Vale ressaltar que o grupamento comércio, que inclui reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e venda de combustíveis no varejo, foi o de maior participação entre os demais setores de atividades, absorvendo 18,3% da população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, em setembro/2011. Essa atividade também é a mais representativa na área do Recife, com 372 mil pessoas (24,4% do total ocupado) e na região de Salvador, com 367 mil pessoas (20,9%).

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado nas seis regiões metropolitanas, estimado em 11 milhões de postos de trabalho, corresponde a 48,7% de toda a população ocupada (Tabela 3). Comparada à situação de setembro/2010, registrou-se evolução de 6,7%, o equivalente à inserção de 691 mil trabalhadores no mercado formal de trabalho.

Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, os trabalhadores com carteira assi-

Tabela 3 – Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado (%) – Set./ 2003-2011

Mês/Ano	Todas 6 RM	RM Recife	RM Salvador
set/03	39,0	29,4	35,8
set/04	38,8	31,5	32,8
set/05	40,1	33,3	33,6
set/06	41,1	32,1	35,2
set/07	42,8	37,7	37,9
set/08	43,9	37,5	38,4
set/09	44,2	40,6	39,7
set/10	46,4	40,4	41,2
set/11	48,7	43,6	46,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

nada corresponderam a 43,6% e 46,4% da população ocupada, respectivamente.

Na região do Recife, o emprego formal no setor privado experimentou acréscimo de 41 mil contratações no período de setembro de 2010 a setembro de 2011. A informalidade também cresceu nesse intervalo, com o ingresso de oito mil trabalhadores sem carteira assinada no mercado de trabalho.

Na região metropolitana de Salvador, a informalidade decresceu 12% nesse mesmo período, com redução de 26 mil trabalhadores sem carteira assinada. Por outro lado, o contingente dos empregados com carteira assinada aumentou 14,9%, incorporando 106 mil novos trabalhadores.

Por fim, vale destacar o comportamento do rendimento médio real habitual da população ocupada no país e nas duas principais regiões metropolitanas nordestinas no mês de setembro de 2011. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, o rendimento apresentou estabilidade em 12 meses no âmbito nacional, com incremento de apenas 0,02%. Já nas regiões do Nordeste investigadas, os resultados foram distintos. Na RM de Salvador, o valor de R\$1.404,70 significou um avanço de 4,8% em 12 meses. Na RM de Recife, o rendimento médio chegou a R\$ 1.089,50, queda de 8,1% também em 12 meses (Gráfico 2).

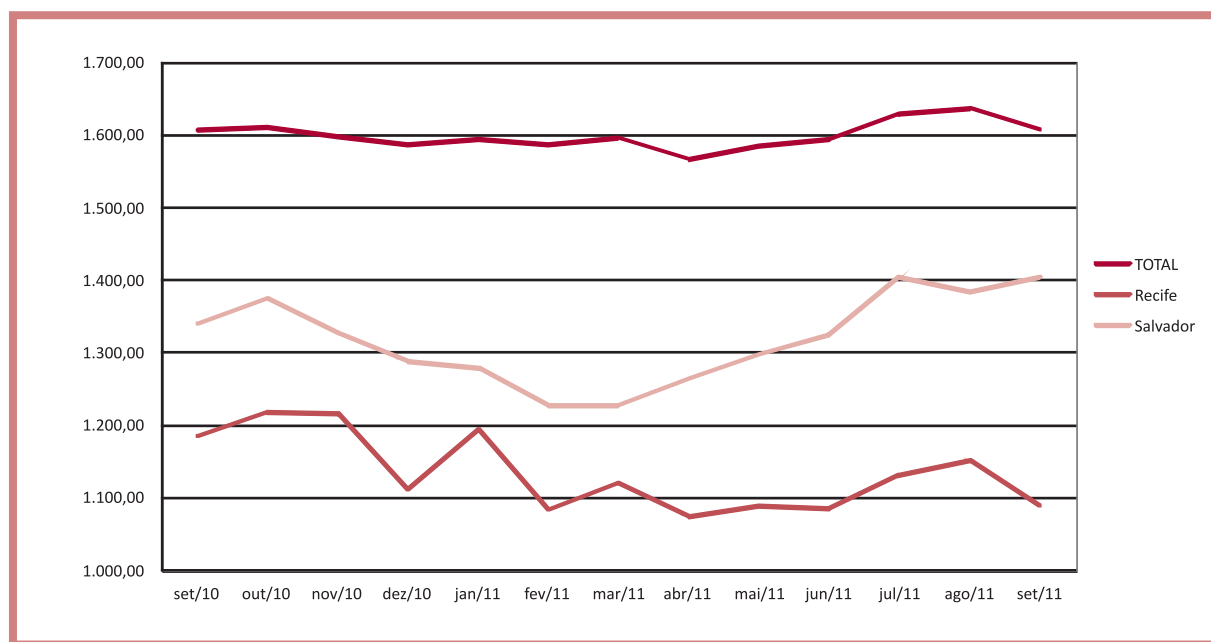


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$) – Setembro de 2010 a setembro de 2011

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

4.1 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentam um terceiro trimestre positivo, porém, com desempenho inferior ao do mesmo período de 2010. Entre janeiro e setembro de 2011, foram geradas 2.079.188 novas vagas, das quais 209.078 apenas no mês de setembro. Esse resultado vem confirmando a tendência de queda em comparação a 2010, quando o saldo registrava 2.201.406 postos de trabalho no acumulado janeiro – setembro, e 246.875 no mês de setembro (Gráfico 3).

A Tabela 4 apresenta os saldos acumulados de empregos formais entre janeiro e setembro, em escala nacional e regional, discriminados setorialmente. No total do país, o setor serviços responde por 40,4% de todos os empregos gerados no período, seguido pela indústria de transformação (19,2%) e pela agropecuária (14,1%).

Entre as regiões, o Sudeste lidera com 54,2% do saldo nacional. O Nordeste apresentou franca evolução desde a análise da edição anterior de *Conjuntura*, quando ostentava o pior resultado entre as regiões, com apenas 4,5% do saldo nacional. Considerado o saldo acumulado até setembro a participação nordestina saltou para 13,9% do total

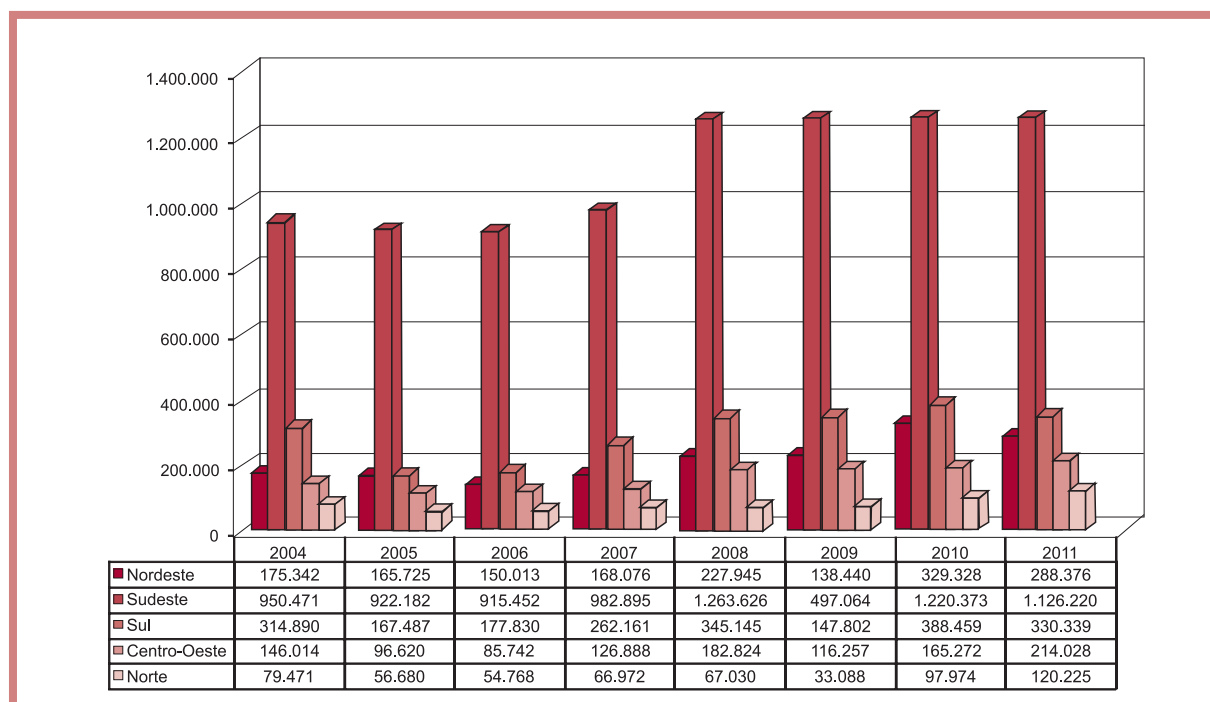


Gráfico 3 – Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Acumulado do Ano – Set./2004 a Set./2011

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED.

Tabela 4 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais por Setores – Jan. a Set./2011

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P.*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	17.703	399.030	10.367	293.086	263.091	840.202	33.092	222.617	2.079.188
Nordeste	2.432	26.706	4.220	56.077	44.052	117.704	1.672	35.513	288.376
Norte	3.570	28.172	96	23.753	16.122	42.140	1091	5.281	120.225
Sudeste	8.858	204.280	3.493	135.103	125.704	486.567	20.338	141.877	1.126.220
Sul	699	97.249	2.427	40.568	51.198	125.714	9.242	3.242	330.339
Centro-Oeste	2.144	42.623	131	37.585	26.015	68.077	749	36.704	214.028

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED.

Nota: (*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

nacional, ultrapassando o Norte (5,8%) e o Centro-Oeste (10,3%). Ainda sobre o Nordeste: no acumulado do ano a indústria de transformação se recuperou, conforme previsto na edição anterior, com saldo de 26.706 novos postos de trabalho no período. Serviços e construção civil apresentaram, respectivamente, saldos positivos de 117.704 e 56.077 postos de trabalho. Vale ressaltar que, juntos, esses dois setores responderam por 60,2% de todo o saldo positivo da região (Tabela 4).

O Gráfico 4 apresenta a tendência mensal de geração de empregos celetistas no Nordeste. Os efeitos sazonais justificam a queda do saldo no primeiro semestre do ano, com as contratações sendo retomadas a partir de abril. No mês de setembro se configura o melhor desempenho no ano, pois, a partir de outubro, a tendência é de eliminação de emprego, principalmente na indústria.

Numa análise da evolução nos últimos 12 meses, percebe-se que o resultado de setem-

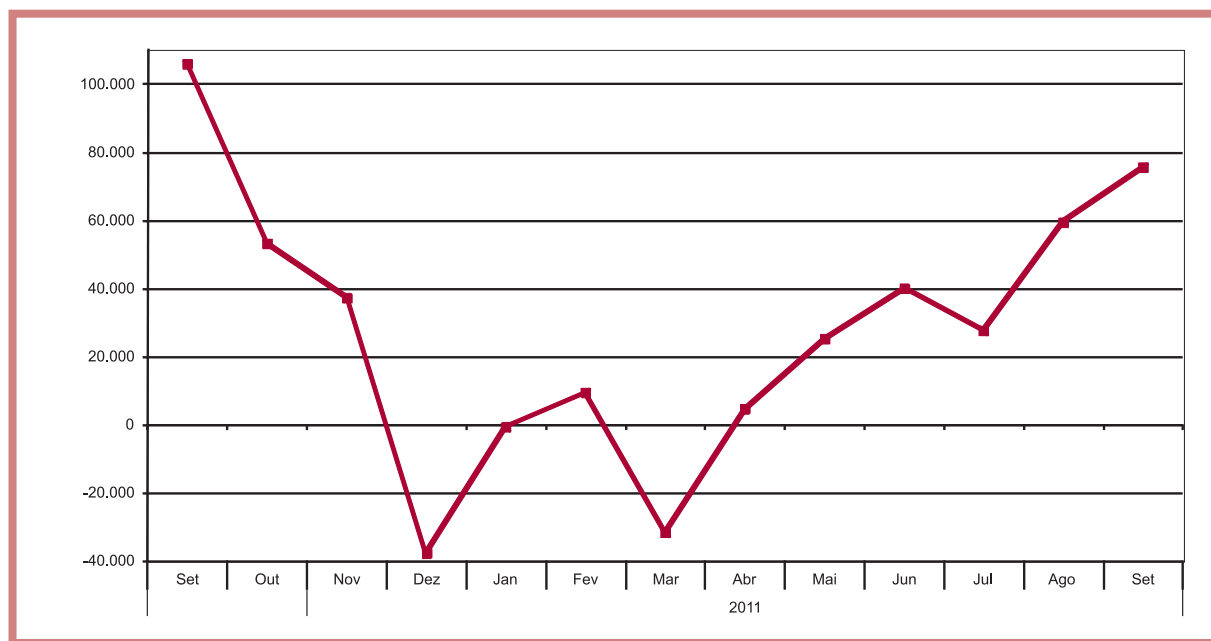


Gráfico 4 – Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal) – Set./2010 a Set./2011 (Saldo)

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

bro de 2011 está abaixo do obtido no mesmo mês, em 2010. Como os meses finais não repercutem positivamente no saldo final do ano, a expectativa é que em 2011 não ultrapasse 300 mil novos postos de trabalho no conjunto da região. Como retrospecto, tem-se que, a partir de novembro, a geração de emprego diminui, chegando a ficar negativa em dezembro devido ao término de contratos temporários na indústria, no comércio e no setor de serviços. Esse ciclo constante é identificado na análise de anos anteriores.

Entre os estados nordestinos, todos tiveram saldo positivo em setembro. No acumulado do ano, todos eles mantiveram saldo positivo, destacando-se a recuperação de Alagoas que, no mesmo período de 2010, apresentou saldo negativo. Nessa base de comparação (jan./set.2010-jan./set.2011), apenas Alagoas e Sergipe obtiveram resultados superiores no corrente ano (Tabela 5).

Todos os setores de atividades da região Nordeste registraram desempenho positivo

no acumulado do ano. Como já observado, a indústria de transformação se recuperou no agregado regional, embora Alagoas e Rio Grande do Norte ainda apresentem déficit nesse setor, em 2011.

No caso alagoano, a situação ocorre por causa do fraco desempenho da indústria ligada ao setor sucroalcooleiro até o final do primeiro semestre do ano, mas já se observam claros sinais de recuperação -- somente no mês de setembro, foram gerados 29.716 novos postos de trabalho no segmento de produção de alimentos e bebidas do estado.

Entre os resultados positivos, Bahia, Pernambuco e Ceará participam com 27,7%, 25,4% e 17,1%, respectivamente, do saldo de toda a região, totalizando 70,2%.

O setor serviços, com 117.704 novos empregos celetistas, e o comércio, com 44.052 postos de trabalho, apresentaram saldo positivo em todos os estados do Nordeste. A cons-

Tabela 5 – Nordeste: Geração de Empregos Formais por Estado – 2010 e 2011 – (Saldo)

Estados	Resultado Mensal Setembro		Acumulado no Ano (Janeiro - Setembro)	
	2010	2011	2010	2011
Brasil	246.875	209.078	2.201.406	2.079.188
Nordeste	105.897	89.424	329.328	288.376
Alagoas	28.256	31.937	-4.836	10.997
Bahia	10.287	3.025	90.965	80.036
Ceará	9.993	8.604	60.370	49.434
Maranhão	3.198	3.759	28.525	22.329
Paraíba	6.021	3.833	18.151	15.513
Pernambuco	39.645	27.766	81.322	73.331
Piauí	83	1.284	17.192	10.407
Rio Gde. do Norte	6.079	4.567	24.131	10.736
Sergipe	2.335	4.649	13.508	15.593

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED.

Tabela 6 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Jan. a Set./2011(Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	50	-2.573	327	6.609	1.714	4.531	210	129	10.997
Bahia	1.010	10.906	1.677	9.914	10.521	30.554	830	14.624	80.036
Ceará	335	4.629	98	9.219	8.670	24.051	310	2.122	49.434
Maranhão	145	3.466	236	-1.466	4.341	9.167	254	6.186	22.329
Paraíba	67	1.658	-333	4.905	3.686	5.428	29	73	15.513
Pernambuco	193	5.177	1.645	20.271	8.428	28.919	-34	8.732	73.331
Piauí	33	1.612	302	-91	1.727	4.917	-2	1.909	10.407
Rio Grande do Norte	481	-1.692	-10	2.983	2.551	4.802	100	1.521	10.736
Sergipe	118	3.523	278	3.733	2.414	5.335	-25	217	15.593
Nordeste	2.432	26.706	4.220	56.077	44.052	117.704	1.672	35.513	288.376

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED.

Nota: (*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

trução civil, com 56.077 postos de trabalho, mantém-se como o segundo maior empre-

gador formal da região, apesar do resultado negativo no Maranhão e no Piauí (Tabela 6).

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CAGED. Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2011.

_____. Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego - setembro 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2011.

_____. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2011.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balanças Comerciais Brasileira e Nordestina

No período de janeiro a setembro de 2011, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 189.998,9 milhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 166.964,5 milhões, resultando em saldo da balança comercial da ordem de US\$ 23.034,4 milhões. Essas cifras representaram, na comparação com o acumulado até setembro de 2010, crescimento de 31% nas exportações, de 26% nas importações e de 81% no saldo da balança comercial.

A região Nordeste, por sua vez, registrou exportações totais de US\$ 13.510,4 milhões e importações de US\$ 17.196,7 milhões, o que gerou déficit de US\$ 3.686,3 milhões na balança comercial. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao incremento mais acentuado dos montantes importados (37,2%) em comparação com o dos exportados (16,7%). Cumpre ressaltar que o Nordeste já apresentou déficit comercial em 2010 e que a cifra acumulada até setembro de 2011 correspon-

de a mais do dobro daquela ocorrida durante todo o ano 2010, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Do lado das exportações brasileiras, houve ampliação nos valores transacionados nas três classes de produtos no período de janeiro a setembro de 2011, em relação a idêntico período de 2010: básicos, 39,8%; semimanufaturados, 34,6%; e manufaturados, 18,4%. No âmbito da região Nordeste,

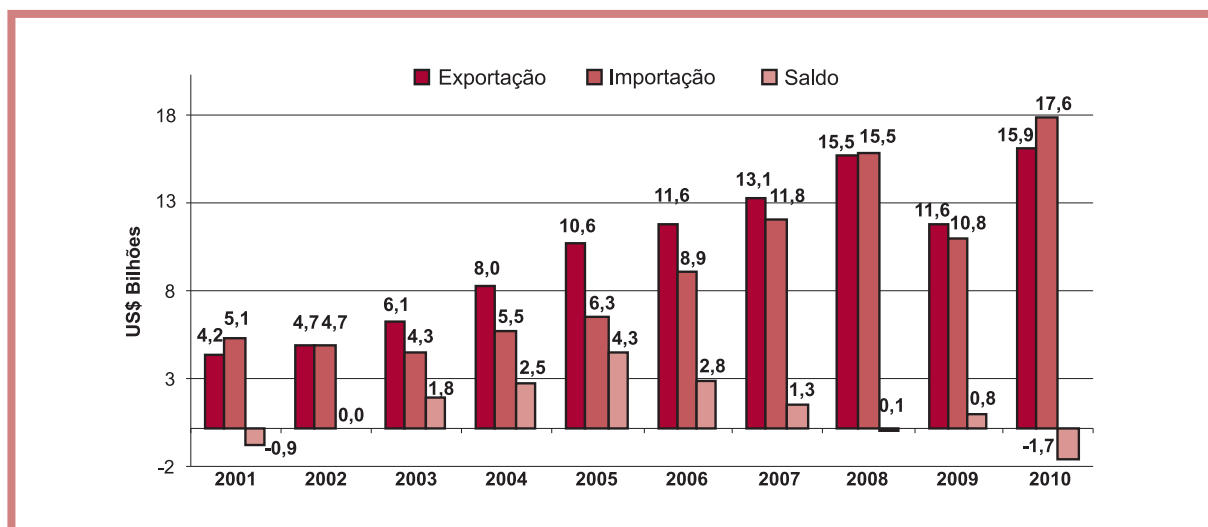


Gráfico 1 – Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial Nordestina – 2001 a 2010
Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

os incrementos foram maiores em produtos industrializados: semimanufaturados, 26%; e manufaturados, 16,9%. Os produtos básicos aumentaram 7%.

O desempenho das exportações nordestinas nos primeiros nove meses de 2011, com taxa de crescimento menor do que a nacional, levou à queda da participação proporcional da região no total exportado pelo país, para 7,1%. No período de 2001 a 2007, as exportações do Nordeste representaram, em média, 8,2% do total nacional. Nos dois anos seguintes, a receita de exportações da região experimentou incremento, porém a taxas inferiores às nacionais, o mesmo ocorrendo entre janeiro e setembro deste ano.

Em contrapartida, com o aumento nos últimos dois anos, as importações elevaram sua participação no total nacional, de 9,3%, em média (entre 2001 e 2007), para 10,3% no acumulado até setembro de 2011.

Segundo as categorias de uso, as importações nordestinas registraram significativas taxas de crescimento no período de janeiro a setembro 2011, em relação a idêntico intervalo de 2010: bens de capital, 17,4%; bens intermediários, 38,5%; bens de consumo, 37,8%; e combustíveis e lubrificantes, 47,1%.

A análise da balança comercial nordestina por fator agregado (básicos, semimanufaturados e manufaturados) revela que, a partir de 2008, o segmento referente a industrializados tornou-se negativo, em decorrência da trajetória dos produtos manufaturados. No acumulado de 2011, até setembro, a balança comercial de manufaturados nordestinos assinalou resultado negativo no valor de US\$ 8.657,6 milhões, enquanto básicos e semimanufaturados registraram superávits de

US\$ 1.193,7 milhões e US\$ 3.529,5 milhões, respectivamente.

O governo federal tem realizado ações no sentido de favorecer o setor exportador de manufaturados. Além de elevar recentemente o IPI sobre veículos importados, no âmbito do Programa Brasil Maior, foram lançadas linhas de crédito subsidiado para os exportadores de manufaturados.

No caso do Nordeste, o comportamento pouco auspicioso do segmento de manufaturados pode ser parcialmente explicado pela maior elasticidade-renda dos produtos manufaturados exportados pela região, que afeta as vendas do setor quando o mundo registra um período de recessão, iniciado na crise do mercado imobiliário norte-americano. No que toca à importação de manufaturados, constatou-se que, até setembro de 2011, o Nordeste importou US\$ 14.236,3 milhões, a maior parte de bens de capital e insumos industriais, o que torna a pauta relativamente incompressível.

No que tange à identificação dos principais parceiros comerciais do Nordeste, o aumento do fluxo de comércio com a China (Tabela 1) constitui o fato mais significativo dos últimos anos. Saliente-se que, dos três maiores parceiros externos da região, a China foi o único com o qual o Nordeste obteve superávit comercial, ainda que inexpressivo.

Na comparação das exportações da região por capítulo, as maiores taxas de incremento foram registradas pelos produtos químicos inorgânicos (111,5%), ferro fundido, ferro e aço (104,3%) e cobre e suas obras (65,4%), todos influenciados pela elevação de preços das *commodities* minerais.

Tabela 1 – Nordeste – Principais Países de Destino das Exportações e de Origem das Importações – Janeiro a Setembro de 2011 – US\$ FOB

Exportação		Importação	
Destino	Valor	Origem	Valor
Estados unidos	1.916.062.654	Estados Unidos	3.075.444.004
Argentina	1.509.469.547	Argentina	1.706.578.008
China	1.456.469.797	China	1.443.411.522
Países Baixos (Holanda)	837.596.669	Índia	1.286.568.746
Alemanha	591.331.620	Chile	847.370.185
Federação da Rússia	571.487.903	Argélia	786.598.437
Itália	522.683.092	Coréia do Sul	692.118.839
Antilhas Holandesas	504.178.585	México	654.018.892
Espanha	425.330.967	Alemanha	651.805.721
Japão	401.713.409	Países Baixos (Holanda)	383.429.953
-	-	Federação da Rússia	349.471.093

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Os principais produtos exportados pela região são basicamente os mesmos dos últimos três anos, como se pode depreender do Gráfico 2. Ressalte-se o crescimento da parti-

cipação de capítulos vinculados a *commodities* agrícolas e minerais, em detrimento daqueles vinculados às indústrias de calçados, têxtil e automobilística.

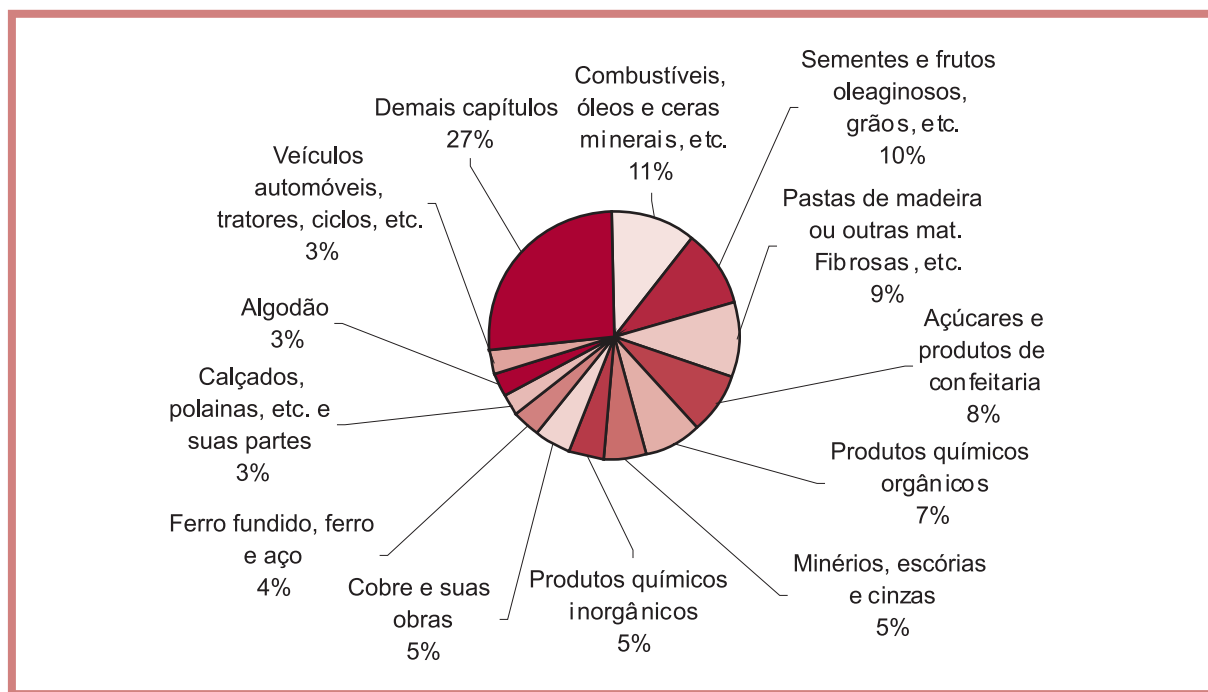


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 14/10/2011.

5.2 - O comportamento estadual das exportações nordestinas

Alagoas

Entre janeiro e setembro de 2011, as exportações alagoanas somaram US\$ 825,1 milhões, correspondentes a 6,1% do total do Nordeste. Os açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 746,1 milhões) e bebidas líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 64,9 milhões) foram os destaques de vendas do estado. Ambos registraram crescimento de receita superior a 40%, decorrente principalmente do aumento do preço do açúcar no mercado internacional.

Conforme dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2011), entre maio de 2010 e maio de 2011 o preço do açúcar subiu mais de 50%. Estima-se que o atual nível de preço deverá manter-se, haja vista que a oferta da safra brasileira de 2011/2012 foi menor que as expectativas. Além disso, a expansão da frota de automóveis utilizando o biocombustível etanol no país também pressiona para cima o preço do açúcar, já que aumenta a deman-

da por etanol, produto também derivado da cana-de-açúcar. (CANA..., 2011)

Bahia

Até o final do terceiro trimestre de 2011, a Bahia exportou o equivalente a US\$ 8.126,8 milhões, cifra 22,6% superior às vendas de igual período de 2010. Dentre os principais capítulos exportados, cumpre salientar o extraordinário desempenho de sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc., cujas exporta-

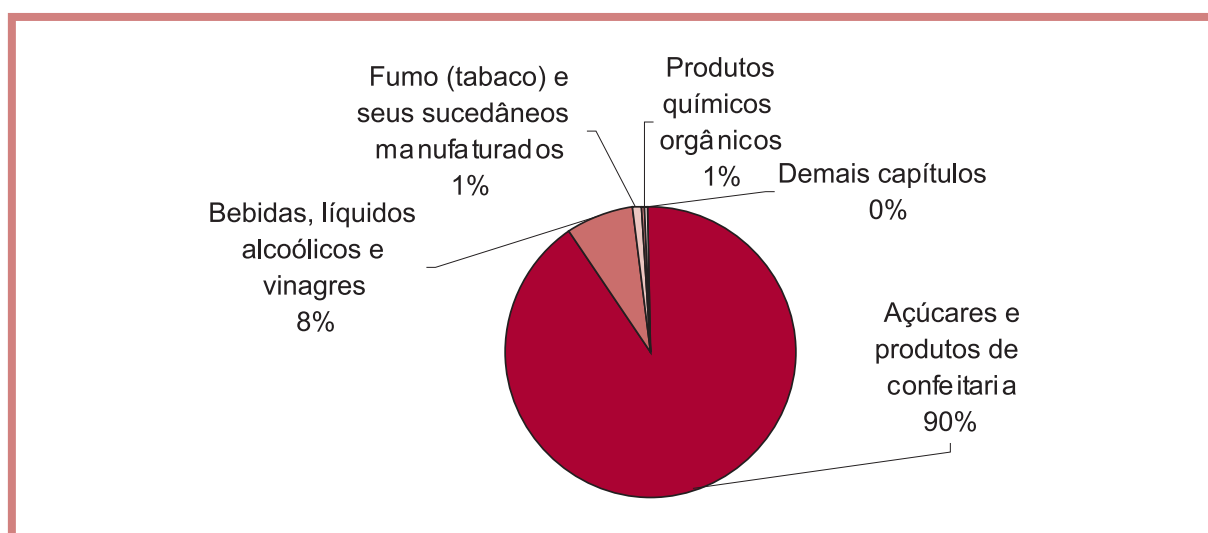


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 14/10/2011.

ções alcançaram US\$ 848,7 milhões, aumento de 52,8% na mesma base de comparação. Especificamente em relação à soja, houve crescimento no volume exportado e no preço negociado. Para 2012, antecipa-se a manutenção do preço da oleaginosa, devido à redução da área plantada nos Estados Unidos e à previsão do Centro Nacional de Informação de Óleos e Grãos da China (CNGOIC em inglês) de aumento da importação do grão em 7,5% na safra 2011/2012 (SOJA, 2011).

Cobre e suas obras foi outro capítulo da pauta baiana que teve incremento significativo (65,8%), o que o elevou ao patamar de US\$ 608,6 milhões exportados. Essa trajetória foi influenciada pela demanda chinesa pelo metal, utilizado em construções e na indústria de eletrônicos. A China tem puxado para cima o preço do produto no mercado internacional (LACHAPELE; NAZARETH, 2011).

Dentre os capítulos que registraram queda no valor exportado, destacam-se produtos químicos orgânicos (US\$ 986,2 milhões) com declínio de 5,5% resultante da redução do *quantum* exportado. Esse capítulo abriga resinas plásticas utilizadas em diversos seg-

mentos industriais – desde o de embalagens até o automobilístico. O desaquecimento da economia mundial contribuiu para o declínio nas quantidades exportadas.

Ceará

O Ceará exportou o correspondente a US\$ 1.023,5 milhões, significando 12,3% a mais que as vendas de janeiro a setembro de 2010. Ressalte-se que esse crescimento deveu-se ao aumento de mais de 3.000% das exportações de óleos brutos de petróleo e lubrificantes. De fato, os dois principais capítulos exportados pelo estado – calçados, polainas e suas partes (US\$ 263,2 milhões) e frutas cascas de cítricos e de melões (US\$ 179,1 milhões) sofreram decréscimo nas receitas de exportação, em 12,4% e 8,4%, respectivamente.

O Ceará é o segundo maior exportador de calçados do país (perdendo apenas para o Rio Grande do Sul) em receita e o maior em quantidade de calçados. Dos mais de 82 milhões de pares de calçados exportados até setembro de 2011, cerca de 31 milhões foram produzidos no Ceará. Observou-se, contudo, queda de 37% na quantidade exporta-

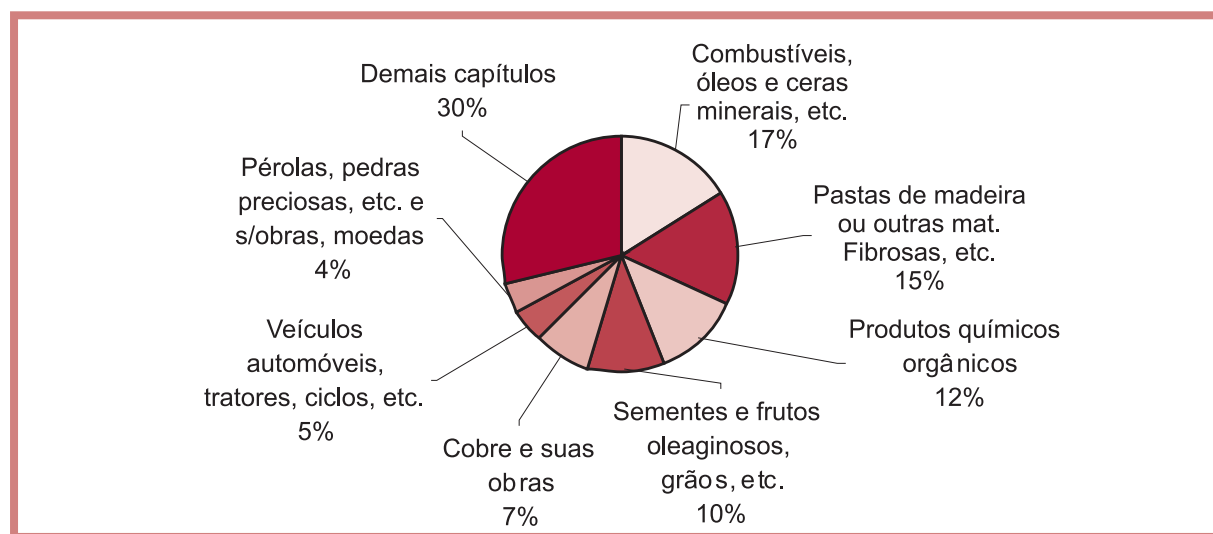


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

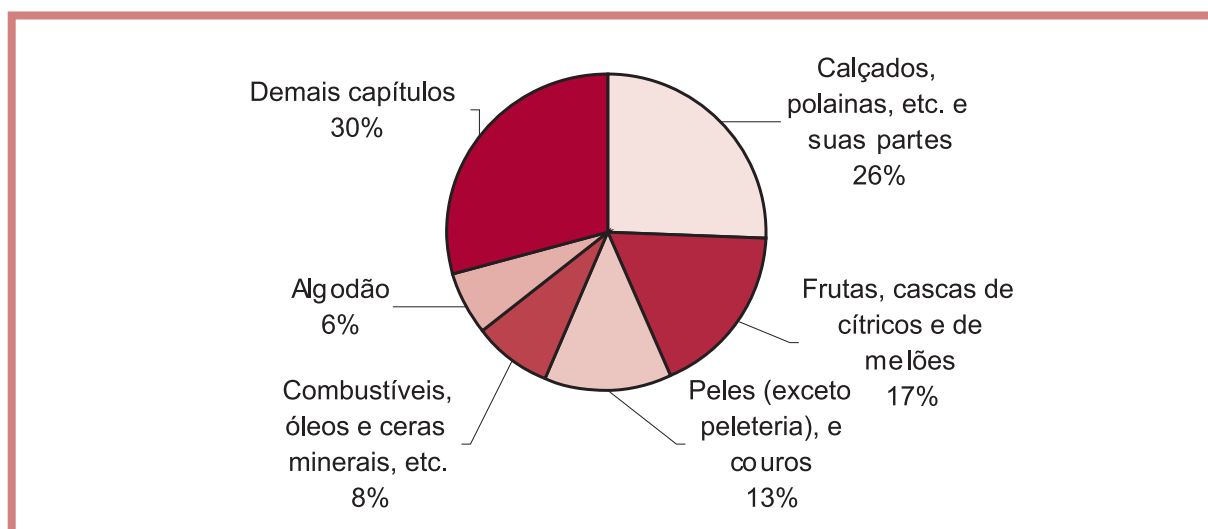


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Ceará – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

da, relativamente a idêntico período de 2010 (ABICALÇADOS, 2011).

O calçado brasileiro em geral e o cearense em particular têm sofrido forte concorrência do produto chinês, tanto no mercado interno como no exterior. Em março de 2010, foi instituída tarifa de US\$ 13,84 por par de calçados procedente da China. Entretanto, a Câmara de Comércio Exterior investiga práticas elisivas que frustram a aplicação de direito *antidumping* nas importações de calçados da China. As estatísticas oficiais chinesas registram exportações de 13 mil toneladas de calçados para o Brasil, enquanto os dados brasileiros consignam apenas 3,2 mil toneladas. Logo, o registro de ingresso está subestimado, provavelmente com o intuito de se burlar a tarifa. (CALÇADOS..., 2011)

O declínio das exportações de calçados gerou reflexo sobre a atividade industrial do Ceará. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física), até agosto o Ceará registrou queda acumulada de 14,4% na indústria. Dos dez setores investigados,

nove registraram queda de atividade industrial, sendo as maiores relativas às indústrias de calçados e artigos de couro (-26,5%) e têxtil (-22,1%).

Maranhão

Com exportações totalizando US\$ 2.333,2 milhões, o Maranhão teve crescimento modesto em suas vendas para o exterior: 2,8%. Em sua pauta predominam as *commodities* minerais, segmento que, segundo o índice de preços de *commodities* do Banco Central, registrou elevação de preços da ordem de 11,6% nos últimos 12 meses até setembro (BACEN, 2011).

Dois importantes capítulos relacionam-se a minério de ferro: minérios, escórias e cinzas (US\$ 641,4 milhões) e ferro fundido, ferro e aço (US\$ 357,5 milhões). O primeiro apresentou forte decréscimo do volume vendido (-80%), enquanto o segundo registrou aumento tanto do *quantum* (71%) quanto do preço respectivo (20%).

Outros dois capítulos referem-se ao alumínio: produtos químicos inorgânicos (US\$

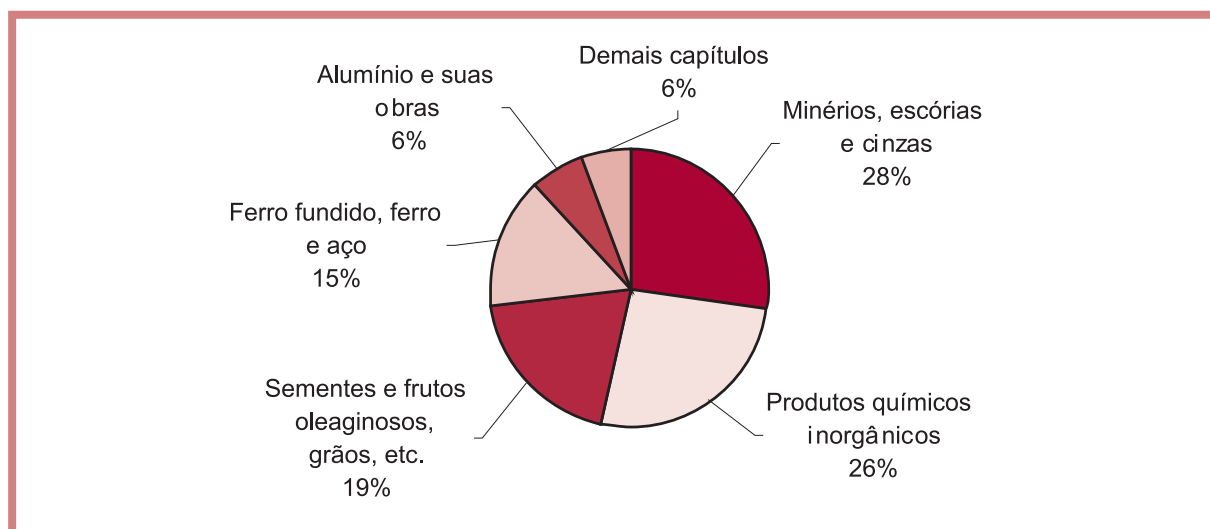


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

605,3 milhões) e alumínio e suas obras (US\$ 146,4 milhões).

Paraíba

As exportações do estado totalizaram US\$ 127,4 milhões, assinalando declínio de 13,9% – influenciado sobremaneira pela queda de desempenho do setor têxtil (-87%). O capítulo calçado, polainas e suas

partes, sozinho, responde por metade das vendas externas, assinalando faturamento de US\$ 63,2 milhões e alta de 8,7%. Na segunda posição vem o capítulo açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 28,8 milhões), com aumento de 114,8% na receita, favorecido pelo contexto internacional de oferta menor que o previsto e aumento de preços.

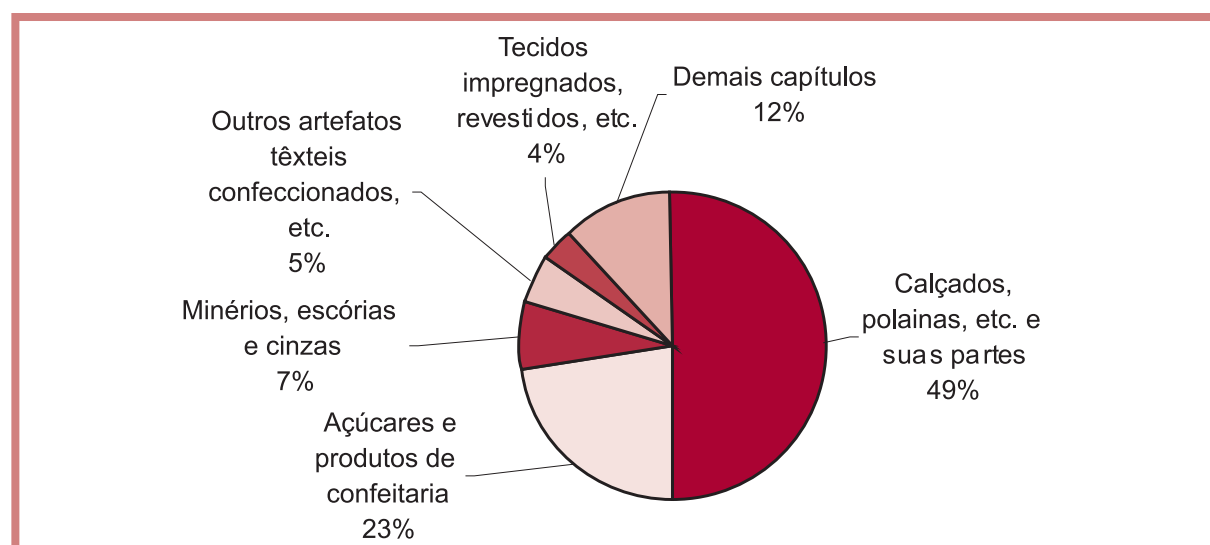


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Paraíba – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

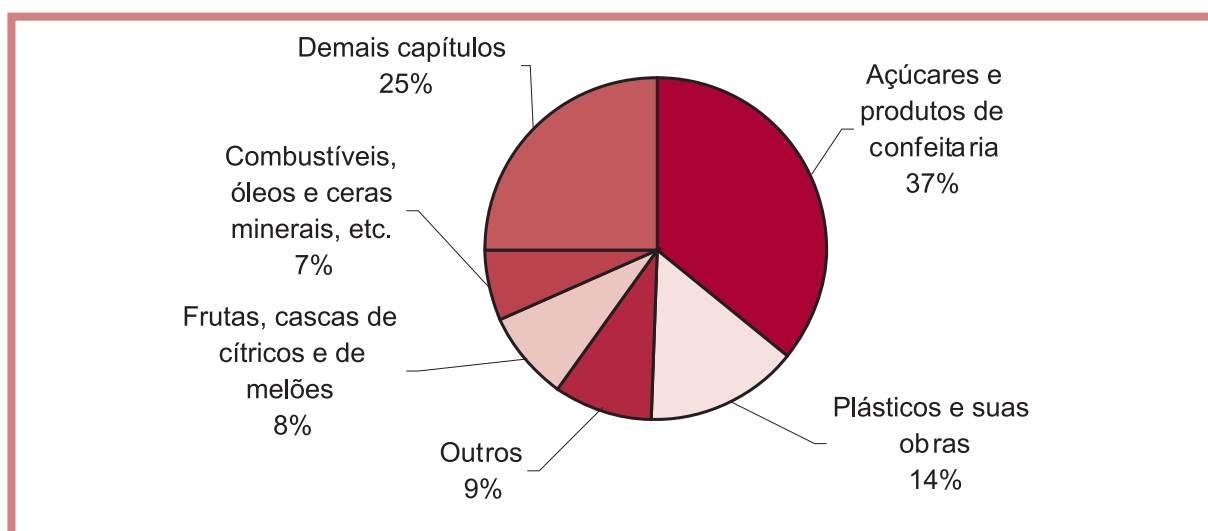


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Ressalte-se ainda o crescimento de minérios, escórias e cinzas (US\$ 9,1 milhões e 261%), devido, principalmente, à exportação de titânio.

Pernambuco

As exportações de Pernambuco totalizaram US\$ 688,1 milhões entre janeiro e setembro de 2011, praticamente o mesmo valor registrado em igual período de 2010.

O capítulo açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 249,3 milhões) experimentou decréscimo de 10,4%, resultante da redução na quantidade exportada. Plásticos e suas obras (US\$ 96,8 milhões) declinou 27% na receita de exportação.

O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões registrou crescimento de 20,6% nas exportações.

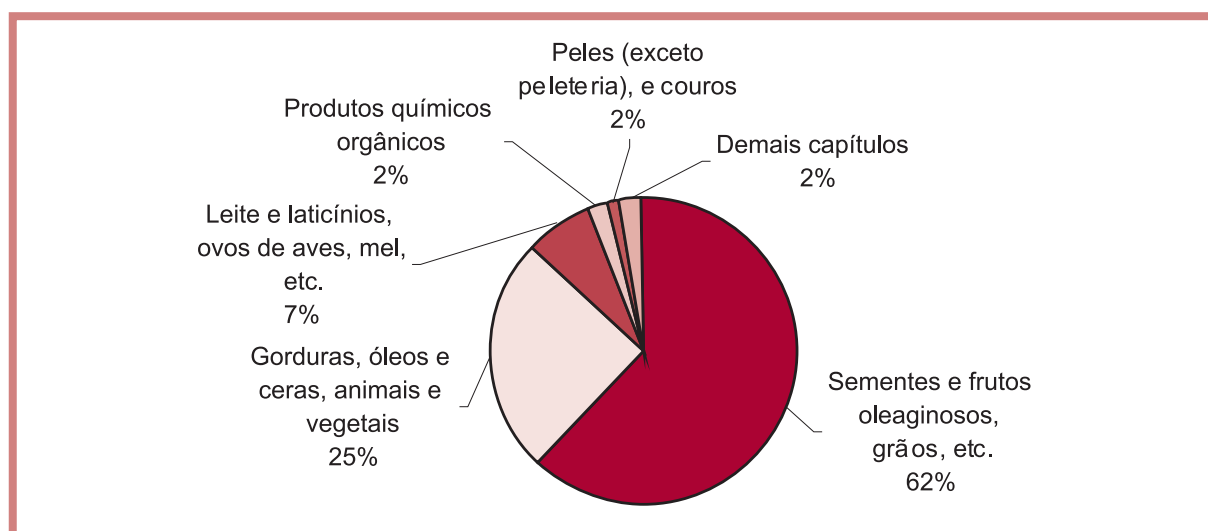


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Piauí

O Piauí (US\$ 130,5 milhões) obteve aumento de 29,5% nas suas receitas de exportação. O grande responsável por esse crescimento foi o comportamento do capítulo sementes e frutos oleaginosos, grãos etc., cujo incremento de 135,2% foi favorecido pela expansão do preço da soja no mercado internacional e pela manutenção da demanda chinesa pelo produto. O capítulo gorduras, óleos e ceras vegetais, que tem como principal componente a cera de carnaúba, registrou queda de 28,3%.

Rio Grande do Norte

As vendas do Rio Grande do Norte caíram 9,1% no período de janeiro a setembro de 2011, em relação a idêntico intervalo do ano anterior. Os melhores desempenhos foram observados nos capítulos peixes, crustáceos e moluscos (14,2%) e sal (8,7%).

O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 75,8 milhões) registrou pequeno declínio de 1,2%, enquanto o de outros

artefatos têxteis confeccionados (US\$ 9,8 milhões) assinalou a expressiva queda de 53,7%.

Sergipe

O estado acumulou exportações no montante de US\$ 80,7 milhões, assinalando aumento de 63% em relação a janeiro-setembro de 2010. Os cinco principais capítulos da pauta sergipana registraram crescimento.

A receita do capítulo preparações de produtos hortícolas, frutas, etc. (US\$ 45,9 milhões), em cuja composição se destaca o suco de laranja, cresceu 77,4%, devido à expansão do volume vendido e do preço do litro de suco. No caso do capítulo calçados, polainas e suas partes (US\$ 13,2 milhões) o incremento foi de 1,7%, decorrente tão-somente do aumento do preço do produto no mercado internacional, haja vista que houve redução superior a 10% na quantidade vendida.

A receita do capítulo açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 12,9 milhões) foi incrementada em 253%.

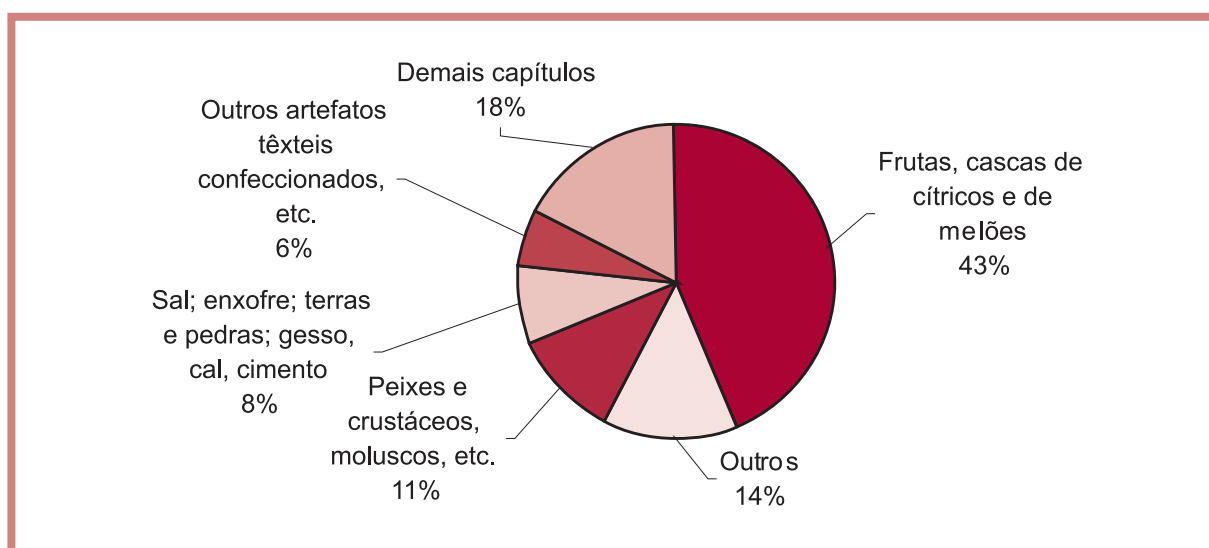


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

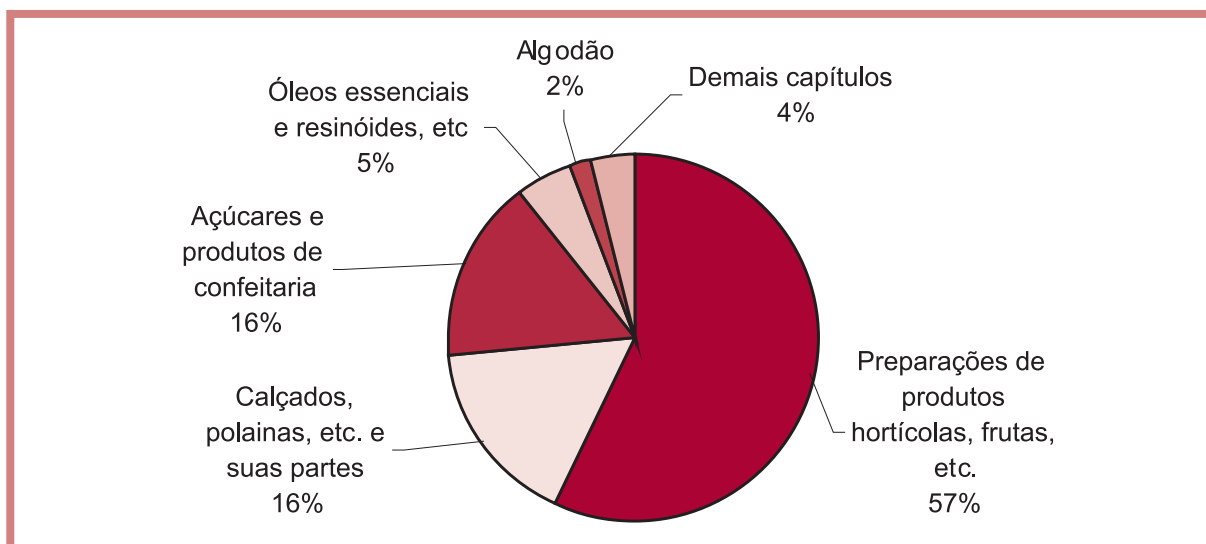


Gráfico 11 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe – Janeiro/Setembro de 2011

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O capítulo óleos essenciais e resinóides (US\$ 3,7 milhões), que agrega produtos como óleos essenciais de laranja, obteve aumento

de 155% na receita de exportação, principalmente devido ao aumento de 144% no preço unitário (144%).

5.3 - Perspectivas para 2011

Para 2011, a Organização Mundial do Comércio prevê crescimento de 6,5% no comércio internacional. Esse índice corresponde a menos da metade daquele registrado em 2010 (14,5%) – quando o volume de comércio internacional retornou aos patamares imediatamente anteriores aos da crise.

Para o Brasil, a equipe de *BNB Conjuntura Econômica* aponta saldo da balança comercial em torno de US\$ 28,5 bilhões e taxa de câmbio em dezembro da ordem de R\$ 1,73/US\$. Dessa maneira, a expectativa de *Conjuntura* é que a economia nordestina registre déficit comercial no montante de US\$ 4,67 bilhões.

Espera-se que a recente desvalorização da moeda nacional venha a contribuir para assegurar esse nível de desempenho das balanças comerciais brasileira e nordestina. Conforme já assinalado em edições de *BNB*

Conjuntura Econômica, o comportamento da taxa de câmbio efetiva real brasileira refletia processo de valorização da moeda nacional – o que desfavorecia as exportações. De dezembro de 2005 a julho de 2011, a valorização alcançou 31% (BACEN, 2011).

Consoante abordado na última edição de *Conjuntura*, ao longo de 2011 o governo adotou uma série de medidas para conter a apreciação da moeda nacional. Além disso, o cenário pouco favorável, no que concerne ao crescimento das economias maduras, le-

vou a menores influxos de moeda estrangeira pela conta capital e financeira do balanço de pagamentos brasileiro, o que favoreceu a recente desvalorização do real. Esse cenário internacional pode ser ilustrado pela recente redução na previsão de crescimento do PIB norte americano, o qual deve expandir-se

apenas 1,7% em 2011, e pelo impasse da Zona do Euro quanto ao perdão da dívida da Grécia, sujeita a pacotes restritivos do ponto de vista fiscal. Dessa maneira, entre julho e setembro de 2011, já se registrava desvalorização do real da ordem de 7,5%.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. ABICALÇADOS. Disponível em: <<http://www.abicalçados.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 31 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.

CALÇADOS: governo vai investigar importações de calçados e suas partes da China, Vietnã e Indonésia. **Abicalçados**, out./2011. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=33589>>. Acesso em: 31 out. 2011.

CANA, açúcar, álcool: preços do açúcar em alta e etanol em escalada. Disponível em: <http://www.deere.com.br/pt_BR/ag/veja_mais/info_mercado/sugar_cane.html>. Acesso em: 31 out. 2011.

CASTILHO, Marta. Impactos da crise econômica internacional sobre o comércio exterior brasileiro. In: crise financeira global. **IPEA**, v.2, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa industrial mensal: produção física regional. Ago./2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/pim-pf-regional_201108caderno.pdf>. Acesso em: 31 out. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Carta de conjuntura 2011**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2011.

LACHAPELLE, Tara; NAZARETH, Rita. Mineração chinesa entra na disputa com Vale por cobre na África. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=33063>>. Acesso em: 31 out. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 31 out. 2011.

SOJA: tendência de preços mundiais firmes no longo prazo (2011). Disponível em: <http://www.deere.com.br/pt_BR/ag/veja_mais/info_mercado/soy.html>. Acesso em: 31 out. 2011.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 10,6% no período de janeiro a agosto de 2011, quando comparada à de idêntico intervalo de 2010, conforme visualizado na Tabela 1. Houve crescimento real¹ da ordem de 3,2%. No Nordeste, a arrecadação do ICMS no mesmo período cresceu 5% em termos reais, ou 11,8% nominais. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e a do Brasil é uma aproximação razoável da relação entre o PIB da região e o do país, espera-se que o PIB nordestino apresente um crescimento um pouco maior que o do PIB brasileiro. As projeções da equipe BNB/Etene de conjuntura econômica, realmente apontam para isso, situação que deve permanecer em 2012.

Na comparação entre os estados da região, observa-se que o Maranhão, a Paraíba, Pernambuco, o Piauí e o Rio Grande do Norte apresentaram os mais significativos aumentos proporcionais das arrecadações do ICMS,

ficando essas cinco acima da média da região e da média do país. Alagoas assinalou o pior comportamento, sendo o único estado a registrar variação nominal negativa (- 3,3%) na arrecadação.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS – R\$ milhões

Estados/ Região	Janeiro - Agosto					
	2010	Part. %	2011	Part. %	Var. %	Var. Real % ¹
Alagoas	1.362	0,8	1.317	0,7	-3,3	-9,2
Bahia	7.993	4,6	8.589	4,4	7,5	0,9
Ceará	3.917	2,2	4.325	2,2	10,4	3,7
Maranhão	1.864	1,1	2.154	1,1	15,6	8,5
Paraíba	1.633	0,9	1.880	1,0	15,1	8,1
Pernambuco	5.316	3,0	6.438	3,3	21,1	13,7
Piauí	1.215	0,7	1.365	0,7	12,3	5,4
Rio Grande do Norte	1.834	1,0	2.069	1,1	12,8	5,9
Sergipe	1.152	0,7	1.262	0,7	9,6	2,9
Nordeste ²	26.286	15,0	29.400	15,2	11,8	5,0
Brasil ²	175.202	100,0	193.759	100,0	10,6	3,8

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

1. Índice de Inflação utilizado, IPCA.

2. Foram feitas previsões para alguns estados.

1 A deflação foi obtida com base no IPCA (índices médios de janeiro-agosto de 2010 e 2011), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento de 21,1% na arrecadação do ICMS em Pernambuco, no período analisado, centra-se na evolução da arrecadação do setor terciário e da atividade petróleo, combustíveis e lubrificantes: 31,1% e 23,4%, respectivamente. Juntos, os dois segmentos respondem por 74,9% da arrecadação do ICMS do estado no período de janeiro a agosto de 2011 (70,1% no mesmo período de 2010). No Maranhão, o bom desempenho é atribuído aos setores primário, avanço de 16,6%, e terciário (22,8%), os quais, juntos, respondem por 61,6% da arrecadação de ICMS do estado.

Na Paraíba, o setor terciário foi o principal responsável pelo aumento da arrecadação do ICMS no período analisado. Participando com 52,9% da arrecadação do tributo, o setor cresceu 19% no período.

Em Alagoas, a variação negativa observada na arrecadação de ICMS deve-se, principalmente, à queda de 11% em petróleo, combustíveis e lubrificantes. A atividade responde por 15% do ICMS estadual. Associe-se a isso a significativa redução no ICMS-Dívida

Ativa, que caiu de R\$ 33,9 milhões, em 2010, para apenas R\$ 4,8 milhões em 2011, na mesma base de comparação. Enquanto isso, o setor terciário, que representa 54,8% da arrecadação total do ICMS, cresceu apenas 3,4% no período analisado.

Na Bahia, o crescimento da arrecadação do ICMS em proporção abaixo da média nordestina deve-se, principalmente, à evolução da arrecadação no setor terciário, sobretudo na atividade energia no período, com aumentos de 7,1% e 5,9%, respectivamente. Os dois setores respondem, respectivamente, por 42% e 10% da arrecadação do ICMS do estado. Junte-se ao baixo crescimento desses segmentos a queda de 91% na arrecadação do ICMS-Dívida Ativa que reduziu-se de R\$ 118 milhões para R\$ 11 milhões, considerados os períodos janeiro-agosto/2010 e janeiro-agosto/2011.

O nível de concentração espacial de renda, no Brasil, pode ser visto por diversos prismas. A arrecadação do ICMS também possibilita essa visão. Os dez estados com as maiores arrecadações desse tributo detêm, juntos,

Tabela 2 – Principais Estados Arrecadadores do ICMS – R\$ milhões¹

Estados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ²
São Paulo	68.682	74.676	78.786	90.016	88.273	98.849	66.867
Rio de Janeiro	18.046	19.136	19.545	21.044	21.493	24.639	16.665
Minas Gerais	21.057	21.998	24.107	27.404	25.134	29.119	18.997
Rio Grande do Sul	15.313	15.274	15.285	17.496	16.974	19.165	12.699
Paraná	11.796	11.977	12.577	13.885	13.876	14.857	10.081
Bahia	10.543	11.121	11.148	12.089	11.411	13.009	8.704
Santa Catarina	7.854	7.976	8.513	9.371	9.596	11.100	7.880
Pernambuco	5.808	6.288	6.753	7.324	7.722	9.004	6.528
Goiás	5.686	6.072	6.523	7.246	7.554	8.752	6.302
Espírito Santo	6.242	6.581	7.330	8.257	7.509	7.459	5.633
Total	171.027	181.099	190.566	214.134	209.543	235.951	160.356
Brasil	208.932	222.388	233.978	263.265	257.881	289.931	196.436
Participação %	81,9	81,4	81,4	81,3	81,3	81,4	81,6

Fonte: BACEN, 2011. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

1. A preços do último mês (IPCA).

2. Janeiro a Agosto de 2011.

81,6% do total recolhido no país (Tabela 2). De acordo com as contas regionais de 2008, a economia desses dez estados correspon-

de a 81,3%, do PIB brasileiro. O grupo inclui todos os estados do Sul e do Sudeste, mais Bahia, Pernambuco e Goiás.²

6.2 - Fundos Constitucionais

A expansão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), de 18,4%, em termos reais, até o terceiro trimestre de 2011, em relação a idêntico período de 2010, reflete o bom momento conjuntural das arrecadações federais. Entretanto, uma análise mais criteriosa mostra que ao longo deste ano, tanto o volume da arrecadação como o das transferências apresentam trajetória decrescente.

O ciclo de crescimento dos valores transferidos do FPE no decorrer deste ano apresentou seu pior desempenho no terceiro trimestre, podendo se agravar no fechamento do ano.

Para que a previsão de repasses deste exercício venha a se concretizar, torna-se necessário que o quarto trimestre registre expansão superior a 26%, o que parece improvável, dada a desaceleração do crescimento das arrecadações e transferências, como mostra a Tabela 3.

A Tabela 4 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se

um crescimento de 26,3%, no período analisado, e a realização de apenas 69,9% do total previsto para 2011.

Sobre as transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), verifica-se que houve crescimento real³ de 18,5% na região Nordeste, ligeiramente superior ao do FPM de todo o país (18,4%).

Dentre os fatores que dificultam a uniformidade das variações do FPM destacam-se as mudanças nos coeficientes de distribuição do FPM a cada ano, bem como eventuais bloqueios de repasses decorrentes da

Tabela 3 – FPE, IR e IPI – Variação Real* por Trimestre (%) – 2011/2010

Indicador	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	Acumulado Setembro
FPE (Fundo de Participação dos Estados)	26,3	17,1	11,8	18,4
IR (Imposto de Renda)	19,5	17,2	8,5	15,2
IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)	26,0	8,4	8,3	13,5

(*) Deflator: IPCA.

Fonte: BRASIL, 2011a e 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

2 Pelas contas regionais de 2008, o Distrito Federal assume o lugar do Espírito Santo no grupo dos dez maiores PIBs estaduais. O Espírito Santo ocupa a 11ª posição.

3 Deflator: IPCA (índices médios acumulados até setembro de 2010 e de 2011).

Tabela 4 – Fundo de Participação dos Estados – Nordeste – Janeiro a Setembro – 2010/2011

Estado/Região	Ano/Valor (R\$ Milhões)		Previsão 2011 (R\$ Milhões)
	2010	2011	
Alagoas	1.164	1.470	2.102
Bahia	2.629	3.319	4.748
Ceará	2.053	2.592	3.707
Maranhão	2.020	2.550	3.647
Paraíba	1.340	1.692	2.420
Pernambuco	1.931	2.438	3.486
Piauí	1.209	1.527	2.183
Rio Grande do Norte	1.169	1.476	2.111
Sergipe	1.163	1.468	2.100
Nordeste	14.678	18.531	26.504
Brasil	27.982	35.327	50.526

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

inobservância de contrapartidas por parte dos municípios.

As Tabelas 5 e 6 ilustram que a atualização dos parâmetros do cálculo do FPM do exercício 2010 para 2011 foi favorável às capitais do Nordeste, à exceção de Teresina.

Vale atentar para as significativas diferenças na evolução dos repasses de FPM de Salvador e Teresina, destoando das demais capitais, devido às mudanças dos coeficientes de cálculo, conforme já comentado.

Tabela 5 – Fundo de Participação dos Municípios – Nordeste – Janeiro a Setembro – 2010/2011

Estado/Região	Ano/Valor (R\$ Milhões)		Previsão 2011 (R\$ Milhões)	Variação 2011/2010 (%)	Realização em 2011 (%)
	2010	2011			
Alagoas	695	880	1.321	26,5	66,6
Bahia	2.657	3.392	5.078	27,7	66,8
Ceará	1.525	1.929	2.901	26,4	66,5
Maranhão	1.218	1.538	2.322	26,2	66,2
Paraíba	945	1.194	1.798	26,4	66,4
Pernambuco	1.470	1.855	2.803	26,2	66,2
Piauí	775	943	1.472	21,7	64,0
Rio Grande do Norte	737	931	1.404	26,3	66,3
Sergipe	425	538	808	26,5	66,5
Nordeste	10.447	13.199	19.907	26,3	66,3
Brasil	29.284	36.970	55.926	26,2	66,1

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Tabela 6 – Fundo de Participação dos Municípios – Capitais do Nordeste – Janeiro a Setembro – 2010/2011

Capitais/Região	Janeiro-Setembro		Previsão 2011	Variação 2011/2010 (%)	Realização em 2011 (%)
	2010	2011			
Maceió	151	194	283	28,1%	68,6
Salvador	218	310	407	42,3%	76,3%
Fortaleza	303	388	566	28,1%	68,6%
São Luís	151	194	283	28,1%	68,6%
João Pessoa	121	155	226	28,1%	68,7%
Recife	170	217	317	28,1%	68,5%
Teresina	151	157	283	3,5%	55,4%
Natal	97	124	181	28,1%	68,6%
Aracaju	78	99	145	28,1%	68,5%
Nordeste	1.441	1.839	2.691	27,7%	68,3%
Brasil	2.928	3.697	5.581	26,2%	66,2%

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

6.3 - Transferências Voluntárias

Até o terceiro trimestre de 2011 as transferências voluntárias da União para os entes federados continuaram bem abaixo do nível observado em igual período de 2010, sendo 46,5% menores, como mostra a Tabela 7. Em termos reais, a redução chegou a 49,9%⁴.

Essa redução constitui claramente um fator negativo para as finanças dos estados e municípios, mas possui também algumas características positivas em termos não estritamente financeiros, especialmente para a região Nordeste.

O esforço do governo federal para conter gastos gerou essa redução de transferências em âmbito nacional. Frise-se, no entanto, que a redução não se comportou de maneira uniforme, já que enquanto os estados perderam 67,6%, os municípios deixaram de receber apenas 17,3%, em comparação com o acu-

mulado até setembro de 2010. Vale salientar que essa queda menor para os municípios é um fator positivo, dada a maior dependência financeira deles às transferências em comparação com os estados.

Outro fator importante mitigador dessa retração se encontra no financiamento do programa Brasil Escolarizado, que desempenha importante papel em termos de desenvolvimento. Do valor total transferido até setembro para todo o país, 64,5% destinaram-se ao financiamento desse programa. Em 2010 apenas 45,3% tiveram essa destinação.

4 Índice utilizado: IPCA (índices médios acumulados até setembro de 2010 e de 2011), como anteriormente.

Tabela 7 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União – Janeiro a Setembro – R\$ mil – 2010/2011

Região/Estado	Ano/Esfera				Total				
					Ano/Valor				
	2010	2011	2010	2011	2010	participação %	2011	participação %	11/10 (var %)
Região Norte	433.268	441.408	743.691	209.169	1.176.958	9,8%	650.577	10,2%	-44,7%
Região Nordeste	1.964.622	1.613.468	2.180.869	579.538	4.145.490	34,6%	2.193.006	34,3%	-47,1%
Alagoas	116.889	87.305	472.222	35.809	589.111	14,2%	123.114	5,6%	-79,1%
Bahia	569.850	412.710	316.482	129.481	886.332	21,4%	542.191	24,7%	-38,8%
Ceará	333.148	277.752	198.167	60.621	531.315	12,8%	338.373	15,4%	-36,3%
Maranhão	228.180	227.044	125.774	42.632	353.954	8,5%	269.676	12,3%	-23,8%
Paraíba	140.857	127.606	107.188	68.726	248.045	6,0%	196.332	9,0%	-20,8%
Pernambuco	279.548	234.287	639.962	135.279	919.510	22,2%	369.566	16,9%	-59,8%
Piauí	114.784	102.456	130.397	43.107	245.182	5,9%	145.563	6,6%	-40,6%
Rio Grande do Norte	110.852	96.780	119.752	42.941	230.604	5,6%	139.721	6,4%	-39,4%
Sergipe	70.515	47.529	70.922	20.942	141.437	3,4%	68.471	3,1%	-51,6%
Região Sudeste	1.568.684	1.292.604	2.359.206	862.323	3.927.890	32,8%	2.154.927	33,7%	-45,1%
Região Sul	767.416	537.792	1.201.808	375.493	1.969.224	16,4%	913.284	14,3%	-53,6%
Região Centro-Oeste	276.344	259.081	476.192	228.677	752.536	6,3%	487.758	7,6%	-35,2%
Total	5.010.334	4.144.354	6.961.766	2.255.199	11.972.099	100,0%	6.399.553	100,0%	-46,5%

Fonte: BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

A redução das transferências deve-se, também, à ausência de intempéries em 2011, como as que ocorreram em 2010 em Alagoas e Pernambuco.

6.4 - Aplicação de Recursos dos Agentes Oficiais de Fomento no Nordeste

O crédito é elemento importante para a viabilização do crescimento econômico das regiões. Ele faz parte do volume de moeda, em seus diversos tipos, que dá suporte à implantação de empreendimentos produtivos e à comercialização de bens e serviços. Os bancos intermediam a liquidez e a poupança do sistema econômico, canalizando-as para o financiamento da produção e do consumo.

A importância dos bancos públicos vai além disso, pois, são eles que financiam os investimentos de longo prazo, produtivos e de interesse social, como também estruturam e modernizam institucionalmente vários mercados. Pensando-se em certa harmonia

no processo de crescimento econômico das regiões brasileiras, a participação do crédito de cada região no crédito total do país deveria assemelhar-se à participação do PIB de cada região no PIB brasileiro. Verificando-se os dados de 2010, a realidade é um pouco diferente. O crédito do Nordeste tem menor participação no crédito total do país (11,7%), em comparação com a participação de seu PIB no PIB brasileiro (13,4%)⁵. Essa menor participação do crédito da região no crédito total deve ser imputada à baixa participação dos recursos da banca privada, já que, de acordo com a Tabela 8, que apresenta o crédito das agências oficiais de fomento, a participação do Nordeste no total do crédito era de 14,5% em 31/12/2010 e de 14,1% em 31/08/2011. O crédito total das agências oficiais de fomento na região Nordeste, registrado em 31/12/2010⁶, correspondia a 71,4% do crédito total ali ofertado.

A distribuição do crédito das agências oficiais de fomento nos estados do Nordeste é irregular quando se tem como referência a participação do PIB de cada estado na região. O último dado divulgado pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) refere-se a 2008. Comparando-se a participação do PIB de cada estado com a respectiva participação do saldo do crédito das agências oficiais de fomento, em 31/08/2011, nota-se que a participação do crédito é sempre menor, à exceção de três estados: Ceará, Pernambuco e Piauí. A distribuição é irregular nos estados, como se evidencia na Tabela 8, a qual mostra uma participação do crédito das agências oficiais de fomento na região um pouco acima de 14% do crédito de mesma origem em todo o país.

A Tabela 8 apresenta a evolução do crédito das agências oficiais de fomento, no período de janeiro a agosto de 2011. O Nordeste é a região que apresentou o menor crescimento no período, da ordem de 9,1%, enquanto a média ficou em 12,3%. O Prazo Médio de Recebimento (Pmr), índice que define o tempo necessário para se receber o saldo médio de aplicações do período, chega a 491 dias, ou 1,36 ano, no país como um todo. O Nordeste assinala o segundo maior Pmr regional, com 518 dias, ou 1,44 ano, influenciado substancialmente pelas operações do Banco do Nor-

Tabela 8 – Agências Oficiais de Fomento – Crédito por Região – R\$ milhões

Regiões	Saldo 31/12/2010	Janeiro - Agosto de 2011					Var. %
		Concedidas	Recebimentos	Saldo	Part. %	Pmr	
Norte	58.342	25.436	19.623	64.155	5,8	578	10,0
Nordeste	142.326	68.957	55.972	155.311	14,1	518	9,1
Sudeste	534.315	273.403	201.525	606.192	55,0	501	13,5
Sul	157.412	88.590	70.103	175.899	15,9	451	11,7
Centro-Oeste	90.185	52.842	41.537	101.490	9,2	435	12,5
Brasil	982.580	509.228	388.760	1.103.047	100,0	491	12,3

Fonte: BRASIL, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Pmr = Estimativa do número de dias em que o saldo médio será reembolsado.

Var. % = Variação percentual entre do saldo de 31 de agosto de 2011 em relação ao de 31 de dezembro de 2010.

5 A participação no PIB nordestino e no PIB brasileiro é uma estimativa da equipe da *Conjuntura Econômica*.

6 Fonte: Banco Central do Brasil e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Tabela 9 – Agências Oficiais de Fomento – Crédito na Região Nordeste – R\$ milhões

Região/Estado	Saldo 31/12/2010	Janeiro - Agosto de 2011					Var. %
		Concedidas	Recebimentos	Saldo	Part. %	Pmr (dias)	
Nordeste	142.326	68.957	55.972	155.311	100,0	518	9,1
Alagoas	5.780	3.918	2.818	6.880	4,4	388	19,0
Bahia	40.770	18.453	15.364	43.859	28,2	550	7,6
Ceará	24.147	10.303	8.467	25.982	16,7	584	7,6
Maranhão	12.994	5.941	4.484	14.451	9,3	554	11,2
Paraíba	7.115	4.434	3.576	7.973	5,1	408	12,1
Pernambuco	30.216	13.968	11.775	32.409	20,9	538	7,3
Piauí	7.305	3.290	2.927	7.668	4,9	546	5,0
Rio Grande do Norte	8.528	5.595	4.286	9.836	6,3	394	15,3
Sergipe	5.472	3.056	2.277	6.251	4,0	460	14,2

Fonte: BRASIL, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Pmr = Estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido.

Var. % = Variação percentual entre o saldo de 31 de agosto de 2011 e o de 31 de dezembro de 2010.

deste do Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social / Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES/Finame). Cabe observar que do saldo do crédito total das agências oficiais de fomento em 31/08/2011, 70,9% se concentram nas regiões Sul e Sudeste.

A Tabela 9 apresenta a distribuição do crédito das agências oficiais de fomento entre os estados da região Nordeste, podendo-se observar que a Bahia, o Ceará e Pernambuco, juntos, detêm 65,8% do saldo em 31/08/2011. O Pmr da região, de 518 dias, é fortemente influenciado pelos índices da Bahia (550 dias), Ceará (584), Maranhão (554), Pernambuco (538) e Piauí (546). Por sua vez, os dois menores Pmr da região, de Alagoas (388 dias) e Rio Grande do Norte (394), são fortemente influenciados pelo Pmr do BNDES/Finame em ambos os estados e pelo Pmr do BNB no Rio Grande do Norte. A evolução do volume de crédito das agências oficiais de fomento tem apresentado comportamento bastante diferenciado entre os

estados da região, variando de 5% (Piauí) a 19% (Alagoas).

A Tabela 10 mostra a evolução do crédito por agência oficial de fomento. O crescimento do crédito do BNB, da ordem de 6,3%, ficou abaixo da média da região, que por sua vez foi puxada pelo avanço do crédito da Caixa Econômica Federal. Em contrapartida, o BNB é a agência que apresenta o maior Pmr, de 1.535 dias, ou 4,3 anos, acompanhada pelo Pmr do BNDES/Finame, de 1.079 dias, ou três anos, denotando que são as duas instituições que provêm a região com financiamentos de longo prazo. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal apresentam Pmr semelhantes ao da banca privada, que privilegia o financiamento de curto prazo.

Cabe salientar que o BNB e o BNDES/Finame, juntos, concentravam 60,5% do saldo do crédito da região, em 31/08/2011. Outros dados das agências oficiais de fomento, relacionados à distribuição dos financiamentos por setor e por porte, apontam para a importância da atuação do BNB, em seu papel de

Tabela 10 – Crédito das Agências Oficiais de Fomento na Região Nordeste – Distribuição por Agência – R\$ milhões

Região/Agência	Saldo 31/12/2010	Janeiro - Agosto de 2011					Var. %
		Concedidas	Recebimentos	Saldo	Part. %	Pmr (dias)	
Nordeste	142.326	68.957	55.972	155.311	100,0	518	9,1
Banco do Brasil	30.405	24.015	23.306	31.114	20,0	307	2,3
Caixa Econômica Federal	23.632	27.285	21.206	29.711	19,1	235	25,7
BNDES/Finame	47.493	10.966	7.313	51.145	32,9	1.079	7,7
Banco da Amazônia	319	134	153	300	0,2	556	-6,2
BNB	40.272	6.495	3.970	42.797	27,6	1.535	6,3
Finep	205	62	23	244	0,2	868	19,1

Fonte: BRASIL, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/Etене de Conjuntura Econômica.

Pmr = Estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido.

Var. % = Variação entre o saldo de 31 de agosto de 2011 e o de 31 de dezembro de 2010.

Finep: Financiadora de Estudos e Projetos.

banco público de desenvolvimento regional. A sua participação no saldo total do crédito, em 31/08/2011, foi assim distribuída: agropecuária – 80%, indústria – 38,1%, comércio

e serviços – 26,3%, pequenos e microempreendimentos – 17,6%, médios empreendimentos – 55,6% e grandes empreendimentos – 34,5%.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: out. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: out. 2011a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constituicionais.asp>. Acesso em: out. 2011b.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp>. Acesso em: out. 2011c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento de Investimento 2010 e 2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: out. 2011d.

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 - Panorama Geral

Em sua 162ª Reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) deu continuidade ao processo de rebaixamento da taxa básica de juros (atualmente em 11,5% a.a.), face à possibilidade de agravamento do cenário econômico internacional, particularmente devido às condições vigentes na Zona do Euro e nos EUA e à redução do crescimento econômico da China. Nesse contexto, a extensão do cenário de crise externa à economia brasileira pode se dar por meio da redução do comércio, da diminuição do fluxo de investimentos e de restrições ao crédito.

Ademais, em âmbito doméstico, os principais indicadores revelam um cenário de desaceleração da economia brasileira, desde agosto, como foi o caso da redução do ritmo de crescimento na produção industrial, nas vendas do comércio varejista, no emprego formal e na arrecadação de tributos federais. Há também o receio de que as dificuldades, em âmbito externo e interno, possam provocar uma deterioração nas expectativas dos empresários e consumidores. Assim, o Banco Central (Bacen) entende que um ajuste moderado no nível da taxa básica de juros se mostra consistente com o cenário de convergência da inflação para a meta, em 2012.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro internacional, notadamente pelos bancos da Zona do Euro, a solvência do sistema bancário brasileiro permanece em nível adequado, de acordo com o Bacen (2011c). O crescimento dos seus ativos e o consequente aumento da exposição aos riscos inerentes à atividade do setor foram acompanhados pela ampliação da base de capital, principalmente em decorrência da incorporação de lucros. Os resultados dos testes de estresses, em todos os cenários analisados, inclusive naqueles de extrema deterioração da situação macroeconômica, indicam que o capital regulamentar do sistema bancário nacional permaneceria acima do nível estabelecido nos acordos de Basileia e pelo próprio Banco Central.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹, considerando-se as operações lastreadas com recursos livres e direcionados, alcançou R\$ 1.888,9 bilhões, no final de agosto, registrando um crescimento de 10,8%, no corrente ano, e

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento) e pelo segmento formado pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito

Tabela 1 – BRASIL – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – Agosto de 2010 e Agosto de 2011

Valores em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Agosto		Variação Proporcional (%)	Participação em Agosto/2011 (%)	Proporção (%) do PIB ⁽¹⁾	
	2010	2011			Agosto/2010	Agosto/2011
1. Usos dos Recursos	1.582.157	1.888.913	19,4	100,0	45,0	47,8
1.1.Setor Público	66.262	69.990	5,6	3,7	1,9	1,8
Gov. Federal	36.358	34.473	-5,2	1,8	1,0	0,9
Gov. Est. e Mun.	29.904	35.517	18,8	1,9	0,9	0,9
1.2.Setor Privado	1.515.895	1.818.923	20,0	96,3	43,1	46,0
Indústria	339.059	391.717	15,5	20,7	9,6	9,9
Habituação	120.707	180.242	49,3	9,5	3,4	4,6
Rural	117.285	131.843	12,4	7,0	3,3	3,3
Comércio	156.618	192.238	22,7	10,2	4,5	4,9
Pessoas Físicas	511.568	600.494	17,4	31,8	14,6	15,2
Outros Serviços	270.658	322.389	19,1	17,1	7,7	8,2
2. Fontes dos Recursos	1.582.157	1.888.913	19,4	100,0	45,0	47,8
2.1. Livres	1.039.965	1.226.581	17,9	64,9	29,6	31,0
2.2.Direcionados ⁽²⁾	542.192	662.332	22,2	35,1	15,4	16,8
BNDES	334.946	385.007	14,9	20,4	9,5	9,7
Outros	207.246	277.325	33,8	14,7	5,9	7,0
3. Controle de Capital	1.582.157	1.888.913	19,4	100,0	45,0	47,8
3.1. Inst. Públicas Nacionais	667.941	796.904	19,3	42,2	19,0	20,2
3.2. Inst. Privadas Nacionais	634.824	766.910	20,8	40,6	18,1	19,4
3.3 Instituições Estrangeiras	279.392	325.099	16,4	17,2	7,9	8,2

Fonte: BACEN, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(1) Estimativa do Banco Central para o PIB nos últimos 12 meses – valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos do Tesouro ou oriundos de depósitos compulsórios.

de 19,4%, no período de 12 meses. Diante desse resultado, a proporção do saldo das operações de crédito em relação ao PIB, que em agosto do ano passado alcançava 45%, ampliou-se para 47,8%, em agosto último.

O saldo das operações de crédito financiado com recursos livres alcançou, no final de

agosto, R\$ 1.226,6 bilhões, correspondendo a quase dois terços do total. Comparativamente a igual posição do ano passado, referido montante registrou expansão de 17,9%. O outro terço foi representado pelas operações realizadas com recursos direcionados (baseados em recursos compulsórios e/ou governamentais), e que, no período considerado, alcançou

ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. No final de julho de 2011, o estoque das operações de crédito do Sistema Bancário correspondia a 88,3% do total do Sistema Financeiro Nacional.

R\$ 662,3 bilhões, exibindo crescimento de 22,2%, o qual foi fortemente influenciado pela expansão dos financiamentos habitacionais (49,3%), refletindo os resultados do programa *Minha Casa, Minha Vida* e do aumento do emprego e da massa salarial.

Vale lembrar, por oportuno, que, de acordo com o Banco Central (BACEN, 2011c), o mercado de financiamento imobiliário brasileiro conta com bons fundamentos, e o estoque dessa modalidade de crédito ainda é baixo, em comparação com os padrões internacionais, o que diminui as preocupações com o seu expressivo crescimento. Ademais, como uma parcela preponderante dessa modalidade de crédito destina-se ao financiamento da aquisição da primeira moradia, diminui a probabilidade de inadimplência, levando-se ainda em conta que os imóveis financiados são dados como garantia dos créditos concedidos, sob a forma de alienação fiduciária. Ainda segundo a referida fonte, os mercados de derivativos de crédito e de securitização imobiliária ainda são pouco desenvolvidos no país, o que reduz o nível de complexidade dos instrumentos de financiamento, principalmente porque uma única instituição pública concentra mais de três quartos do estoque dos financiamentos imobiliários, minimizando o risco sistêmico.

Nos oito primeiros meses do corrente ano, a taxa de inadimplência (proporção das operações com atraso superior a 90 dias) registrou uma leve subida, de 3,2%, em janeiro, para 3,5%, em agosto. Esse resultado foi determinado pelo comportamento dessa variável para os bancos estrangeiros (subiu de 4,3% para 5,1%) e os bancos privados nacionais (subiu de 4% para 4,4%). O índice de inadimplência das instituições financeiras

públicas, além de exibir um valor menor, registrou um desempenho inverso, caindo de 2,1%, para 1,9%. Nesse mesmo período, o saldo das provisões para créditos duvidosos, constituídas pelo sistema financeiro, saltou de R\$ 95,4 bilhões para R\$ 106,4 bilhões, assinalando incremento de 11,5%.

No âmbito das operações referenciais para taxas de juros, com recursos livres, ocorreu uma pequena elevação no custo médio do dinheiro para empréstimo, de 37,4% ao ano (a.a.), em janeiro, para 39,7% a.a., em agosto. Esse aumento de custo foi mais elevado nas operações realizadas com pessoas físicas (de 43,8% a.a. para 46,2% a.a.) do que naquelas contratadas com empresas (de 29,3% a.a. para 30,9% a.a.). A taxa média de *spread* (diferença entre os juros de aplicação e captação de recursos) também acompanhou a elevação dos juros, passando de 25,6 pontos percentuais (p.p.) para 27,8 p.p.

Em síntese, o mercado de crédito nacional continua em expansão, mas alguns indicadores sugerem um crescimento mais moderado. Após a introdução das medidas macroprudenciais no início do ano, evidenciou-se uma redução no ritmo de concessões, um aumento dos recolhimentos compulsórios / encaixes obrigatórios e uma elevação do custo do dinheiro. Atualmente, estão em curso dois efeitos antagônicos: de um lado, a diminuição do ritmo de crescimento da economia e a possibilidade de uma nova crise internacional influenciam negativamente a demanda por crédito; por outro lado, as reduções da taxa básica de juros, a partir do final de agosto, contribuem para o aumento da referida demanda. A resultante desse processo pode ser a expansão das operações de crédito em ritmo menor.

7.3 - Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

No final de julho, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino² alcançou R\$ 200,5 bilhões, registrando expansão de 1,7% sobre o mês anterior, de 11,7% no acumulado do ano e de 25,6% sobre o saldo de julho de 2010. Aliás, esse último resultado apresentado pelo Nordeste significou crescimento superior ao das demais regiões: Norte (25,4%), Centro-Oeste (23,4%), Sul (22,7%) e Sudeste (19,4%). Admitindo-se que a movimentação das operações de crédito seja um indicador da atividade econômica, pode-se inferir que o desempenho da economia do Nordeste teve uma posição de destaque entre as regiões do país.

Desse montante contratado até julho, mais da metade (55,7%) foi orientada para empresas, sendo a parcela restante (44,3%) aplicada em operações com pessoas físicas. Na comparação inter-regional, o Sudeste registrou a maior proporção do crédito (64,6%) direcionada para as empresas, enquanto no Centro-Oeste preponderou o crédito para as famílias (55,2%). No Nordeste, o incremento proporcional registrado pelas operações de crédito tomadas pelas famílias (28,5%) superou o das pessoas jurídicas (23,4%).

Entre os estados da região, o maior aumento proporcional no saldo das operações de crédito ocorreu em Sergipe (30,5%), seguindo-se o Maranhão (28,6%), a Bahia (28,2%) e o Ceará (27,5%). O menor crescimento foi observado no Piauí (20,9%), o qual, ainda assim, situou-se acima da média nacional (19,9%), nos 12 meses terminados em julho.

Acompanhando a trajetória verificada em âmbito nacional, a taxa de inadimplência das operações de crédito realizadas no Nordeste também exibiu uma leve alta nos primeiros sete meses do ano em curso, passando de 3,2%, em janeiro, para 3,4%, em julho. Entre os estados, a inadimplência atingiu o maior índice no Maranhão (4,8%) e o menor em Pernambuco (2,6%). Nesse último mês, o índice de inadimplência entre as famílias do Nordeste (5%) superou o dobro daquele registrado pelas empresas (2,2%).

A proporção do estoque de crédito em relação ao PIB do Nordeste ainda está bem abaixo do índice verificado em âmbito nacional, embora a intermediação financeira na região venha crescendo, em períodos recentes, a um ritmo comparativamente superior à média brasileira. Assim, essa relação, que em julho de 2010 era de 32,4%, saltou para 36% em julho último, segundo estimativas

2 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro¹ e Qualidade do Crédito – Posições em Julho/2010 e Julho/2011

Estados/Regiões	Valor (R\$ milhões)		Variação Proporcional (% b/a)	Participação Julho/2011 (%)	Índice de Inadimplência ² - Jul/11 (%)		
	Julho 2010 (a)	Julho 2011 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	12.740	16.381	28,6	8,2	6,2	3,0	4,8
Piauí	6.480	7.834	20,9	3,9	5,2	2,5	4,0
Ceará	23.487	29.949	27,5	14,9	5,0	2,4	3,4
Rio Grande do Norte	9.795	12.455	27,2	6,2	5,0	2,3	3,7
Paraíba	8.809	10.892	23,6	5,4	4,3	2,5	3,6
Pernambuco	38.855	47.130	21,3	23,5	5,0	1,4	2,6
Alagoas	8.199	10.046	22,5	5,0	4,8	3,5	4,2
Sergipe	6.581	8.590	30,5	4,3	3,7	2,7	3,2
Bahia	44.637	57.224	28,2	28,5	5,1	2,4	3,5
NORDESTE	159.583	200.501	25,6	12,2	5,0	2,2	3,4
NORTE	48.792	61.179	25,4	3,7	4,9	2,4	3,6
CENTRO-OESTE	122.271	150.838	23,4	9,2	3,9	2,1	3,1
SUDESTE	775.348	926.134	19,4	56,5	3,9	1,7	2,5
SUL	245.310	300.895	22,7	18,4	3,2	2,2	2,6
TOTAL REGIÕES³	1.351.304	1.639.547	21,3	100,0	3,9	1,9	2,7

Fonte: BACEN, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de julho/2011, a 88,3% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

da equipe BNB/Etene de conjuntura. Na mesma base de comparação, o índice nacional evoluiu de 44,6%, para 47,3%.

Na comparação entre os estados da região, Pernambuco registrou a maior proporção de estoque de crédito em relação

Tabela 3 – Estados do Nordeste – Relação Saldo Operações de Crédito/PIB – Julho de 2010 e Julho de 2011

Estados	Em %	
	Julho de 2010	Julho de 2011
Maranhão	26,6	29,8
Piauí	31,6	33,7
Ceará	32,3	36,6
Rio Grande do Norte	29,6	33,3
Paraíba	28,0	30,5
Pernambuco	45,7	49,2
Alagoas	33,6	36,9
Sergipe	27,9	32,5
Bahia	29,1	32,9
NORDESTE	32,4	36,0

Fonte: BACEN, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

ao PIB (49,2%), atribuída aos vultosos investimentos em obras estruturantes. A me-

nor proporção foi observada no Maranhão (29,8%).

7.3.1 - Empréstimos/Financiamentos Concedidos pelo BNDES

De acordo com informações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o volume de empréstimos/financiamentos efetivamente concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Nordeste, no acumulado de janeiro a agosto, atingiu o montante de R\$ 6,7 bilhões, registrando-se queda de 14,3%, comparativamente a igual período do ano passado.

Também houve redução dessa variável no Centro-Oeste (- 31,9%), no Norte (- 18,8%) e no Sudeste (- 7%), verificando-se crescimento apenas no Sul (17%). Em âmbito nacional, a concessão de crédito pelo BNDES sofreu redução de 7,2%.

Comparando-se os valores efetivamente desembolsados, de janeiro a agosto, com a programação para 2011, o Nordeste foi a região que apresentou o menor índice de realização (25,5%), ficando bem aquém da mé-

Tabela 4 – BNDES – Empréstimos/Financiamentos Efetivamente Concedidos Estados do Nordeste e Regiões do Brasil – Janeiro a Agosto de 2011

Estados/Regiões	R\$ milhões		Realizado/ Programado b/a, em %	Variação % (c)	Participação % (d)
	Programação 2011 (a)	Realizado (b)			
Maranhão	1.902,6	512,4	26,9	-23,3	7,6
Piauí	941,8	101,0	10,7	-83,2	1,5
Ceará	2.148,9	995,1	46,3	-52,4	14,8
Rio Grande do Norte	308,9	280,1	90,7	-45,0	4,2
Paraíba	355,6	89,5	25,2	43,5	1,3
Pernambuco	16.961,4	2.120,4	12,5	6,9	31,5
Alagoas	214,2	549,8	256,7	227,7	8,2
Sergipe	303,7	204,0	67,2	-42,5	3,0
Bahia	3.213,6	1.878,2	58,4	32,9	27,9
NORDESTE	26.350,7	6.730,5	25,5	-14,3	8,1
NORTE	13.607,3	5.946,5	43,7	-18,8	7,1
CENTRO-OESTE	11.363,0	3.021,5	26,6	-31,9	3,6
SUDESTE	91.439,2	56.340,4	61,6	-7,0	67,4
SUL	13.644,3	11.554,6	84,7	17,0	13,8
BRASIL	156.404,5	83.593,5	53,4	-7,2	100,0

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(c) Variação observada no período jan-ago/11, em relação ao mesmo período de 2010.

(d) Participação no período jan-ago/11.

dia nacional (53,4%). O baixo coeficiente de realização regional foi bastante influenciado pelos números de Pernambuco, que, apesar de concentrar quase dois terços do total das aplicações programadas para o Nordeste, realizou apenas 12,5% do total estabelecido para o estado.

Na comparação intersetorial, observa-se que, do total das aplicações do BNDES no

Nordeste durante o período analisado, mais de um terço (37,1%) foi destinado ao setor de serviços, seguindo-se a indústria, com 32,5%, e a intermediação financeira, com 27,7%. Na divisão das aplicações segundo os portes dos tomadores de recursos, as grandes empresas absorveram três quartos dos desembolsos, cabendo o restante às médias, pequenas e microempresas.

7.4 - Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No final de julho, o saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino³ havia alcançado R\$ 145,4 bilhões, representando uma expansão de 16,9% sobre igual posição do ano passado, ligeiramente acima do crescimento verificado em âmbito nacional (16,2%), de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central (BACEN, 2011f).

No Nordeste, o crescimento da captação de depósitos pelos bancos oficiais (17,2%) ficou ligeiramente acima do aumento obtido pelos bancos privados (16,4%). Os bancos oficiais foram contemplados com quase dois terços dos depósitos, cabendo o restante à banca particular. Entre os bancos públicos, a maior expansão nos depósitos coube ao BNB (29%), seguindo-se a Caixa Econômica Federal (24,4%), o Banco do Brasil (10,3%) e os bancos estaduais (6,8%). Aliás, desde 2009 o BNB vem assinalando a maior taxa de crescimento na captação de depósitos pelos bancos públicos da região.

Em outra perspectiva, o estoque das operações de crédito realizadas no Nordeste atingiu em julho a marca de R\$ 113,9 bilhões⁴, assinalando um acréscimo de 22% sobre a posição de julho do ano passado, também de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central (2011f). Do referido montante, um pouco mais da metade contemplou operações de curto prazo (52,2%), seguindo-se os financiamentos imobiliários (19,3%), os financiamentos industriais e comerciais (8%) e os financiamentos rurais e agroindustriais (5,3%).

3 O sistema bancário nordestino aqui considerado é constituído pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, e representa um subconjunto do sistema financeiro nordestino.

4 Na referida posição, o saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino representava 56,8% do total do sistema financeiro regional, enquanto em âmbito nacional essa proporção era de 88,3%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito do Nordeste, e que, por definição, não estão agrupadas no sistema bancário nordestino, mas figuram no sistema financeiro regional. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do sistema bancário nordestino no sistema financeiro do Nordeste aumentaria para 91,3%.

Tabela 5 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) – Julho de 2010 e Julho de 2011

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bancos Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Julho de 2010	40.599	30.054	6.161	6.787	2.022	79.462	44.872	124.334
Julho de 2011	44.772	37.388	7.948	8.815	2.160	93.135	52.221	145.356
Variação nominal, em %	10,3	24,4	29,0	29,9	6,8	17,2	16,4	16,9
Participação Jul/11, em %	30,8	25,7	5,5	6,1	1,5	64,1	35,9	100,0
Operações de Crédito								
Julho de 2010	29.431	22.959	6.618	8.269	1.167	61.826	31.528	93.354
Julho de 2011	34.215	32.035	7.929	9.939	1.497	77.686	36.218	113.904
Variação nominal, em %	16,3	39,5	19,8	20,2	28,3	25,7	14,9	22,0
Participação Jul/11, em %	30,0	28,1	7,0	8,7	1,3	68,2	31,8	100,0

Fonte: BACEN/SISBACEN, 2011f. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.
(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos públicos + bancos privados.

No Nordeste, os bancos públicos continuam liderando a expansão das operações de crédito, com ampliação de 25,7%, quase o dobro do índice exibido pela banca privada (14,9%). Dentre os bancos públicos, a Caixa Econômica Federal teve o maior aumento no saldo das

Tabela 6 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição em Final de Julho de 2011

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Jul-11/Jul-10	Participação Est/NE, Jul/11	Variação Jul-11/Jul-10	Participação Est/NE, Jul/11
Maranhão	14,0	5,7	20,6	6,8
Piauí	16,1	3,3	21,7	4,5
Ceará	22,4	22,5	26,2	14,1
Rio Grande do Norte	14,3	4,9	27,4	6,4
Paraíba	23,8	5,6	24,8	6,1
Pernambuco	12,6	24,3	20,3	23,6
Alagoas	21,2	4,1	22,0	4,5
Sergipe	10,3	4,6	30,4	4,8
Bahia	16,9	25,0	18,9	29,2
NORDESTE ¹	16,9	100,0	22,0	100,0
BRASIL	16,2	...	23,5	...

Fonte: BACEN/SISBACEN, 2011f. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

¹ No Nordeste, no final de Julho de 2011, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 145,4 bilhões e as operações de crédito R\$ 113,9 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

operações de crédito (39,5%), seguindo-se os incrementos registrados pelos bancos estaduais (28,3%), BNB (19,8%) e Banco do Brasil (16,3%). Os bancos oficiais respondiam por mais de dois terços das operações de crédito do sistema bancário nordestino, cabendo o restante aos bancos privados.

Entre os estados, o maior aumento no saldo das operações de crédito ocorreu em Sergipe (30,4%), seguindo-se os resultados apresentados pelo Rio Grande do Norte (27,4%), Ceará (26,2%) e Paraíba (24,8%).

7.5 - BNB – Taxas de Juros e Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito

As reduções da taxa básica de juros promovida pelo Copom, a partir do final de agosto, ainda não foram totalmente incorporadas aos encargos financeiros cobrados nas operações de crédito, algumas exibindo elevação de seus custos e outras registrando redução, de acordo com pesquisa sistemática realizada pelo Banco Central (BACEN, 2011e), junto a um representativo grupo de instituições financeiras em todo o país.

Essa dicotomia foi captada entre as pesquisas realizadas nos períodos de 21 a 28 de junho e de 23 a 29 de setembro. O BNB, no entanto, implementou uma redução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de banco comercial, melhorando, assim, sua posição relativa no mercado de crédito brasileiro, embora a área comercial não seja aquela em que essa instituição financeira apresente maior poder de competitividade.

Nas operações realizadas com pessoas físicas, a taxa de juros do cheque especial cobrada pelo BNB foi a 13ª mais baixa entre as instituições financeiras pesquisadas e a 40ª menor para o crédito pessoal. Para operações realizadas com empresas, o BNB adotou a 8ª taxa mais baixa nos juros cobrados na conta garantida e a 13ª na modalidade de capital de giro prefixado. No desconto de duplicata, contudo, perdeu posição entre as duas pesquisas citadas, caindo da 12ª para a 26ª colocação.

No final de agosto, o saldo dos depósitos do BNB captados na região alcançou

o patamar de R\$ 7,8 bilhões, avanço de 25,9% sobre a posição de agosto do ano passado. De referida soma, mais da metade coube a depósitos a prazo (62%), seguindo-se poupança (15,4%) e depósitos especiais (12,8%).

Entre os estados da região, a maior expansão nos depósitos se deu em Alagoas (105,6%), Rio Grande do Norte (72,6%), Paraíba (64,5%) e Bahia (38,4%). No Maranhão, contudo, registrou-se uma queda de 3,5%. O Ceará foi responsável pela maior fatia dos depósitos (54,6%), seguindo-se a Bahia (13,8%), Pernambuco (10,4%) e Rio Grande do Norte (5,9%).

O estoque das operações de crédito realizadas pelo BNB no Nordeste atingiu R\$ 8 bilhões, acusando uma expansão de 14,8%, no período considerado. Do citado montante, a maior parcela foi absorvida pelas operações de curto prazo (48,7%), seguindo-se os financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (23,5%), às obras de infraestrutura e desenvolvimento (20%) e ao setor rural e à

agroindústria (14,8%). Convém observar que em referidas parcelas estão incluídas as provisões para devedores duvidosos, cujo montante é abatido do saldo total das operações de crédito, daí exceder os 100%.

A maior expansão no saldo das operações de crédito ocorreu em Pernambuco (69,3%), em função de vultosos investimentos em setores básicos, seguindo-se o Ceará (30,6%) e a Bahia (20,2%). Entretanto, houve redução nas aplicações do BNB em Alagoas (- 24%), no Maranhão (- 12,1%) e no Piauí (- 10,6%). As maiores parcelas do crédito foram absorvidas por Bahia (32,3%), Ceará (16,5%), Pernambuco (14,9%) e Maranhão (7,9%).

No rol de programas executados pelo BNB, vale destacar, por seus impactos econômicos

e sociais, o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (CrediAmigo), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O CrediAmigo tem por objetivo fomentar e fortalecer pequenos empreendimentos, notadamente de pessoas físicas. Assim, de janeiro a agosto, foram contratadas no Nordeste 1.332,4 mil operações, proporcionando o ingresso líquido de recursos da ordem de R\$ 1.689,5 milhões, com aumento de 37,9% na quantidade e de 40,6% no montante desembolsado, comparativamente a idêntico período do ano passado. O programa caracteriza-se ainda por atender a uma clientela predominantemente feminina (65%), pelo baixo

Tabela 7 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito

Data da Pesquisa/ Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Posição do BNB	Nº. Bancos Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado		
a) 23 a 29 de setembro/2011						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,75	6,92	2,03	10,23	13º	31
Crédito pessoal	2,66	5,05	1,18	18,09	40º	92
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,56	2,76	1,36	5,69	26º	53
Capital de giro prefixado	1,48	2,20	0,99	6,85	13º	76
Conta garantida	2,44	4,25	1,54	9,13	8º	39
b) 21 a 28 de junho/2011						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,94	6,74	1,72	10,13	14º	31
Crédito pessoal	3,08	5,05	1,06	18,54	46º	98
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,29	2,91	1,57	6,00	12º	51
Capital de giro prefixado	1,69	2,23	1,06	4,72	22º	73
Conta garantida	2,52	3,94	1,16	8,79	10º	44

Fonte: BACEN, 2011e. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos iscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

Tabela 8 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Saldos dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Agosto de 2011

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Ago-11/Ago-10	Participação Est/NE, Ago/11	Variação Ago-11/ Ago-10	Participação Est/NE, Ago/11
Maranhão	-3,5	3,2	-12,1	7,9
Piauí	35,3	2,4	-10,6	7,2
Ceará	18,8	54,6	30,6	16,5
Rio Grande do Norte	72,6	5,9	4,0	5,8
Paraíba	64,5	4,0	4,0	7,0
Pernambuco	19,7	10,4	69,3	14,9
Alagoas	105,6	2,3	-24,0	3,7
Sergipe	24,0	3,4	3,0	4,7
Bahia	38,4	13,8	20,2	32,3
NORDESTE (a)	25,9	100,0	14,8	100,0

Fonte: BNB/Área de Controle Financeiro, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(a) No final de agosto/2011, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 7,8 bilhões e das operações de crédito atingiu R\$ 8,0 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 5, cuja posição é final de julho/2011, enquanto a da Tabela 8 é final de agosto. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 9,0 bilhões, e das operações de crédito R\$ 10,3 bilhões.

valor médio por operação (R\$ 1.268,90) e pela reduzida taxa de inadimplência (0,86%), bem abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoas físicas (5%). A propósito, o BNB reduziu os juros e a tarifa de abertura de crédito cobrados nas operações do CrediAmigo, deixando-os em linha com os encargos praticados no Programa Nacional de Microcrédito (Crescer), recém-lançado pelo Governo Federal.

O Pronaf contratou 239,7 mil operações no Nordeste, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 765,2 milhões, com expansão de 14,4% no número de contratos e de 30,1% no montante desembolsado, comparativamente a idêntico período do ano passado.

O FNE é a principal fonte de recursos geridos pelo BNB para fomentar o desenvolvimento econômico da região. No acumulado de janeiro a agosto, foram contratadas no

Nordeste 260,6 mil operações, significando uma injeção de recursos na economia regional da ordem de R\$ 5.856,1 milhões, com aumento de 13,8% no número de operações e de 114% no total liberado.

Os valores contratados pelo BNB e pelo FNE, juntos, proporcionaram o ingresso de R\$ 12.073,5 milhões na economia nordestina, assinalando expansão de 6,2% no período considerado. Vale registrar que uma parcela preponderante do referido montante destinou-se ao financiamento de operações de médio e longo prazos, contemplando os setores agropecuário, industrial, comercial, turístico e de infraestrutura. Na distribuição interestadual, a Bahia absorveu a maior parcela (26,2%), seguindo-se o Ceará (20,3%), o Maranhão (14,3%) e o Rio Grande do Norte (11,9%).

Tabela 9 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do CREDIAMIGO, PRONAF e FNE – Acumulado no Período Janeiro-Agosto de 2011
Em %

Estados	CREDIAMIGO		PRONAF		FNE	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	38,5	12,5	24,1	13,9	64,5	14,4
Piauí	33,4	11,3	32,3	9,0	-32,4	6,8
Ceará	40,9	31,0	21,9	17,6	-6,2	20,7
Rio Grande do Norte	32,7	5,9	38,9	6,1	191,7	11,9
Paraíba	46,1	7,4	26,7	6,1	-8,8	2,6
Pernambuco	43,9	8,2	23,5	15,8	-31,4	10,1
Alagoas	41,4	5,7	14,9	5,7	29,6	2,8
Sergipe	40,6	4,9	16,1	5,0	-5,7	4,6
Bahia	47,4	13,1	58,2	20,8	44,4	26,1
NORDESTE	40,6	100,0	30,1	100,0	14,0	100,0

Fonte: BNB/Área de Controle Financeiro, 2011c e 2010d. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

¹ Variação nominal do valor das contratação no período de jan/ago-11, em relação a jan/ago-10.

² Participação dos estados no período de jan/ago-11.

Obs.: No período de jan-ago/11, o valor das contratações do CREDIAMIGO, no Nordeste, alcançou R\$ 1.689,5 milhões, do PRONAF R\$ 765,2 milhões e do FNE R\$ 5.856,1 milhões.

Tabela 10 – Estados do Nordeste – Contratações do BNB e do FNE, Variação e Participação – Acumulado de Janeiro a Agosto 2011

Estados	Em R\$ milhões			BNB + FNE	
	BNB	FNE	BNB + FNE (a)	Variação % (b)	Participação % (c)
Maranhão	881,3	845,4	1.726,7	66,0	14,3
Piauí	479,1	400,0	879,1	-41,2	7,3
Ceará	1.233,2	1.213,4	2.446,6	-10,8	20,3
Rio Grande do Norte	742,5	696,0	1.438,5	198,4	11,9
Paraíba	155,3	150,2	305,5	-8,7	2,5
Pernambuco	614,8	594,1	1.208,9	-33,9	10,0
Alagoas	171,2	165,9	337,1	30,3	2,8
Sergipe	299,3	268,8	568,1	-2,2	4,7
Bahia	1.640,7	1.522,3	3.163,0	21,4	26,2
NORDESTE (d)	6.217,4	5.856,1	12.073,5	6,2	100,0

Fonte: BNB/Área de Controle Financeiro -2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(a) Por determinação legal, o sistema contábil do BNB é separado do FNE.

(b) Variação no período jan/ago-2011 em comparação a jan/ago-2010.

(c) Participação no período jan/ago-2011.

(d) Se forem incluídas as operações das agências extrarregionais, o total do BNB + FNE alcança R\$ 12,7 bilhões.

7.6 - Conclusão

Como já referido, o Copom, em sua 162ª Reunião, deu continuidade ao rebaixamento da taxa básica de juros, diante da ameaça de agravamento do cenário econômico internacional, particularmente devido às condições vigentes na Zona do Euro e nos EUA e à redução do crescimento econômico da China. Dessa forma, a extensão do cenário de crise externa à economia brasileira pode dar-se por meio da redução do comércio, da diminuição do aporte de investimentos e de restrições ao crédito. Ademais, o Copom entende que um ajuste

moderado no nível da taxa básica de juros é compatível com o cenário de convergência da inflação para a meta, em 2012.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro internacional, notadamente pelos bancos da Zona do Euro, a solvência do sistema bancário brasileiro permanece em nível adequado, segundo avaliação do Bacen. O crescimento dos seus ativos e o consequente aumento da exposição aos riscos inerentes à atividade do setor foram acompanhados pela ampliação da base de capital, principalmente mediante incorporação de lucros. Os resultados dos testes de estresses, em vários cenários, inclusive naqueles de extrema deterioração da situação macroeconômica, indicam que o capital regulamentar do sistema bancário nacional permaneceria em nível superior ao estabelecido nos acordos de Basileia e pelo próprio Bacen.

No Nordeste, as operações de crédito continuam crescendo em ritmo superior ao das

demais regiões. Admitindo-se que a movimentação do crédito seja um indicador da atividade econômica, pode-se inferir que o desempenho da economia nordestina destacou-se em âmbito nacional. Embora apresentando um vigoroso crescimento, em anos recentes, o estoque de crédito do Nordeste corresponde a pouco mais de um terço do tamanho de sua economia e quase 12 pontos percentuais abaixo do índice nacional, sugerindo que a intermediação financeira pode se expandir ainda mais na região.

Entre os bancos públicos, o BNB continua liderando o crescimento na captação de depósitos, desde 2009. O BNB também se destacou entre as instituições financeiras do país que, no terceiro trimestre, cobraram as menores taxas de juros, melhorando sua classificação em operações de curto prazo junto a pessoas físicas e empresas.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura – Indicadores econômicos – moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2011a.

_____. **Economia e finanças:** séries temporais – sistema gerenciador de séries temporais – economia regional – crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2011b.

_____. **Relatório de estabilidade financeira.** v.10, n.2., set./2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2011c.

_____. **Relatório de inflação.** v.13, n.3., set./2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2011d.

_____. **Sistema financeiro nacional:** informações sobre operações bancárias – taxas de juros de operações de crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011e.

_____. **SISBACEN.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2011f.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A – BNB – **Conjuntura Mensal**, n. 9, set./2011. Dispo-

nível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2011a.

_____. **Informações da área de controle financeiro - 2011b.**

_____. **Informações gerenciais do programa CrediAmigo – Cadernos Mensais, ago./2010 e 2011c.**

FERREIRA, Assuero. **Projeções de crescimento da economia do nordeste e respectivos estados:** resultados sintéticos, jul./2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Carta de Conjuntura, out./2011.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2011.

